Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23174 DIRECTOR **MÁRIO MESQUITA** DIRECTORA ADJUNTA **DIANA ANDRINGA** TERÇA-FEIRA 6 FEVEREIRO 90 60$00

URSS: porta aberta ao pluralismo

Se o PC soviético pretende manter o papel de partido dirigente do Estado, deverá conquistar essa posição "no quadro do processo democrático, rejeitando todo o tipo de vantagem legal ou política", disse Mikhail Gorbachev, ao intervir no plenário do PCUS, que hoje termina, e que decidiu antecipar para Junho o seu congresso, inicialmente previsto para Outubro. O líder soviético, apostado em acelerar o ritmo da Perestroika, propôs o fim do monopólio do poder do PCUS, o que implicará a eliminação do artigo 6º da Constituição do país. Entretanto demitiu-se um destacado dirigente conservador, Leonid Bobykin, que até agora tinha conseguido sobreviver às mudanças. Por outro lado, as forças oposicionistas marcaram para o dia 25 manifestações em Moscovo e vários pontos do país.

Pág. 11

Gorbachev quer pôr fim ao papel dirigente do PCUS no Estado soviético

Demitiu-se um importante líder conservador

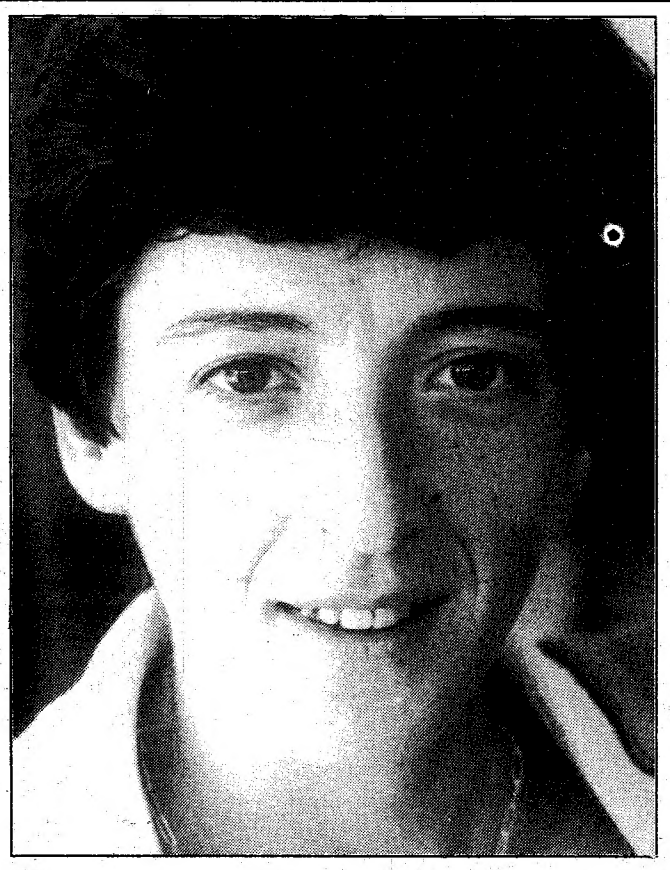
Forças oposicionistas convocam manifestações para dia 25

Soares surpreso com entrevista de Cavaco

Cavaco Silva não consultou o Presidente da República antes de apoiar implicitamente a sua recandidatura. Pelo menos Mário Soares emitiu ontem uma nota em que se afirma «surpreendido» com as declarações do primeiro-ministro.

O texto, divulgado por Alfredo Barroso, porta-voz da presidência, diz que Soares «não está a pensar numa eventual recandidatura», considera prematuro tomar decisões sobre tal tema, não solicitou apoio a ninguém, nem abordou o assunto «com as diversas personalidades e instituições» que se têm manifestado interessadas em vê-lo permanecer em Belém.

Pág. 9



Governo vai intervir no caso Rosa Mota

O conflito que opõe Rosa Mota e o seu treinador à Federação de Atletismo parece não ter solução, tão forte é o braço de ferro que ambas as partes teimam em manter. Mas Roberto Carneiro está a estudar o problema e deverá intervir para restabelecer o diálogo.

Págs. 2, 3 e 4

Delors vem a Lisboa para discutir o Leste

Do nosso correspondente em Bruxelas, José Rui Cunha

Em 23 e 24 de Março a nova arquitectura do Leste vai estar em debate em Lisboa, por iniciativa do Conselho da Europa. O próprio Jacques Delors está a introduzir alterações na sua agenda para poder viajar para Lisboa. É que o Leste é o centro de todas as atenções. Ainda ontem, em Bruxelas, a CEE decidiu mais algumas ajudas a prestar a países de Leste. Deus Pinheiro, presente na reunião, deixou clara a posição portuguesa: sem obstaculizar esses apoios, Portugal não quer que a posição comunitária seja enfraquecida

Pág. 8

Sargentos voltam à carga contra novos vencimentos

Os sargentos insistem num novo sistema retributivo que não seja lesivo dos seus direitos e interesses. É esse o sentido da moção aprovada no «Dia do Sargento», na qual também se afirma que o estatuto não foi elaborado com base em critérios de justiça e dignificação.

Pág. 7

roadstar®
AUTO-HiFi

Representante em Portugal:
SOC. DE REP. SANTOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA S.A.
Porto ☎ 951 50 03 ◦ Lisboa ☎ 77 78 24

Timor: há um ano que Cuellar não responde a D. Ximenes
Págs. 16, 17 e 18

DL revela inquérito à cadeia de Tires
Pág. 15

Açores e Porto alertados para o mau tempo
Pág. 13

Auto-Retrato de Eduarda Dionísio
Pág. 6

Lotaria Popular
1.º - 399494
2.º - 442825
3.º - 462609
4.º - 79436
Pág. 13

Rosa Mota/Federação: conflito velho sem solução à vista

GRANDE ANGULAR

A atleta diz-se credora de três mil contos e o seu treinador de mil e quinhentos. Pedrosa, enquanto médico, também quer ver resolvida a sua situação profissional. Roberto Carneiro poderá intervir brevemente

Tão «velho» é o contencioso que opõe Rosa Mota à Federação de Atletismo que quase se perdem no tempo os seus contornos. Mais complexo se torna, assim, um cabal esclarecimento acerca dos pressupostos que lhe estão na origem.

O «DL» tentou deslindar o caso, que periodicamente envolve em polémica pública a atleta e a direcção federativa - melhor dizendo: as direcções, já que o «braço-de-ferro» se arrasta desde que Carlos Cardoso presidia aos destinos da FPA.

A primeira conclusão legítima a retirar é a de que maniqueísmos não cabem nestas fronteiras. Se a popularidade - e porque não dizer: simpatia - da atleta nortenha justificam uma adesão emocional, não devem ofuscar a análise fria do que está em jogo. Não é ela a «boa» e os homens da federação os «maus» ou vice-versa.

Osaka, o episódio mais recente

Mil e um casos chegaram já à Comunicação Social. Por mais de uma vez, Rosa ameaçou fazer as malas (desportivas) e virar definitivamente as costas à estrutura associativa da modalidade que pratica. O último episódio deste longo romance - a participação vitoriosa na Maratona de Osaka - voltou a encher manchetes.

Puxemos então este fio da meada: estava Rosa, ao abrigo das disposições internacionais, autorizada a disputar a prova japonesa? Não, já que não se encontra inscrita em qualquer federação nacional. De acordo com declarações do presidente da FPA, foi-lhe pessoalmente solicitada, em Novembro, a assinatura do boletim de inscrição. Henrique Melo recusou. No entanto, Rosa correu. E venceu.

Recai assim a suspeita sobre a organização da prova nipónica, que terá fechado os olhos à ilegalidade. É verdade que a IAAF, organismo máximo do atletismo internacional, dispõe da possibilidade de aplicar sanções não apenas à organização como à atleta e mesmo à federações envolvidas.

Porém, mesmo assim, os homens de Osaka terão preferido correr esse risco a retirar da linha de partida uma cabeça-de-cartaz que vinha de um longínquo Portugal, mas que não é propriamente uma ilustre desconhecida no Oriente. E nisso nem sequer são originais - há anos que Rosa Mota passeia a sua categoria por todo o Mundo e nunca caiu sob a alçada disciplinar. Só a Federação portuguesa, sempre ela, cria entraves.

Osaka, Janeiro de 1990: triunfo mais recente

Este, porventura, o fundo da questão: amadorismos, no atletismo, já nem talvez Zatopek os encarasse muito bem. Hoje em dia, em provas desta natureza, movimentam-se milhares. Aos atletas são oferecidos «balúrdios» apenas para participarem, nem é preciso vencerem. Que importa a existência de regulamentos «inibidores»...

Não estamos com isto a afirmar que, por ter conseguido guindar a sua carreira aos píncaros da Lua, a campeã olímpica deve gozar de um tratamento especial, escapando as malhas da lei desportiva. Estamos, isso sim, a «insinuar» que a IAAF deve assimilar esta realidade, acompanhando-a na sua evolução. O que não iliba Rosa.

Feitas as contas, conclui-se que, à luz da legislação vigente (mas nunca cumprida no seu caso) Rosa Mota tem mesmo de estar «engajada» numa Federação. «Fora do circuito», os tempos que alcançar podem não ser homologados.

Bolsa por receber...

O que está, portanto, em causa, é a insistência da FPA, escudada na lei, no sentido de se inscrever. A atleta há muito que coloca três condições: o levantamento do «velho» castigo que sobre ela impende, o estabelecimento de um acordo que elimine dúvidas quanto à relação futura e, finalmente, a ultrapassagem de duas questões por resolver - a bolsa a que tem direito pelo triunfo em Seul/88 e a requisição de José Pedrosa.

Estes dois últimos problemas voltaram à baila no mais recente episódio deste prolongado romance. Pelo triunfo olímpico, Rosa considera ter direito a três mil contos, mais mil e quinhentos para o seu técnico. Só que a legislação impõe a atribuição da verba através da federação da modalidade e Rosa é «independente».

Foi neste quadro que se verificou a intervenção do Ministério da Educação. Na prática, trata-se de reconhecer que os dispositivos legais não estão adaptados à situação. O que o par nortenho tem refutado veementemente é que se faça depender o pagamento da inscrição na FPA.

Rosa e José Pedrosa exijem que o Governo decida: sim

Cavaco Silva e Roberto Carneiro com Rosa Mota e José Pedrosa: ou o Governo cria pontes para o diálogo ou o conflito se eternizará

ou «sopas». E a última coisa que desejam é que se instale na opinião pública a ideia de que querem fazer um «acordo comercial», inscrevendo a atleta para receber os 4 500 contos.

De carácter semelhante é o contencioso em torno da situação profissional do técnico. Pedrosa abandonou a medicina em 1984, para se dedicar à preparação dos Jogos de Los Angeles. De então para cá, tem intercalado períodos de destacamento com outros de licença sem vencimento.

Reclama das autoridades uma definição da sua posição: ser-lhe-à contado o tempo de serviço? Ou receberá as verbas correspondentes aos anos de 1987 e 88? Trata-se de uma questão que envolve dois ministérios - Educação e Saúde - tratada neste momento no Tribunal de Contas.

...E calendários «duplos»

Mas há outros aspectos a ter em conta neste contencioso. Na condição de não-inscrita, Rosa não tem de se sujeitar ao calendário oficial, que nem sempre se adequa ao «paralelo», correspondente aos interesses do patrocinador.

Entre os dois, por mais amor que tenha à camisola nacional, Rosa prefere não a envergar, se tal fôr exigido, mas ganhar mais uns (valentes) cobres. Como «está» regularmente, nos grandes êxitos do atletismo nacional, não vem daí nenhum mal ao Mundo. Só que também para esta questão a FPA tem uma resposta: há diversos atletas com calendários particulares, que acertam com o da Federação, sem quaisquer conflitos.

As intermináveis quezílias entre Rosa e a Federação de Atletismo, tiveram sempre de permeio a omnipresente figura de José Pedrosa. Há aliás, nos meios desportivos, quem encontre num conflito de natureza corporativa o fundo de toda a questão.

Pedrosa, um médico, ao cometer a ousadia de trilhar terrenos alheios à sua formação, entrou num «pântano». Enquanto a «Rosinha» não saiu do anonimato, tudo bem. Porém, mal começou a ganhar estatuto de atleta de craveira internacional, uma certa «ciúmeira» se terá instalado nas mentes de uns quantos técnicos, arautos da exclusividade do treino para os professores de educação física.

Bem vistas as coisas, o conflito Rosa Mota/Federação dificilmente será sanado sem intervenção exterior. Aliás, o facto de algumas das condições colocadas pela atleta para se inscrever na FPA dependerem do Governo aponta nesse sentido.

Segundo apurou o «DL», o ministro da Educação, Roberto Carneiro, continua a estudar o problema. De acordo com fonte do Ministério, está disposto a empenhar-se uma vez mais numa solução, pela via do diálogo, a exemplo do que aconteceu antes dos Jogos de Seul.

Rosa e o seu técnico, esses, acabam de decidir - segundo afirmaram ao nosso jornal - não prestar mais declarações públicas susceptíveis de provocar resposta da FPA e assim alimentarem a polémica.

Paulo Martins/ Alves Henriques

Todos os títulos no palmarés

Foi no dia 12 de Agosto que Rosa Mota se estreou na prova da maratona e, daí até o passado dia 28 de Janeiro, a atleta do nosso contentamento disputou 16 edições, tendo averbado dez triunfos. Para a bonita história, aqui se regista data, local, classificação, tempo e provas a que se referiram as participações da «menina da Foz»:

Data	Local	Prova	Tempo	Cl.
12-8-82	Atenas	CE	2.36,04	1.ª
9-4-83	Roterdão	—	2.32,27	1.ª
7-8-83	Helsínquia	CM	2.31,50	4.ª
16-10-83	Chicago	—	2.31,12	1.ª
5-8-84	Los Angeles	JO	2.26,57	3.ª
21-10-84	Chicago	—	2.26,01	1.ª
20-10-85	Chicago	—	2.23,29	3.ª
26-8-86	Estugarda	CE	2.28,38	1.ª
16-10-86	Tóquio	—	2.27,15	1.ª
20-4-87	Boston	—	2.25,20	1.ª
30-8-87	Roma	CM	2.25,17	1.ª
18-4-88	Boston	—	2.24,30	1.ª
23-9-88	Seul	JO	2.25,40	1.ª
29-1-89	Osaka	—	desistência	
5-3-89	Los Angeles	—	2.35,27	2.ª
28-1-90	Osaka	—	2.27,57	1.ª

CE — campeonato da Europa, CM — campeonato do Mundo, JO — Jogos Olímpicos.

Para os que porventura se tenham esquecido, convirá recordar que Rosa Mota foi bicampeã europeia, campeã mundial e vencedora dos Jogos Olímpicos de Seul.

COMENTÁRIO

Clareza, precisa-se

Vai longe o tempo em que era pacificamente aceite a nível desportivo a divisão entre profissionais e amadores, linearmente reduzida às expressões **futebol** e **modalidades.** Eram profissionais os que praticavam futebol, amadores todos os outros. Há 15 ou 20 anos ainda era assim. Hoje, como é sabido, há... amadores pagos, e bem pagos, em modalidades como o voleibol, o ciclismo. E não é segredo que no hóquei, no basquetebol e no andebol há quem ganhe ao nível dos melhores salários do futebol.

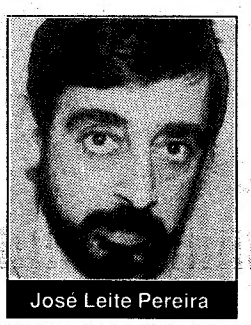
O atletismo, mercê das vitórias de Carlos Lopes, foi das primeiras modalidades a conceder subsídos (é assim que se designam os ordenados destes amadores) e Rosa Mota é hoje, mesmo internacionalmente, das atletas mais bem pagas. Não deve haver em qualquer ponto do mundo um organizador de provas que não queira ter Rosa Mota na meta, e pague para isso, só pela comparência .

Rosa Mota e o seu treinador José Pedrosa queixam-se de dívidas, pagamentos devidos por títulos conquistados, e nada nos autoriza a duvidar da razão que lhes assiste. Mas, sendo isso verdade, não é, certamente, a verdade toda. Era bom que ambos dissessem, claramente, que não lhes interessa submeterem-se ao calendário de provas que a Federação traçar para a atleta da Foz, preferindo escolher as que maiores lucros lhes dão. E como têm conseguido, através de um treino rigoroso, conciliar as vitórias no campo desportivo às receitas materiais têm autoridade para pretender uma certa autonomia relativamente aos interesses federativos.

No futebol, o grande público há muito perdeu a ideia de que os jogadores têm amor à camisola. As consecutivas transferências ajudaram a desfazer mitos e nem por isso diminuíram a dignidade profissional dos atletas. Mas, nas modalidades, o público parece enganado, dá a sensação de acreditar no amadorismo puro. E Rosa Mota, com o seu corpo franzino e vitórias emocionais (daquelas de toca-hino-hasteia-bandeira, que a RTP passa e repassa) alimenta a ilusão.

A realidade é, porém, diversa. E não sendo Rosa Mota um diabinho com face de Deus, não sendo José Pedrosa um homem que até deixou a medicina para ajudar Rosa (as contas são outras), também é verdade que não pode (ao menos moralmente não deve) a Federação, querer aproveitar-se da passada de Rosa Mota. Como também não pode o Governo andar a correr para os estádios para assistir às vitórias e ajudar a pegar nas taças e, depois, lavar as mãos. Não fica mal ao Governo contratar Rosa para a causa da dinamização desportiva. Às claras.

É que, de tudo isto, quem mais tem a perder é Rosa Mota. Perde o dinheiro que não recebe, perde tempo com discussões que não são a sua especialidade e arrisca-se, sobretudo, ao descrédito junto do público. Porque se hoje ninguém acredita que Rosa quer mundos e fundos e Pedrosa lugar seguro num hospital para quando a carreira da atleta terminar, a verdade é que estas pequenas querelas em que Rosa Mota parece credora de razão sempre desgastam a imagem. E ao mais pequeno deslize desportivo...



José Leite Pereira

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira
Coordenadores de Secção:
Adelino Cardoso, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, António José Teixeira, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias de Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), José Tavares, Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa ,Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alves Henriques, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
José António Carvalho, Jorge Santos e Óscar Figueiredo

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello
Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

Rosa Mota: uma «novela» com muitos episódios

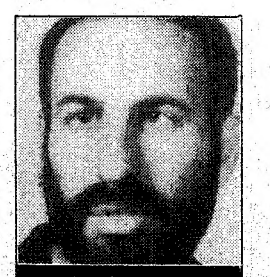
GRANDE ANGULAR

Ainda alguém se lembra como começou todo este arrastado caso Rosa Mota? As peripécias têm sido tantas, os episódios tão variados, que a origem de tudo se perdeu.

Tendo como pano de fundo as divergências cada vez mais acentuadas entre uma parte dos técnicos nacionais de atletas de alta competição e a Direcção-Técnica Nacional da Federação Portuguesa de Atletismo, liderada pelo prof. Fernando Mota, o caso veio a público aquando do Campeonato do Mundo Feminino de 15 km em Estrada, realizado no Mónaco em Novembro de 1987, por sinal ganho colectivamente pela selecção portuguesa... sem Rosa Mota.

As relações estavam tensas ao nível dos técnicos e as posições já extremadas, o que terá contribuído para um radicalizar de posições que a Direcção da Federação, ouvindo uns e outros, cedendo às pressões da sua equipa técnica por um lado e da generalidade dos técnicos nacionais mais reputados por outro, não pode ou não soube evitar. Aquando do Campeonato do Mundo de Atletismo, em Roma, em Setembro desse ano de 1987, José Pedrosa, médico, técnico e companheiro de Rosa Mota, já afirmara em reunião de técnicos (na qual estava o prof. Fernando Mota e também o então responsável pelas selecções, prof. Moniz Pereira) que a atleta não estaria disponível para o Mundial de Estrada, a realizar dois meses depois, uma vez que pretendia fazer um período de uma certa relaxação competitiva nos meses que se seguiriam, tendo em vista a época seguinte, que culminaria com os Jogos Olímpicos de Seoul. Talvez porque em anteriores ocasiões (Mundial de Estrada e Mundial de Corta-Mato) já houvera alguns problemas com a presença de Rosa Mota, apenas solucionados em cima do dia da prova, com cedências da parte da atleta, a quem não se poderia acusar de menor interesse em vestir a camisola nacional, os dirigentes e técnicos federativos não levaram muito a sério as palavras do técnico da atleta e, chegados às vésperas do Mundial, seleccionaram-na. Começou aí um «braço-de-ferro» entre Rosa Mota e a Federação, que culminou com um prazo dado à atleta para responder se iria ou não ao «Mundial». Rosa não foi e a federação castigou-a com uma repreensão e com quatro meses de suspensão do subsídio de alta competição - um castigo pouco mais que simbólico, mas que naturalmente não agradou nada à atleta, que recorreu para o Conselho Jurisdicional e se desligou desde logo da alta competição. Estava consumada a ruptura. Nessa época de 1988, Rosa Mota já não se inscreveria na Federaçlão.

Apesar de não ter sido ouvida no processo que conduziu ao seu castigo, este foi confirmado pelo Conselho Jurisdicional da Federação seis meses depois (Maio de 1988). Os Jogos Olímpicos aproximavam-se e Rosa Mota, já campeã da Europa e do Mundo e grande favorita na maratona olímpica de Seoul, necessitava da assinatura do presidente da Federação, então o dr. Carlos Cardoso, para ser inscrita. O ministro da Educação Roberto Carneiro começou a movimentar-se e, em Julho, consegue que a Federação, após uma votação 3-3 com voto de qualidade do presidente, aceite declarar que Rosa Mota era elegível para os Jogos Olímpicos. Mais que a filiação (que não era estritamente necessária), o que a Federação tinha que assegurar é que a atleta respeitava os regulamentos do amadorismo e que não usava estimulantes.



Manuel Arons de Carvalho

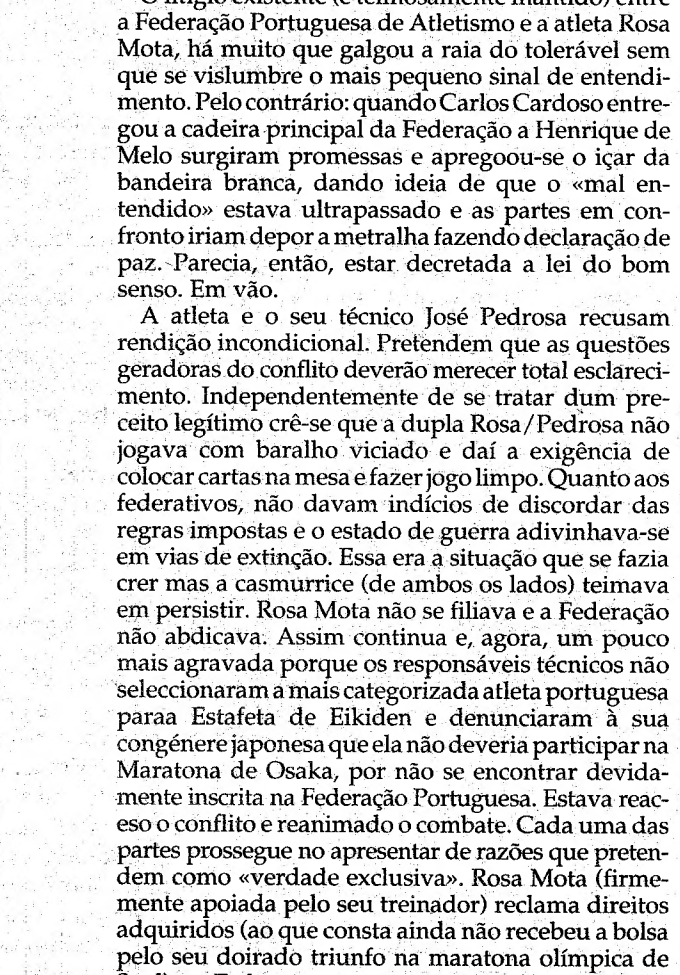
Por uns meses, o caso-Rosa Mota estava resolvido, garantida que estava a sua presença em Seoul. O Governo, que não se quisera imiscuir na área federada aquando do célebre caso-Saltilho, não hesitou neste caso, que estava a apaixonar a opinião públicva, largamente favorável à atleta (o que não sucedia relativamente aos futebolistas...).

Mas a nível federativo, as sequelas do caso foram graves, com uma fractura no interior da direcção, então já muito reduzida. Dessa divisão viriam a resultar duas listas para as eleições que se aproximavam e que dariam aliás uma expressiva vitória áquela que integrava os defensores da «linha dura» no relacionamento com Rosa Mota. A alta competição (e consequentemente este caso) representa pouco para a larga maioria das Associações Regionais, essencialmente preocupadas com o atletismo jovem e com os seus (grandes) problemas de infra-estruturas humanas e materiais.

Naturalmente que o caso-Rosa Mota e a sua soolução foram tema na campanha eleitoral e, uma vez realizadas as eleições, o novo presidente, dr. Henrique de Melo, iniciou uma série de contactos com José Pedrosa e Rosa Mota, tendentes a resolver o conflito. Como condição prévia estava a anulação do castigo à atleta, o que não foi difícil de conseguir-se, tanto mais que havia normas processuais que não foram cumpridas, a começar pela própria audição da atleta. O novo Conselho Jurisdicional não demorou a dar o seu parecer nesse sentido e, em Novembro, um protocolo foi estabelecido entre a Federação e a atleta, de forma a evitarem-se novas questõoes. Pendentes ficavam dois aspectos: a bolsa atribuída pelo Governo pela vitória olímpica e que, segundo os regulamentos, deverá ser paga através da Federação; e a requisição do dr. José Pedrosa nos dois anos que antecederam os Jogos Olímpicos e que não havia sido considerada pela direcção-técnica nacional. Assuntos que só o Ministério da Educação poderá resolver (o segundo em colaboração com o Ministério da Saúde, de que depende o técnico da atleta), mas de cuja solução Rosa Mota não prescindia, uma vez que pretendia reentrar na Federação sem nenhum caso pendente.

Até que, inesperadamente, novo episódio acaba de surgir, com o contacto estabelecido pela Federação com a sua homóloga do Japão, informando que Rosa Mota não estava filiada, pelo que não poderia participar na Maratona de Osaka. Não se conhece ao certo qual a atitude que tomará agora Rosa Mota, mas volta a falar-se com insistência numa filiação por uma federação estrangeira. Macau esteve em foco há dois anos atrás, nunca tendo ficado bem esclarecido se a atleta se chegou ou não a filiar pela então recém-foormada Federação. Mas não será difícil à atleta inscrever-se por um qualquer clube estrangeiro, norte-americano ou japonês nomeadamente. Embora esse processo tenha sempre que passar pela Federação Portuguesa de Atletismo.

Mas isso já são cenas dos próximos capítulos...



Rosa e Pedrosa: muita polémica em torno da atleta e do médico

Conflito reaceso

O litígio existente (e teimosamente mantido) entre a Federação Portuguesa de Atletismo e a atleta Rosa Mota, há muito que galgou a raia do tolerável sem que se vislumbre o mais pequeno sinal de entendimento. Pelo contrário: quando Carlos Cardoso entregou a cadeira principal da Federação a Henrique de Melo surgiram promessas e apregoou-se o içar da bandeira branca, dando ideia de que o «mal entendido» estava ultrapassado e as partes em confronto iriam depor a metralha fazendo declaração de paz. Parecia, então, estar decretada a lei do bom senso. Em vão.

A atleta e o seu técnico José Pedrosa recusam rendição incondicional. Pretendem que as questões geradoras do conflito deverão merecer total esclarecimento. Independentemente de se tratar dum preceito legítimo crê-se que a dupla Rosa/Pedrosa não jogava com baralho viciado e daí a exigência de colocar cartas na mesa e fazer jogo limpo. Quanto aos federativos, não davam indícios de discordar das regras impostas e o estado de guerra adivinhava-se em vias de extinção. Essa era a situação que se fazia crer mas a casmurrice (de ambos os lados) teimava em persistir. Rosa Mota não se filiava e a Federação não abdicava. Assim continua e, agora, um pouco mais agravada porque os responsáveis técnicos não seleccionaram a mais categorizada atleta portuguesa paraa Estafeta de Eikiden e denunciaram à sua congénere japonesa que ela não deveria participar na Maratona de Osaka, por não se encontrar devidamente inscrita na Federação Portuguesa. Estava reaceso o conflito e reanimado o combate. Cada uma das partes prossegue no apresentar de razões que pretendem como «verdade exclusiva». Rosa Mota (firmemente apoiada pelo seu treinador) reclama direitos adquiridos (ao que consta ainda não recebeu a bolsa pelo seu doirado triunfo na maratona olímpica de Seul) e a Federação tenta esgrimir com argumentos pouco esclarecidos. Há a questão das exigências de Pedrosa, que pretenderá receber os salários como médico relativos ao período em que se ocupou exclusivamente na preparação da nossa campeã. Também haverá desencontro no facto dos calendários estabelecidos pelo seu «patrocinador» poderem contrariar a presença da atleta nas provas do calendário federativo. Questões que importa aclarar, esclarecer, resolver. A situação exige firmeza, energia, coragem e, sobretudo, lealdade, por forma a que cada parte saiba enaltecer o carácter, que alguém disse um dia ser uma das forças motrizes do mundo.

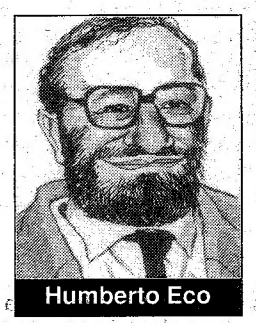
Façam-se cedências, haja contemporização, abdique-se da teimosia a favor da tolerância, da transigência e deponham as armas. Queremos uma Rosa sem espinhos. Deixem a Rosa correr.

Alves Henriques

AFINAL, ONDE FICA COMBRAY?

Alguns teóricos afirmam (embora a lei não seja aplicável a todos os casos) que para interpretar uma alegação como metafórica é necessário decidir, antes do mais que, se aquela fosse tomada à letra, seria anómala, absurda e manifestamente falsa. Mas para se passar à interpretação do sentido figurado é preciso que quem fala não seja doido. Se alguém me diz: «Paulina é um bloco de gelo», e eu respondo: «Enganas-te. Não é verdade, ela não é feita de H_2O, mas de proteínas», é evidente que o elo se interrompe. Porém, neste caso, em que quem tinha falado não era louco, eu serei imbecil se não tiver captado a intenção metafórica do falante. O mesmo fenómeno acontece em relação à ironia, a qual postula um acto de cooperação interpretativa; de outro modo, acusa-se pura e simplesmente o falante de dizer o contrário do que deveria.

Tenho debatido o problema de como se subscreve o pacto de ficcionalidade no qual se baseia a narrativa. Espero, por exemplo, de um livro de História que me dê a data certa da morte de Alexandre; de um romance, aceito que Alexandre não tenha morrido no ano 323, mas que continue a viver como eremita nas nascentes do Indo. Como é que um romance assinala ao leitor a sua natureza de relato fictício e reclama aquilo a que se chama «a suspensão da incredulidade»? Geralmente, o editor di-lo na própria capa; suponhamos, todavia, que estamos a ler um manuscrito sem título. Em alguns textos, existem sinais muito explícitos, como a frase inicial «Era uma vez»; mas, até neste caso, é necessário um leitor capaz de reconhecer este indício e de não pensar que o rei de que falo tivesse realmente existido um dia.



Humberto Eco

Há três anos, analisei com os meus estudantes uma grande quantidade de inícios de romances com o intuito de encontrar todos os traços possíveis de narratividade. Existem muitíssimos (por exemplo: a presença dominante de diálogos, a extensão das descrições paisagísticas, início a meio dos acontecimentos, insistências exageradas em afirmar em que se está a contar uma história verdadeira, etc.).

O curioso é que, muitas vezes, não são imediatamente visíveis (se bem me lembro, parece que com a «Princesa de Clèves» é necessário passar aí uma dezena de páginas antes de nos decidirmos se se trata de uma crónica ou de um romance). E existem romances que começam por apresentar documentos que deveriam demonstrar a veracidade do relato (caso de «Os Noivos Prometidos», pelo menos para quem não capte a ironia manzoniana).

Quantos serão os leitores capazes de reconhecer os traços de narratividade? O problema é semelhante a outro recentemente estudado: na televisão, num programa variado, no qual se sucedem, sempre introduzidos pelo mesmo apresentador, um monólogo cómico, uma entrevista e um documentário sobre as formigas, quantos são os telespectadores que distinguem a ficção da informação? Com a literatura parecia que o problema não se poria, uma vez que, por definição, a literatura era destinada a um público muito limitado de frequentadores de livrarias; para o restante público, circulava uma paraliteratura barata, destinada aos leitores que teimavam em sonhar de olhos abertos e, portanto, totalmente desinteressados em distinguir o que é ficção de realidade.

O fenómeno está a transformar-se num panorama sociológico diferente, quando até um conto requintado e aristocrático como «As Núpcias de Cadmo Armonia», de Roberto Calasso, atinge tiragens reservadas, vinte anos atrás, a um romance policial (e no qual acrescentarei, o próprio autor deixa pairar a dúvida sobre se está a contar antigas fábulas ou a revisitar a única história que deve ser tomada «a sério»).

Ora — e atiro um número ao caso, mas não creio que esteja muito longe da verdade — ultrapassando a barreira dos cinquenta mil exemplares entra-se num território culturalmente incógnito onde se pode até encontrar um leitor que abre Proust, vai à procura de Combray no atlas, não encontra, e pede que lhe seja devolvido o dinheiro, como faria se tivesse comprado uma enciclopédia que não trouxesse a palavra «Gronelândia».

Penso que já uma vez contei a anedota de Vittorio Emanuele III que, levado a uma exposição de arte, pára diante de uma paisagem amena com uma terreola a um canto... e pergunta quantos habitantes tem a aldeia.

(Trad. de Manuela Ferreira de Almeida)

Cartoon por José Bandeira

FORUM

AUTO-RETRATO

O auto-retrato é um desafio que o «DL» está a lançar às mais diversas personalidades da vida pública portuguesa. Duas vezes por semana está nestas páginas. Hoje é a vez de Eduarda Dionísio

Nasceu em 1946, quando já era quase Verão, na Av. da República, Lisboa (Portugal).

Não foi baptizada até ao momento. Não frequentou aulas de religião e moral, nem a Mocidade Portuguesa, por artimanhas dos pais que, livres-pensadores e democratas, a meteram no jardim infantil da Escola Francesa (ao Pátio do Tijolo), depois Liceu Francês, para a livrarem de males maiores.

Desde os 3 anos que se levanta mais ou menos todos os dias, com relutância, às 7 da manhã: deveres de aluna e, logo a seguir, de professora.

Bilingue dos 4 aos 14 anos, aprendeu a ler, escrever e contar na língua de Descartes - o que tem feito por esquecer. Em criança, privou mais com Vercingetorix e Joana d'Arc do que com Viriato e D. Nuno Álvares Pereira. O regresso cultural à Pátria deu-se no Liceu D. Leonor, onde fez os 6.º e 7.º anos.

Por facilidade, licenciou-se em Filologia Românica, na Faculdade de Letras de Lisboa, o que aconteceu em Outubro de 68, depois de uma rápida visita, com alguns amigos, a Avignon em restos de Maio. Por dificuldade, escolheu *O Escritor e a Escrita no Nouveau Roman* como tema da tese da dita licenciatura (450 páginas escolares).

Em Janeiro de 69, foi colocada no Liceu Maria Amália. No ano seguinte, profissionalizou-se no Liceu Camões, onde se manteve 14 anos teimando. Actualmente, ensina português na Escola Secundária da Cidade Universitária - uma escola por turnos e por pavilhões.

Acreditou vários anos nas virtudes transformadoras da pedagogia: orientou estágios, colaborou em programas de Francês e de Jornalismo para o Ensino Secundário, foi co-autora de antologias para uso escolar português (9 volumes) de Iniciação ao Jornalismo (3 volumes).

Também foi a obsessão pedagógica que a levou a pôr de pé um inquérito à *Situação de Arte (Publicações Europa-América*, 1968), com Almeida Faria e Salgado de Matos, a meter-se pela crítica literária (*A Capital, Seara Nova)* e a fundar, em 71, com Jorge Silva Melo, Luís Miguel Cintra e Salgado de Matos o jornal mensal *Crítica* - publicação que durou 9 números o que terminou com a devolução de 17$50 a cada assinante. Também acreditou vários anos nas escolas como terreno cultural estimulante, de passagem de testemunho, que a sua radical transformação era um trabalho revolucionário importante e que o sindicalismo dos professores podia não ser corporativo. Enganou-se neste como noutros domínios.

Trabalhou no *Núcleo de Professores do Movimento de Esquerda Socialista* (onde militou desde a sua fundação, em Maio de 74, até Dezembro de 75); fundou, com 30 professores daí saídos, o movimento de intervenção *Contra a Escola Capitalista*, que funcionou entre 76 e 81 e editou várias publicações, entre as quais o volume *A Política na Escola;* foi delegada sindical, entre 74 e 80, função que interrompeu, durante o Ministério Cardia, para pertencer à Direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, de onde se demitiu com 15 outros elementos, quando já não era possível suster a cisão sindical que várias forças desejavam.

Habituou-se às designações de «pequeno-burguesa», «contra-revolucionária», «feita com os sindicatos amarelos», «demissionista» e «esquerdista» que lhe foram sendo aplicadas.

Nos domínios da literatura anónima, colectiva e oral, podem-lhe ser atribuídas algumas centenas de textos comunicados, propostas e intervenções em assembleias e colóquios.

Apesar de sempre ter revelado visíveis dificuldades no entendimento das coisas eleitorais, participou activamente, na categoria de não elegível, em várias campanhas: para a Constituinte, em 75, como candidata do MES, para o Parlamento Europeu, em 87 e 89, como candidata independente do PSR. Participou ainda, por razões óbvias, na campanha de Otelo à Presidência, em 76. E só.

Aproveitou algum tempo de sobra para se dedicar às artes-plásticas, tendo armazenado, debaixo e atrás dos móveis da sua casa, algumas centenas de madeiras e papéis pintados, e oferecido outros a amigos. Chegou a estar representada, em meados de 60, em colectivas de principiantes na SNBA e na Gravura (onde seguiu vagamente um curso e onde se irritou com a morosidade dos ácidos sobre os metais), e também em leilões de solidariedades várias. Atreveu-se a mostrar 72 quadrados pintados e um tríptico em 5 partes a que deu o nome de *12 modelos à procura de um pintor* no Teatro do Bairro Alto, em 81.

Aviou algumas dezenas de cartazes de iniciativas e espectáculos, paginações de jornais e de folhetos, grafismos de panfletos, maquetas de autocolantes. Gosta de letras de decalque e de fotocópias.

Aproveitou alguns encontros importantes para fazer teatro: com Luís Miguel Cintra e Jorge Silva Melo (69-70), com Antonino Solmer (80-87), com o Bando (87-89). Fez uma perninha de actriz tapaburacos, dirigida por L.M. Cintra, Antonino Solmer e João Brites, o que lhe deu muito prazer. Fundou, com Antonino Solmer, o grupo de teatro ContraRegra (83-87), colou textos, fez cenários com desperdícios, papel, fita-cola e sacos de plástico, em tempos de penúria.

Também aproveitou as marés - as das ressacas político-sentimentais - para escrever em maior dimensão. Alguns dos seus livros foram publicados: *Comente o Seguinte Texto:* (Plátano, 72, escrito em 69); *Retrato dum Amigo Enquanto Falo* (Armazém das Letras, 79; 3.ª ed. Quimera, 1988); *Histórias, Memórias, Imagens e Mitos de duma Geração Curiosa* (Círculo dos Leitores, 1981); *Pouco Tempo Depois (As Tentações)* (Gradiva, 1984), *Alguns Lugares Muito Comuns (diário de uns quantos dias que não abalaram o Mundo)* (Gradiva, 1987). Para que constasse. Outros nunca foram publicados, nem serão.

Tem 2000 compradores mais ou menos fiéis. Remou contra marés várias em colectivos, colectividades e instituições, tão díspares como a Caixa Económica Operária, a cuja direcção pertenceu em 86, e o Conselho de Imprensa, onde fez o que pôde para representar a opinião pública (82/83).

Actualmente, faz parte da redacção do mensário *Combate*, um jornal a preto e branco.

Tem-lhe ficado pouco tempo para ler e viajar. Aprendeu a remar, a andar de bicicleta e a guiar. Nada muito mal. Detesta jogar às cartas. Nunca percebeu como é que se jogava xadrez, nem tão pouco como se ganhavam e perdiam as guerras. Cortou relações com bastante gente. Tirou muitas fotografias em excursões. Tem uma filha chamada Diana. Habituou-se às recusas - de subsídios, e não só.

Eduarda Dionísio
Nov. 89

CARTAS NA MESA

«Os bois pelo nome»

(...) O que levou o caso Taveira a tornar-se num escândalo público? (Que só não é escândalo nacional porque grande parte dos portugueses fora das grandes cidades não lêem jornais e preocupam-se mais com o dia a dia, as batatas, o pão, o arroz, a educação dos filhos, e outras coisas do género.) Tornou-se um caso público por andar a fornicar com várias mulheres? Isso qualquer empregado de discoteca ou de quarto de hotel é capaz de fazer. Por ter feito as filmagens das relações sexuais com as suas parceiras? Isso qualquer miúdo do liceu é capaz de fazer, desde que tenha uma câmara de vídeo.

Em Trás-os-Montes, nas Beiras ou no Minho, quando o lavrador guia a junta de bois que puxam o arado não lhes chama boi. Diz frequentemente: «Anda p'ra lá Moreno!», «Arre Malhado!», «Anda cá Manso!» - Escolhe o nome da sua simpatia e é por ele que se habitua a lidar com o animal e é por esse nome que o animal responde. Mas não lhe chama boi. O caso Taveira, sendo um caso de aventuras sexuais chama-se escândalo porque passou a ser do conhecimento do grande público. Porque o grande público passou a comentá-lo. Porque o público passou a dizer coisas que os jornais inicialmente evitavam afirmar.

Dizia-se que as parceiras eram meninas das capas de revista. Dizia-se que eram filhas ou esposas de personagens políticas ou gente da dita «Alta Sociedade» lisboeta. Se Taveira em vez de um arquitecto conhecido fosse um vulgar desconhecido engatatão, teria sido um herói.

Mas Taveira não se tornou um herói. Parece ter-se tornado proscrito. A sociedade em que se inseria, que fazia gala da sua presença, parece querer bani-lo. As senhoras dessa sociedade têm receio de serem consideradas «uma das tais». Os senhores, têm receio que se pense que a sua senhora era mais «uma das tais». Mas também parece estar a tornar-se um proscrito por esta aversão secular que as pessoas têm àqueles que abusam do poder. Começou por se constar que algumas das filmagens tinham sido feitas com a intenção de exercer pressões. As pessoas às vezes são más línguas! Se calhar não era nada disso! Como é que ia fazer pressões sobre as pequenas de capa de revista? Depois foram as pressões sobre as revistas. A isto pode-se chamar, no mínimo, interesse a fundo pelo assunto, dado que ficou provado que o interesse não ficava pela pressão sobre as personagens das capas. E agora vem uma das meninas pressionadas, já com o contrato para a «Play Boy», acusá-lo de sodomização. Por este andar, o caso Taveira ainda vai inspirar uma nova vaga de arquitectura portuguesa.

Quem pode correr o risco de perder vendas, com a competição, é a louça de Caldas! Mas nem só essa corre o risco de passar a segundo plano. Com o desvio da atenção que este caso provocou, passaram para segundo plano os escândalos com as acusações de fraude no Ministério da Saúde e a história do apartamento nas Amoreiras adquirido por preços inferiores aos que normalmente eram adquiridos. E que preços e que sisas têm que ser pagos para adquirir um apartamento daqueles! Mesmo com trocas e baldrocas pelo meio! e o paradoxo, é que o caso Taveira continua a chamar mais a atenção do público do que as fraudes que quase todos os dias vêm a lume. É necessário distinguir o que é importante do que é sensacionalista. E é mais importante tratar das falcatruas do que os maus dizeres que pouco ou nada vão influenciar o modo de vida da sociedade portuguesa. Brinquemos com as histórias engraçadas mas tratemos a sério das falcatruas.

Coriolano Magalhães, neurocirurgião,
leitor da Amadora

POLÍTICA

O futuro estatuto tem uma norma «inconstitucional» e aumentos inferiores aos esperados

Sargentos insistem em novos vencimentos

O tenente-coronel Vasco Lourenço exaltou a exemplaridade do comportamento dos sargentos na luta para que os seus estatutos correspondam à dignidade da classe, do mesmo modo que os seus vencimentos.

Comemorado na Voz do Operário com grande participação, o «Dia do Sargento» ficou assinalado pela aprovação de uma moção na qual é dito que o estatuto das Forças Armadas «não foi elaborado com base em critérios de justiça e dignificação, mas somente em critérios economicistas».

O mesmo documento da Associação Nacional de Sargentos, que promoveu esta reunião depois das que se realizaram no Entroncamento e de Évora, sublinha que o estatuto «não teve em conta o elevado sentido da missão, noção do dever, riscos, exigências e sujeições inerentes à vida militar».

O futuro estatuto dos militares das Forças Armadas reduz, «restringe e omite» direitos já consagrados na Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas e na Lei de Bases Gerais da Condição Militar (artigos 19º a 26º), para além de agravar as condições de pasagem à reserva, antecipar a idade de passagem à reforma e extinguir os quadros de adido e supra-numerário.

Outras medidas gravosas

Entre as várias medidas gravosas que a Associação Nacional de Sargentos referiu ao DL destacam-se o aumento do tempo mínimo de permanência nos postos, a exigência de condições obrigatórias de promoção a sargento-mor e sargento-chefe, e a entrada em vigor de uma «sanção extraordinária» (artigo 166º do futuro Estatuto dos Militares das Forças Armadas).

A Associação Nacional de Sargentos e os militares em geral consideram esta norma «ferida de inconstitucionalidade», já que «contraria o espírito e a letra da Lei de Bases Gerais da Condição Militar, à qual este Decreto-Lei se deve subordinar», acrescenta a ASN.

Entre as várias discrepâncias para as quais chamam a atenção, os sargentos vincam o facto de um «primeiro», com cinco diuturnidades de 20 a 36 anos de serviço, ficar a ganhar menos 6 300 escudos do que um alferes com um ano de tropa.

Para além disso, os sargentos recebem vencimentos inferiores em 50 a 70 por cento, em comparação com os seus colegas dos países comunitários (ver quadro em anexo).

Rejuvenescimento

O estatuto, ao contrário do anunciado rejuvenescimento e modernização da instituição militar, visa, fundamentalmente, manter os militares o maior tempo possível no activo, motivo pelo qual consideram de uma forma geral, que «este não é o nosso estatuto». Como há tempos escrevia um oficial superior da Força Aérea na revista «Mar Alto», dignificar «significa tornar digno, e dignidade pode definir-se como uma qualidade moral que infunde respeito pelo modo de proceder, como um princípio que se baseia na finalidade da existência do homem, e não apenas «na sua utilização como meio».

O documento salienta que o mesmo estatuto «não contempla os justos anseios e aspirações» dos sargentos», «muitas vezes manifestados pelos órgãos representativos da classe aos órgãos de soberania e chefias militares».

J.R.

ESTUDO DO NOVO SISTEMA RETRIBUTIVO

	87	89 NSR	DIF.	% mais altas 84	Remodelação % fixas: DL 190/88	
GEN.	100% 100.800$	100% 381.200$	100%	100%	100%	381.200$ S/SCM.
S.MOR	61,2% 61.700$	43,0% 163.900$	-18,2%	63,45%	50%	190.600$ S/SCM.
S.CHEFE	57,5% 58.000$	38,0% 144.800$	-19,5%	60,78%	47%	179.164$ S/SCM.
S.AJU.	49,7% 50.100$	29,7% 113.200$	-20%	52,25%	38%	144.856$ S/SCM.
P.SAR	44,9% 45.300$	27,3% 104.000$	-17,6%	48,85%	34%	129.608$ S/SCM.
S.SAR	40,6% 40.300$	24,0% 91.400$	-16,0%	45,47%	30,5%	116.226$ S/SCM.

Sampaio recebe históricos do MPLA

Mário Pinto de Andrade, Gentil Viana e Adolfo Maria, três «históricos» do MPLA há longos anos afastados da vida política do seu país, vão ser esta noite recebidos, no Largo do Rato, pelo secretário-geral do PS, Jorge Sampaio.

A iniciativa partiu do líder socialista, que manifestou interesse num encontro público e formal, na sequência de outros já realizados mas num quadro restrito e de carácter privado.

Jorge Sampaio tem mantido contactos diversos com vários sectores angolanos sobre as conversações de paz, um processo de que os socialistas não se têm alheado.

Ainda este mês, uma delegação do PS, composta por elementos a designar, deslocar-se-á a Luanda, a convite do MPLA.

B R E V E S

PCP acusa Cavaco de temer nova derrota

O Partido Comunista diz que Cavaco Silva receia nova derrota eleitoral, razão pela qual apoia uma eventual recandidatura de Soares. Esta posição consta de uma comunicado elaborado pela Comissão Política, segundo a qual a entrevista do primeiro-ministro ao Expresso «assume um particular significado», atendendo a que as eleições sempre foram momento de sérias e ambiciosas investidas de direita contra o regime democrático».

Humberto Delgado foi morto há 25 anos

O general Humberto Delgado vai ser homenageado no domingo, numa cerimónia que pretende assinalar o 25º aniversário do seu assassinato. A comissão promotora da homenagem promove-a junto do seu túmulo, em Seia. «Esta deveria ser a última homenagem efectuada naquele local, pois a Asembleia da República decidiu, há dois anos, a translação dos restos mortais de Humberto Delgado para o panteão nacional», referiu a comissão promotora.

Exército pretende helicópteros

O chefe de Estado-Maior do Exército defende que o Exército também deveria ter helicópteros. Diz Firmino Miguel que «o helicóptero é um sistema de armas terrestres que dever

iamos ter à nossa disposição, a exemplo do que já aconteceu com a Marinha». Sobre este assunto, o CEME declarou em entrevista ao «Diabo»: «Queremos dois tipos de 'hélis'. Um, do tipo multi-role», logístico, de transporte táctico; outro, de ataque, equipado com armas anti-carro».

Jornadas parlamentares dão directivas

PCP reforça teses de regionalização

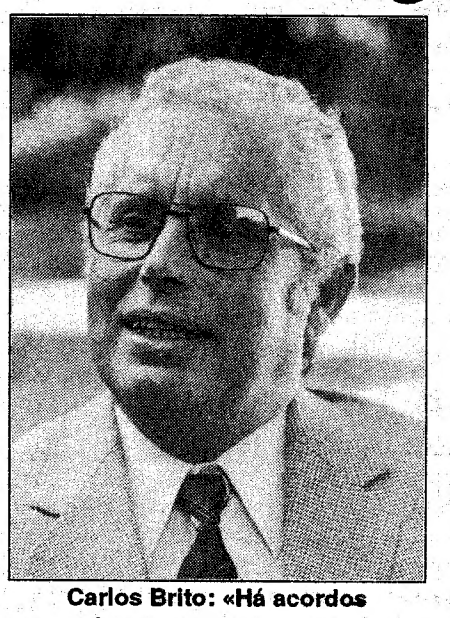
A bancada parlamentar do Partido Comunista vai iniciar um novo período de trabalho na Assembleia da República tendo como pressuposto político «o fortalecimento da oposição com uma maior convergência das forças democráticas» e em contraponto «o enfranquecimento do Governo e a tendência para o desentendimento na área governamental».

A actividade dos comunistas vai privilegiar seis factores sociais considerados prioritários: a integração na CEE e a gestão dos fundos comunitários; os direitos dos trabalhadores; a política de saúde; a política de educação; a regionalização e a melhoria do funcionamento da Assembleia da República.

Calendário de trabalhos

Tendo como base política os resultados autárquicos de 17 de Dezembro, Carlos Brito, líder da bancada do PCP, sublinhou que «as vitórias conseguidas pelas forças que defendem a regionalização, não podem deixar de ter tradução na actividade da AR e, nesse sentido, foi decidido requerer o agendamento urgente do Projecto de Deliberação nº71 / V do PCP, que propõe um calendário de trabalhos parlamentares conducentes à aprovação final da lei quadro das regiões administrativas»

Este documento já foi votado na generalidade em 30 de Maio do ano passado, mas os trabalhos na comissão nunca avançaram o que serve de argumento aos deputados comunistas para acusarem o PSD de deliberadamente bloquear o processo de regionalização.



Carlos Brito: «Há acordos regulares» entre o PS e o PCP

O grupo parlamentar do PCP revelou o conteúdo do Programa de Visitas do Grupo de Trabalho para a Regionalização da Comissão Parlamentar de Poder Local. O nome é quase tão longo como o número de viagens a países de Europa aprovadas, isoladamente pelo PSD, para o referido grupo.

Segundo a bancada comunista, os sociais-democratas pretendem realizar seis viagens ao estrangeiro, «uma por mês até Julho, pelo período de uma semana cada, designadamente à Bélgica, Espanha, França, Holanda, Itália e Suécia».

Este programa de trabalhos é considerado pelos comunistas como «um verdadeiro escândalo, que tem por objectivo principal o protelamento do processo de aprovação da Lei de Regionalização».

Carlos Brito revelou ainda aos jornalistas que os membros de uma comissão de autarcas a nível nacional vão apresentar ao Presidente da República um documento «suscitando a inconstitucionalidade das medidas governamentais por omissão»

.Ou seja, os comunistas alegam que há mais de seis meses estão aprovados projectos de lei na generalidade que não têm tido continuidade na especialidade, pondo em causa o preceito constitucional que defende a criação de regiões administrativas.

Questionado pelo DL sobre um eventual acordo com o PS sobre esta matéria, o líder parlamentar do PCP admitiu que «há contactos regulares entre os dois partidos».

Embora admita a responsabilidade dos socialistas por não ter sido possível avançar mais em matéria de regionalização na revisão constitucional, o PCP é agora mais moderado nas críticas. Carlos Brito disse mesmo que dá «o benefício da dúvida à actual direcção do PS, que tem manifestado o desejo de acelerar o processo» e confia nas intenções dos autarcas socialistas que, na sua maioria, salientaram os problemas da regionalização nas respectivas cerimónias de posse.

M.J.R.

POLÍTICA

As mudanças no Leste serão debatidas num forum em que participa Jacques Delors

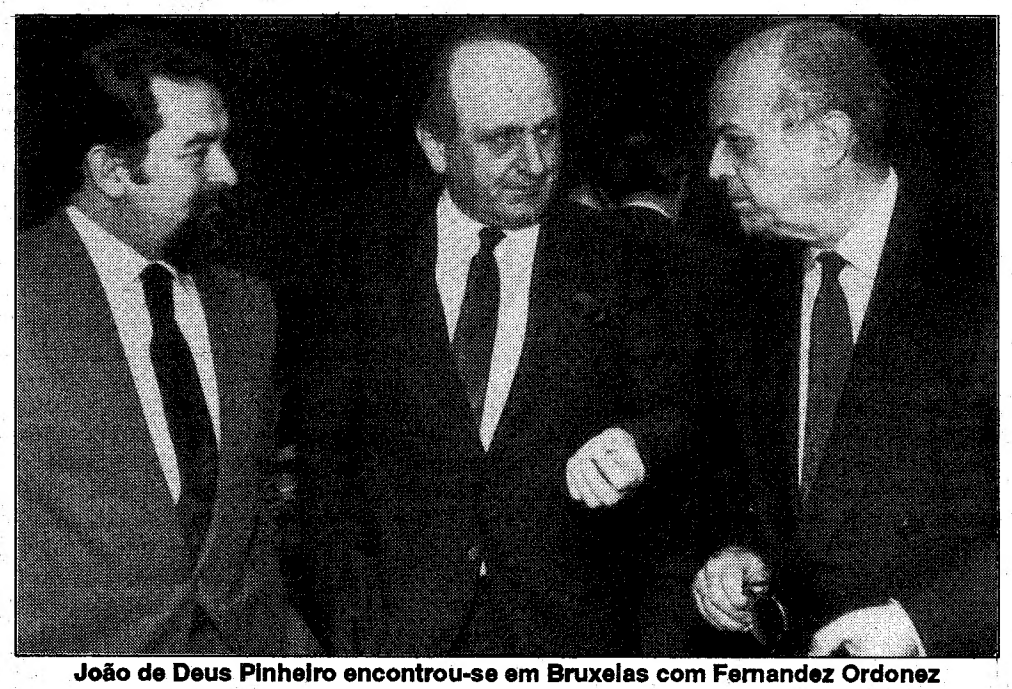
Futuro da Europa debatido em Lisboa

A nova arquitectura política europeia vai ser debatida nos dias 23 e 24 de Março próximo, em Lisboa, na reunião do Conselho da Europa. A participação futura da União Soviética neste forum é um dos temas das discussões. Jacques Delors está a modificar a sua agenda para assistir à reunião.

Para além desta decisão assumida no Conselho de Ministros de Assuntos Gerais, com a presença dos titulares das diplomacias dos Doze, Bruxelas tornou extensivos a outros países do Leste, os programas de auxílio intensivo de que estão a beneficiar a Polónia e a Hungria. Os pedidos serão analisados caso a caso, mas deverão subordinar-se a duas permissas: aproximação à economia de mercado e democratização do regime.

As intervenções comunitárias passarão a ser coordenadas com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial. Os critérios serão estudados em função da especificidade de cada país e o conselho decidiu efectuar um estudo sobre as capacidades de absorção das ajufas comunitárias, «para não se correr o risco de efeitos perversos».

Portugal apresentou uma proposta no sentido de, na amplitude da ajuda, ser tomado em consideração o equilíbrio interna da Comunidade. «As ajudas não podem introduzir efeitos benéficos nesses países e efeitos negativos na comunidade, ou nalguns dos seus Estados» - defendeu João de Deus Pinheiro.



João de Deus Pinheiro encontrou-se em Bruxelas com Fernandez Ordonez e Gerry Collins

Unificação sim reunificação não

Um amplo debate sobre a problemática do centro e Leste europeus caracterizaram o Coselho de Ministros, que decorreu sob a presidência irlandesa e com a Comissão Europeia representada ao mais alto nível, ou seja com a presença do próprio Jacques Delors.

O caso específico da RDA e RFA ocupou uma parte substancial da reunião, com Hans-Dietrich Genscher a fazer uma exposição sobre a situação na Europa do Leste, particularmente sobre a RDA. Genscher manifestou-se preocupado com o fluxo emigratório da Alemanha do Leste para o Ocidente, a uma média de três mil cidadãos por dia.

Referiu-se depois às perspectivas de eleições na RDA, iniciando-se então um período de debate, que patenteou um relativo consenso quanto à unificação alemã.

Na opinião do ministro dos Negócios Estrangeiros português, expressa ontem em Bruxelas, a partir de agora «é muito importante falar na palavra unificação e não em reunificação. Passaram a ter significados relativamente diferentes. Unificação não significa a junção, dos dois Estados alemães e a intangibilidade de qualquer outra fronteira europeia».

Deus Pinheiro afirmou que o chefe da diplomacia alemã-federal sublinhou a importância da distinção para evitar qualquer tipo de ambiguidade.

Impotência política

O presidente da Comissão Europeia regressou a um tema que se vai tornando familiar no dicionário político comunitário. Depois de, em Estrasburgo, ter insistido na necessidade de um executivo comum, Delors afirmou ontem no Conselho de Ministros que o «dinamismo económico não substitui a impotência política».

Pretendeu o socialista francês sublinhar que a Comunidade, como um todo, deve ser muito mais protagonista, e não reagir apenas perante os acontecimentos que lhe são externos. Na interpretação do diplomata português, em diálogo com os jornalistas «esta capacidade de acção da Comunidade tem, naturalmente, implicações inequívocas. Desde logo a necessidade de, ao nível da cooperação, da política europeia ter muito mais capacidade de definir objectivos comuns».

Depois de considerar a discussão de ontem como «uma das mais francas emque participei», Deus Pinheiro referiu haver «uma inequívoca vontade de todos, sem excepção, da Comunidade Económica Europeia aprofundar e acelerar a sua organização».

Um marco na cooperação

A Conferência de Bona, que ocorrerá provavelmente em meados de Março, deverá constituir um marco na cooperação entre os países do Ocidente e do Leste.

O quadro da cooperação poderá vir a desenrolar-se a nível dos Doze estados-membros mais os países da EFTA, a cujas posições comuns se espera a adesão dos Estados Unidos, que já deram luz verde à reunião.

Embora todos os países se manifestem a favor da cooperação, defendem alguns, como Portugal, que ela deverá consubstanciar-se, com particular acuidade, em reformas estruturais e visando as ajudas científica e tecnológica em detrimento, por exemplo, das concessões comerciais, que não parecem ser o instrumento mais privilegiado.

O Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento terá a participação em princípio, das instituições comunitárias numa escala de 8,5 por cento do capital, o que lhe garantirá uma representação permanente no conselho de directores.

Inicialmente previra-se uma participação de apenas 0,5 por cento. Embora inconclusivo, um dos aspectos discutidos no Conselho foi a fórmula de participação da URSS no capital do banco. O Reino Unido, a propósito, formulou uma proposta secundada por Portugal: a dos financiamentos visarem projectos e não países, naturalmente com «plafonds» de crédito de forma a evitar distorções entre os diversos Estados.

Embora ainda seja cedo para se saber quem vai figurar à frente da nova instituição bancária, a francesa Elizabeth Guigou é um nome já pronunciado com insistência.

Entretanto, os governadores dos bancos centrais da RDA e da RFA vão reunir-se para estudar medidas urgentes que conduzam à União Económica e Monetária entre as duas Alemanhas. A economia da RDA foi considerada pelos especialistas como «catastrófica» e vai exigir medidas urgentes. Os peritos entendem que, contrariamente ao que está a acontecer com a Polónia e a Hungria, onde as transformações estruturais podem ser progressivamente empreendidas, a RDA não suporta o compasso de espera. Os especialistas concluíram que antes da unificação das duas Alemanhas, muito mais urgente é a união monetária, com vista à minimização do desequilíbrio acentuado com a abertura da fronteira.

José Rui Cunha

Sanções da CEE

O Conselho de Ministros dos Assuntos Gerais debateu ontem, em Bruxelas, a possibilidade do levantamento de sanções ao regime de Pretória. Os Doze condicionam tal medida ao fim do estado de emergência na África do Sul e à libertação do activista negro Nelson Mandela.

Uma moção aprovada durante a reunião vai ao encontro da posição manifestada por Portugal na Cimeira de Estrasburgo: refere que os Doze não são insensíveis às mudanças que se estão a operar na África do Sul e estão preparados para rever as suas posições, nomeadamente quanto ao levantamento de sanções.

Leste: Portugal apanha o comboio

Os embaixadores portugueses acreditados nos países de Leste foram chamados a Lisboa para se reunirem, amanhã, no Ministério dos Negócios Estrangeiros. João de Deus Pinheiro disse ontem ao DL, em Bruxelas, que em causa está a recolha de informações, para incremento de novas relações com aqueles países.

O chefe da diplomacia portuguesa efectuará, posteriormente, uma viagem pelas capitais dos países em vias de democratização, para avaliar situações e informar o Executivo. Embora seja um país pequeno, com recursos limitados, Portugal não quer perder o comboio do Leste.

Deus Pinheiro informou que o nosso País vai estar muito em breve representado na Roménia, inicialmente a nível de encarregado de negócios. A situação conturbada que se vive naquele país está na base da decisão portuguesa de não reabrir, imediatamente, embaixada.

Henry Kissinger vem a Portugal

Henry Kissinger, o antigo chefe da diplomacia norte-americana desloca-se esta semana a Portugal para efectuar uma comunicação integrada na conferência «Europa nos anos 90», que decorrerá nos dias 9 a 10 deste mês, sob os auspícios do «Semanário Económico».

Os responsáveis daquela publicação e do «Diário Económico» disseram à Lusa que no actual contexto mundial «as transformações em curso na Europa de Leste são motivo de reflexão sobre as consequências previsíveis para o desenvolvimento da Europa e, particularmente, da CEE».

Nesse sentido, a vinda a Portugal do ex-chefe da diplomacia norte-americana e Prémio Nobel da Paz (1973) reveste-se de grande importância ao abordar, durante a conferência, o tema «Perestroika- o impacte nos equilíbrios estratégicos».

O antigo secretário de Estado de Nixon, manterá encontros com o Presidente da República, o primeiro-ministro, e o ministro dos Negócios Estrangeiros.

Jaime Ramos defende apoio ao poder local

Para o governador civil de Coimbra é evidente o desajustamento entre as competências do poder central e do poder local

O novo Governador Civil de Coimbra disse que pretende ser «o embaixador das autarquias» junto do Governo. «A minha experiência autárquica fará com que me sinta o 18º presidente de Câmara do distrito», sublinhou Jaime Ramos a quem o ministro da Administração Interna conferiu posse ontem.

Manuel Pereira exortou Jaime Ramos a «acompanhar e apoiar» a actividade dos municípios, e acrescentou que o municipalismo português está numa fase de transição que põe fim ao «ciclo do município prestador de serviços essenciais».

O novo Governador Civil de Coimbra considerou ser «notório um desajustamento entre as competências do poder central e do poder local» e mostrou-se na disposição de «promover a complementaridade» dessas duas fontes de poder.

Neste contexto, o ministro sustentou que as funções de governador civil não se deverão «limitar ao exercício dos poderes de tutela em sentido restrito». No entender de Manuel Pereira, «tutelar significa também orientar, esclarecer, prestar apoio, incentivar acções e dinamizar vontades».

Área metropolitana de Coimbra

Jaime Ramos defendeu entretanto, a criação de uma área metropolitana de Coimbra e considerou que a autarquia conimbricense e as da periferia devem «procurar trabalhar em conjunto, no sentido de se desenvolverem de forma mais consensual e harmónica».

A protecção do ambiente, a criação de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias e a definição, em conjunto, das zonas de expansão e de implantação industrial foram alguns domínios que aquele responsável considerou vantajosa a cooperação intermunicipal.

A criação de regiões administrativas contribuirá, no entender de Jaime Ramos para o «reforço da democraticidade» da vida portuguesa.

POLÍTICA

Soares estranha apoio de Cavaco

As declarações de Cavaco Silva ao «Expresso» de sábado passado também caíram como uma bomba em Belém, onde «o Presidente foi tão surpreendido como qualquer outro cidadão», nos termos de uma declaração formal feita à Lusa pelo porta-voz e chefe da Casa Civil do chefe de Estado, Alfredo Barroso. Recorde-se que o primeiro-ministro e presidente do PSD fez publicar que o seu partido não deveria apoiar qualquer candidato à Presidência, caso Mário Soares quisesse disputar um segundo mandato.

«Como (o Presidente da República) tem afirmado repetidas vezes, não está a pensar numa eventual recandidatura e considera prematuro tomar uma decisão definitiva sobre essa questão», frisou Alfredo Barroso.

Por isso, e nos termos da declaração comunicada pelo seu chefe da Casa Civil, Mário Soares «não solicitou qualquer apoio, nem sequer abordou o assunto com as diversas personalidades e instituições que até agora manifestaram publicamente a vontade política de o apoiar ou apelaram para a sua recandidatura», assinala o texto.

Reacções diversas

Para além das reacções partidárias já ontem publicadas pelo DL, o que se levanta agora é a oportunidade do momento escolhido pelo líder do PSD e primeiro-ministro para definir uma base importante da sua estratégia eleitoral.

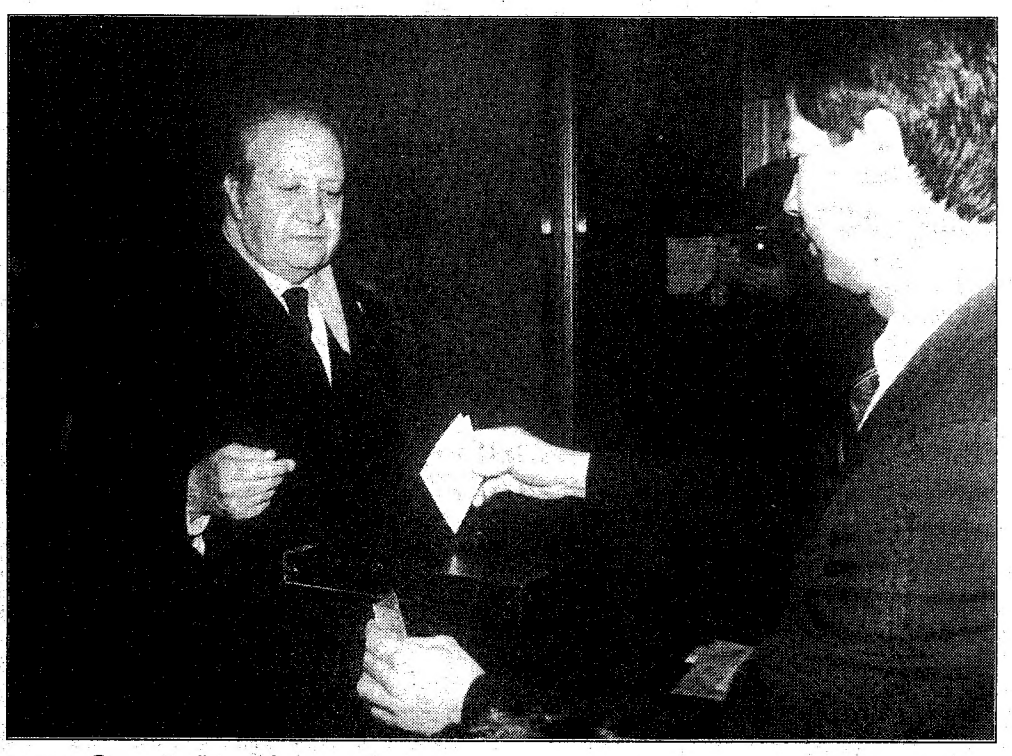
Do que restam poucas dúvidas é que a mensagem foi dirigida sobretudo ao interior do seu próprio partido, de onde recolhemos expressões de alívio de militantes destacados que não desejaram ser identificados.

Os ataques de Alberto João Jardim a Mário Soares e a saída à liça de responsáveis social-democratas, exigindo a celebração de uma plataforma prévia ao apoio consensual ou «forçado» à recandidatura do actual Presidente, teriam estado na base da súbita decisão de Cavaco Silva.

Como em cima da hora declarava o socialista António Guterres, em entrevista à TSF, Mário Soares não precisa do apoio do PSD nem sequer do PS para ganhar as próximas presidenciais, caso opte por se recandidatar.

A nota divulgada por Belém dá a entender, de forma muito clara, que Cavaco Silva não consultou Mário Soares antes de assumir a posição pública de apoio implícito à recandidatura do actual Presidente.

Mais: que nunca sequer abordaram o assunto.



Soares não aceita que façam votos prematuros pela sua recandidatura

Elementos PS e PSD renunciam a mandato

Quinta do Anjo repete eleições

A Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, concelho de Palmela, vai ter de repetir as eleições devido ao impasse legal provocado pela renuncia de mandato de todos os eleitos do PS e do PSD.

O presidente da Junta, cabeça de lista do partido mais votado (PCP), deverá apresentar ainda hoje ao presidente da Câmara Municipal de Palmela, Carlos Pézinho, um relatório pormenorizado sobre a situação. Segundo a legislação, o presidente da Câmara tem 30 dias para convocar eleições, que deverão realizar-se num prazo de 70 a 90 dias, ou seja entre o final de Abril e princípio do mês do Maio.

Na primeira reunião da Junta após as eleições, destinada à escolha dos elementos da mesa da assembleia da Junta de Freguesia da Quinta do Anjo, os cabeças de lista do PS e do PSD tinham um acordo tácito que consistia em juntar os votos dos dois partidos para que os lugares a que tinham direito fossem cargos de destaque no orgão autárquico.

A votação, por voto secreto, começou pela eleição dos vogais, embora os socialistas e sociais democratas estivessem convencidos que iriam eleger primeiro o tesoureiro e os secretários. Desta forma, juntaram os votos maioritários dos dois partidos, mas, quando se aperceberam que tinham acabado de eleger vogais, pediram a anulação da votação, alegando que não teriam sido devidamente informados.

O presidente da Junta, Joaquim Simões, recusou as pretensões do PS e PSD afirmando que o método da votação tinha sido previamente divulgado sem que, na altura, ninguém tenha levantado objecções. Socialistas e sociais-democratas abandonaram de imediato a sala, provocando a falta de *quorum* para a eleição da junta.

Foram feitas quatro tentativas para ultrapassar o impasse no orgão autárquico, repetindo-se de todas as vezes a mesma sequência de factos: era apresentado um pedido de repetição das eleições ao presidente da junta. O pedido era recusado. Socialistas e socias-democratas abandonavam a sala.

Na última reunião, os eleitos das listas dos dois partido apresentaram a renuncia de mandato obrigando por lei à convocação de novas eleições.

Facto curioso apurado pelo DL é o de a distrital de Setúbal do Partido Socialista não ter conhecimento do que se passava na Quinta do Anjo, tendo sido confrontada com um acto consumado.

De facto, as estruturas distritais do PS e do PCP tentaram encontrar um solução que evitasse a repetição de eleições, mas após vários encontros chegaram à conclusão

de que era a única saída legal para o impasse..

O DL soube que não é a primeira vez que a concelhia do PS de Palmela, liderada por Carlos Taleço, deixa a distrital do partido numa situação, no mínimo, delicada.

Candidato-surpresa à liderança da JS

Palma faz oposição a Seguro

António José Seguro, candidato à liderança da JS, vai ter um adversário no próximo Congresso, agendado para 28 e 29 de Abril. Chama-se Adolfo Palma tem 21 anos e é responsável pelo sector da Educação, embora o seu nome seja pouco conhecido.

Segundo José Craveiro, porta-voz desta segunda candidatura, ainda não formalizada, o aparecimento de Adolfo Palma deriva do facto de haver «militantes descontentes com a actual situação de pseudo-consenso». O jovem socialista salientou algumas críticas feitas a António José Seguro, em especial a forte ligação deste com «os objectivos políticos do Governo na área da juventude».

As críticas ao candidato de consenso, apoiado por Sérgio Abreu e pelo actual secretário-geral, José Apolinário, são há muito conhecidas, daí que tenha provocado surpresa uma aliança «contra-natura», como é classificada por muitos jovens socialistas.

Criar a unidade num momento em que se avizinham batalhas políticas importantes para o partido foi, em síntese, a principal razão avançada na conferência de Imprensa que lançou a candidatura de Seguro, mas nem todos ficaram convencidos com o argumento.

O prazo para a entrega das moções a discutir em Congresso termina no dia dois de Março. Há quem afirme que a candidatura de Adolfo Palma não chegará a formalizar-se, «trata-se de uma tentativa para ganhar espaço», já que a candidatura de consenso torna quase pacífica a eleição do novo secretário-geral da JS.

No entanto, o DL tem notado algum mal-estar entre os militantes da Juventude Socialista que não estavam à espera, «depois de tudo o que foi dito», de ter de apoiar a liderança de António José Seguro.

JSD apoia Soares

O presidente da Comissão Política Nacional da JSD, Carlos Coelho, disse aos militantes da concelhia de Setúbal que « foi um erro o PSD ter sobrestimado a percentagem eleitoral obtida em 1987» e ter «criado uma imagem de arrogância pensando que tudo era nosso».

Estas críticas do jovem social-democrata, que em Março abandonará a comissão política da JSD, reforçam as posições anteriormente assumidas pelo ex-presidente da concelhia de Setúbal, Sousa Pinto. Na reunião com a Juventude Social Democrata de Setúbal, Carlos Coelho manifestou o seu apoio às declarações de Cavaco Silva quanto à escolha de candidato para as próximas eleições Presidênciais. Recorde-se que o apoio do PSD a Mário Soares já tinha sido defendido pela «Jota» na última reunião do Conselho Nacional , embora o primeiro-ministro tenha ficado com a responsabilidade de negociar com o actual Presidente as condições para um eventual apoio dos sociais-democratas.

B R E V E S

Autarcas do Funchal tomam posse

Nove vereadores (cinco do PSD e quatro da coligação PS/CDS) tomam amanhã posse na Câmara do Funchal, ao mesmo tempo que principia as suas funções a Assembleia Municipal da capital da Região Autónoma da Madeira. Fica assim concluído o processo de designação dos novos órgão autárquicos eleitos em 17 de Dezembro. O atraso verificado deveu-se a um recurso apresentado pela UDP, aceite pelo Tribunal Constitucional, que obrigou a repetir as eleições nalgumas mesas de voto.

Hermínio Martinho espera 1991

Antes de 1991, está fora de questão a dissolução do Partido Renovador Democrático, segundo Hermínio Martinho declarou aos jornalistas, no Porto. Martinho considera que o PRD pode ir buscar votos à abstenção e que o veredicto sobre o futuro do partido pertencerá ao eleitorado, nas legislativas do ano que vem. Relativamente a sua posição como líder do PRD, Martinho manifestou a disposição de não se candidatar de novo, ao mesmo tempo que remetia para a próxima Convenção Nacional, a opção dos militantas sobre a liderança.

Soares em Marrocos a 15 de Maio

A segunda visita presidencial de Mário Soares a Marrocos principia no próximo dia 15 de Maio e termina três dias depois, datas que foram aceites pelo Palácio Real, ontem, em Rabat.

Durão Barroso pela paz em Moçambique

O secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, esteve ontem em contacto com o presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, e com o presidente do Quénia, Arap Moi, em Harare. As conversações destinaram-se a clarificar os últimos desenvolvimentos do processo de paz em Moçambique, uma negociação em que os dois Chefes de Estado aludidos servem de medianeiros.

Otelo em balanço na TV britânica

Muito perigoso politicamente para estar em liberdade, mas demasiado herói para estar preso, no dizer de um comentador da TV britânica, Otelo Saraiva de Carvalho esteve em foco no Canal 4 da televisão comercial do Reino Unido, declarando que não tinha sangue nas mãos. Durante a emissão, Otelo considerou-se um homem marcado pela direita portuguesa e membro da lista negra do PCP, por nunca se ter sujeitado a pressões por parte desta formação política.

Eduardo Gomes reeleito em Setúbal

Ao vencer Manuel Marçal Pina, Eduardo Gomes foi reeleito, pela quarta vez, presidente da comissão distrital do PSD de Setúbal. Na sua lista figurava o deputado europeu Carlos Pimenta. Eduardo Gomes venceu por 97 votos contra 23.

INTERNACIONAL

«Media» ocidentais partem à conquista do Leste

Empresas ocidentais competem num mercado praticamente virgem, tornado possível pelas reformas em curso

Poucos meses depois de terem iniciado o processo de democratização, os países de Leste já representam, para os «media» ocidentais, um mercado tão cobiçado quanto prometedor. As agências de publicidade, Ogilvy, Mac Cann-Erikson e Young and Rubicam, já se encontram na URSS, Hungria e Jugoslávia. A Chase Enterprise prepara-se para instalar a televisão por cabo na Polónia; o grupo alemão ocidental,Springer,negoceia a compra de revistas da RDA; os magnatas da Imprensa, Rupert Murdoch e Robert Maxwell, estão decididos a investir nos jornais húngaros.

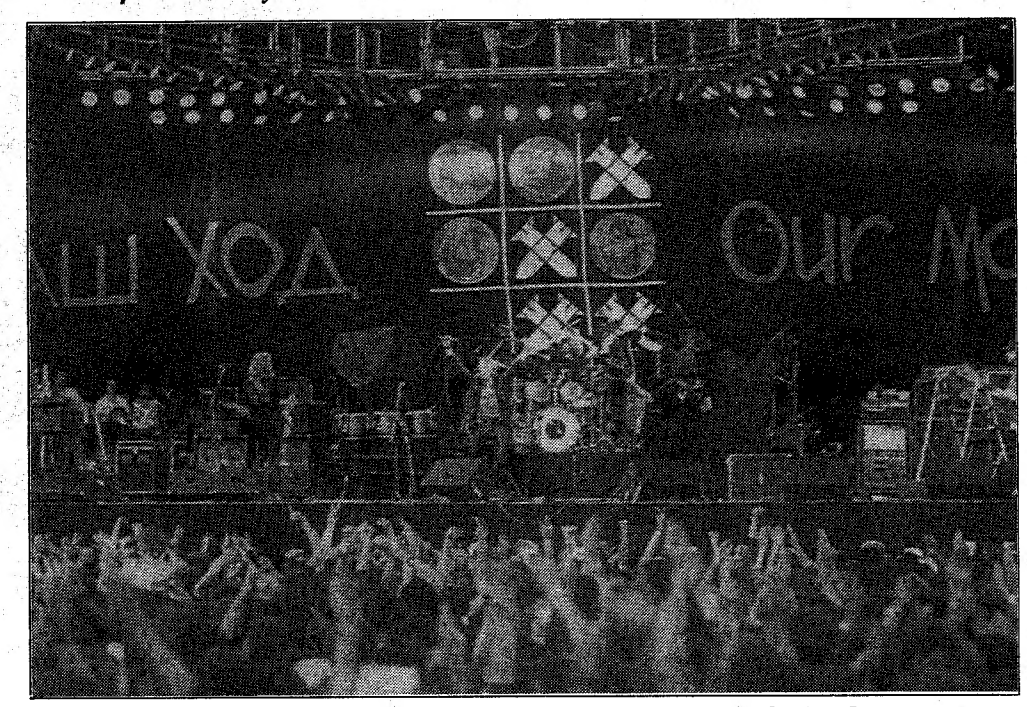
Os franceses também não querem ficar para trás. Alguns - como explica o «Le Monde» - procuram, no Leste, uma imagem de defensores das liberdades, enquanto outros partem, apenas, na mira dos lucros. As rádios e os jornais foram os primeiros a atravessar as fronteiras, para tentar responder à crescente necessidade de Informação. Os grandes grupos multinacionais vão seguir-lhes o exemplo, na procura de novos parceiros e de desenvolver o mercado. É o caso da Hachette, que acaba de abrir uma filial em Moscovo, em associação com as «Edições do Progresso» soviéticas. E, também, da Havas, que conseguiu entrar na principal emissora comercial húngara (Rádio Danubius), no semanário da perestroika, «Ogoniok», e na rede regional da Televisão soviética.

A «primeira das prioridades»

Operar livremente nos países de Leste, em colaboração com os «media» locais - e, muitas vezes, a seu pedido -, parecia, há apenas alguns meses, uma ideia de loucos. Hoje, constituiu uma prioridade, tanto para as empresas audiovisuais como para os poderes públicos. E se - como recorda o «Le Monde» - os incentivos são diversos (um investimento a médio prazo, para uns, ou o dever de solidariedade e o sentido de missão cultural, para outros), o certo é que suscitam o mesmo entusiasmo e resolução. Parte-se à conquista do Leste.

As rádios, sensibilizadas pelas mudanças registadas nos últimos meses, foram as primeiras a partir. A estação francesa «Fun», por exemplo, após uma viagem à cabeça de uma caravana de 20 veículos, com alimentos, roupas e medicamentos, instalou um emissor na Universidade de Bucareste e, perante o entusiasmo dos estudantes, transmite em FM desde o passado dia 18.

Outras iniciativas surgem na Hungria, na RDA, na Jugoslávia e na Roménia. Partindo, muitas vezes, de grupos privados, contam quase sempre com apoios governamentais. Tal como afirmou um responsável do Ministério francês da Cultura, «quando existe vontade política, encontra-se sempre uma solução. E o relançamento da actividade cultural, no Leste, é, sem dúvida, a primeira das prioridades». Como isso passa pelo papel que os diversos órgãos de Comunicação Social poderão desempenhar, o Governo promete estudar as condições exigidas pelos novos projectos e dar-lhes o auxílio necessário. Para já, o secretário de Estado francês encarregado das Relações Culturais com o Estrangeiro, Thierry de Beaucé, elaborou as linhas mestras de um plano para a Rádio e a Televisão, lembrando «a enorme competição cultural,em particular com a RFA e o Japão», e manifestando a esperança de que «o Governo e o Parlamento atribuam os meios suplementares para se poder desenvolver esses projectos na Europa de Leste».



Mais de 20 mil pessoas aplaudindo o famoso guitarrista Carlos Santana e o seu grupo, no estádio Izmailovo de Moscovo. A música é uma das formas de comunicação que se lançou em força à conquista do imenso mercado constituído pelos países de Leste

Um mercado gigantesco

Foi em Janeiro de 1989 que a URSS de Gorbachev inaugurou, de modo espectacular, a abertura da Imprensa ultra-oficial à publicidade ocidental. Precisamente no circunspecto diário «Izvestia», com uma foto de página inteira de Inès de La Fressange, célebre modelo da Casa Chanel. Seguir-se-iam a Televisão e a Rádio.

A primeira já tinha sido alvo do assédio de Silvio Berlusconi. o conhecido empresário italiano, cujo coração palpitava com a perspectiva de um mercado de 286 milhões de pessoas. Conseguiu obter, no segundo canal, uma «janela» bimensal, destinada a transmitir «clips» de reportagens semi-publicitárias ou de filmes das grandes companhias europeias, desejosas de se darem a conhecer aos responsáveis pela Economia soviética.

Depois, foi a Rádio, extremamente popular na URSS - calcula-se que existem mais de 200 milhões de receptores -, a abrir as suas portas à publicidade ocidental. Um acordo assinado, em Julho de 1989, entre o Gosteleradio, organismo da Rádiotelevisão, através da sua filial Sovtelexport (encarregada das relações económicas com o exterior), e a sociedade Euradio (que reune produtores europeus de programas radiofónicos), permite aos anunciantes o acesso à Rádio Mayak, escutada por cerca de 150 milhões de ouvintes...

Assim, vinte e quatro minutos poderão ser ocupados, diariamente, pela publicidade: anúncios tradicionais para os diversos produtos e marcas, ou reportagens publicitárias sobre as empresas e a economia ocidentais. Este último modelo - a publicidade redigida, conhecido por «Info-Reklam» - é, aliás, a que mais interessa tanto aos anunciantes como aos responsáveis soviéticos. Segundo o director-geral da Sovtelexport, Anatoly Andrianov:«A abertura à publicidade é, para nós, o meio de termos acesso a determinado tipo de informação e de intensificarmos as relações económicas entre as nossas empresas, criando novas fontes de rendimento. É esse o espírito da glasnost».

Mas o processo de liberalização é bastante complexo. Até 1988, as empresas ocidentais não conseguiam estabelecer relações directas com os operadores locais, o que constituia um obstáculo de vulto, assim como a ausência de firmas soviéticas dos mercados internacionais, ou a sua representação por organismos estatais de uma burocracia desencorajadora. Por outro lado, a vastidão do território, assim como o isolamento de certas regiões, não favoreciam em nada a comunicação. «É esse o desafio da nossa aliança com a Euradio» - explica Andrianov. «A Rádio Mayak, que pode ser captada em 85 por cento do território, pode constituir um extraordinário órgão de comunicação entre as firmas ocidentais e soviéticas».

Apresentados logo após os noticiários, os «spots» publicitários não poderão ultrapassar dois minutos. Cada anúncio de trinta segundos custa cerca de 300 contos. Quanto ao «info-reklam» é vendido sob a forma de módulos: por exemplo, 6 mil contos para o modelo que inclui intervenções de dois minutos, repetidas três vezes por dia. Por enquanto, não existe, na URSS, nenhuma regulamentação para um sector tão estranho ao sistema como é a publicidade. Porém, a Euradio diz que respeitará as regras em vigor na CEE, tanto mais que possui os direitos exclusivos (para a Europa e a América do Norte) e que produzirá os anúncios. Em cada um dos 26 países da zona que controla, delegará num dos seus parceiros a tarefa de receber as encomendas dos anunciantes. Por outro lado, o contrato estabelece que as receitas serão partilhadas, em 50 por cento, entre a Sovtelexport e a Euradio.

(Tradução e adaptação do «Le Monde» de Isabel Joyce)

Empresário português adverte

Devíamos «atacar» o mercado soviético

O mercado soviético é um mercado de competição como qualquer outro do sistema ocidental, diz Joaquim Malvar, administrador das duas únicas firmas portuguesas com escritório aberto em Moscovo, desde a existência de relações comerciais entre os dois países, há 15 anos.

«No entanto, as exportações portuguesas para a União Soviética estão longe de atingir o seu potencial», salientou o empresário.

Portugal exporta para a URSS menos de meio por cento do seu volume total de exportações o que, para Malvar, é insuficiente. Por seu turno as empresas soviéticas, «altamente idóneas», no parecer do empresário, vêem a sua capacidade comercial limitada graças a «obstáculos borucráticos e a dificuldades nos meios de comunicação internacional».

Para receber um aparelho telex ou fax, uma empresa soviética tem que inscrever-se numa longa lista de espera, sem saber se o Ministério das Comunicações satisfará, finalmente, a solicitação. As centrais telefónicas no país possuem equipamentos dos anos 50 ou 60.

Entre as áreas mais prometedoras da cooperação comercial Portugal-URSS, este empresário mencionou a construção naval e ainda alguns produtos agro-industriais transformados, como o concentrado de tomate, conservas de sardinha, cortiça, têxteis e calçado.

No caso das exportações da União Soviética para Portugal, Malvar citou produtos energéticos e petróleo, importados até há dois anos.

Portugal importa também outros «itens» sem alcançar no entanto montantes significativos, como algodão, alguns produtos têxteis transformados, peixe congelado e vários outros.

«Potencialmente, se nós conseguirmos aumentar os volumes de aquisições à URSS, o comércio pode aumentar muito», disse o empresário português.

Assim, no que respeita à importação de automóveis soviéticos até 1989, Portugal tinha uma cota de apenas 15 carros por ano, «número absolutamente ridículo», no parecer de Molvar. «Não há qualquer importador que mantenha um serviço de assistência para tal quantidade», asseverou.

«Para 1990, contudo, foi introduzida uma cota de mil carros por ano, que permite já fazer importações», anotou o comerciante. Portugal também importa tractores através da firma que este empresário dirige. Na opinião de Malvar, o tractor soviético tem prestígio em Portugal e tem sido adquirido desde o início das relações comerciais entre os dois países.

Relativamente à extensão dos laços comerciais de Portugal com a URSS, o empresário disse ter conseguido contactos com empresas de pequenas repúblicas federadas, nomeadamente, no Cazaquistão e na Estónia. «Uma certa descentralização do Ministério das Relações Econmómicas Exteriores da URSS contribuiu para o efeito», asseverou.

O acordo comercial existente entre os dois países foi aprovado pelo Governo, embora falte a ratificação do Parlamento português. «Agora, só nos resta alargar o relacionamento com as potencialidades deste rico e extenso mercado», frisou, por último o empresário português.

Eugueni Mouravitch, da agência Lusa

INTERNACIONAL

Gorbachev decidido a pôr fim ao monopólio do PC soviético

Enquanto o Congresso do partido é antecipado a oposição convoca manifestação para o dia 25

O líder soviético, Mikhail Gorbachev, afirmou ter chegado a altura de o Partido Comunista disputar com outros partidos o direito de governar o país.

Na sua intervenção na reunião do Comité Central do PCUS, fechada aos órgãos de Comunicação Social, Gorbacchev disse: "O partido tenciona lutar pelo papel de partido dirigente, mas fá-lo-á estritamente no quadro do processo democrático, rejeitando todo o tipo de vantagem legal ou política".

O partido, acrescentou, apresentará o seu próprio programa, pô-lo-á à discussão, cooperará com outras forças sociais e políticas".

Num passo anterior da sua intervenção, Gorbchev propôs a antecipação do vigésimo oitavo Congresso do partido para "o fim de Junho ou princípio de Julho". Estava previsto para Outubro.

No seu despacho sobre a reunião, a agência Tass não indica a razão do pedido de antecipação do congresso, apresentado por Gorbachev.

"O partido - disse o líder soviético - pode existir e prosseguir o seu papel de vanguarda apenas como força democraticamente reconhecida, o que significa que a sua posição não deve ser imposta através de legitimação constitucional".

O artigo 6º da Constituição soviética consagra o papel dirigente do PCUS na sociedade. Foi aprovado em 7 de Outubro de 1977, em sessão especial do Soviete Supremo, então sob a liderança de Leonid Brejnev.

A intervenção de Gorbachev durou uma hora, após o que subiram à trib una mais treze oradores.

De referir que em Janeiro Gorbachev havia dito que não seria "nenhuma tragédia" a instauração de um sistema pluripartidário na União Soviética.

A legalização de partidos adversários do PCUS, em funcionamento "de facto" em partes do país, representará o corte com uma tradição que remonta à revolução bolchevique de 1917.

Segundo Oleg Nefyodov, vice-presidente da Academia das Ciências, convidado a assistir à reunião, não foi feita qualquer referência à notícia de que Gorbachev tencionaria demitir-se de secretário-geral do partido.

Nefyodov disse ainda que o líder soviético não avançou qualquer proposta concreta sobre a forma como os diversos movimentos políticos em acção no país poderão ser legalizados como partidos.

Outros participantes na sessão assinalaram que Gorbachev propôs a substituição do cargo de secretário-geral do PCUS pelo de presidente.

Esta e outras alterações estruturais terão de ser aprovadas em congresso.

Os participantes referiram ainda que o debate da sessão foi "animado" e não foram feitas críticas directas às propostas de Gorbachev.

Líder conservador demite-se

De referir que, em declarações a mineiros, transcritas pelo jornal "Pravda", o líder soviético afirmou que o PCUS está preparado para renunciar ao monopólio do poder e para "dialogar com todos aqueles que são a favor da renovação da sociedade socialista".

Entretanto um destacado político conservador que resistiu anteriormente às mudanças radicais no partido, Leonid Bobikin, chefe do PC soviético em Sverdlovsk, uma cidade industrial dos Urais, demitiu-se, segundo o jornal "Izvestia".

Bobykin, conhecido como uma das figuras mais conservadoras do Comité Central do PCUS, demitiu-se numa altura em que o partido se encaminha para abandonar o monopólio do poder.

Em busca de alternativas ao PCUS

As forças democráticas da União Soviética, que estudam a criação de alternativas ao PCUS, convocaram entretanto uma mobilização geral para o próximo dia 25, após terem reunido no domingo centenas de milhar de pessoas em Moscovo.

Os reformistas tentam unir todas as forças democráticas com o objectivo de organizar uma alternativa ao PC da União Soviética.

O comité organizador da manifestação e comício de domingo convocou a mobilização geral em toda a URSS e na sua capital.

As moções aprovadas no domingo no comício foram ontem divulgadas num encontro com jornalistas, quando decorria o plenário do Comité Central do PCUS.

Apelaram para uma mesa-redonda permanente, composta por vários representantes das organizações e direcção soviética, para elaborar um programa de acção de combate à catástrofe económica e garantir a transmissão do poder das organizações do partido aos sovietes.

Para dar forma a este projecto de mesa-redonda, foi decidida a criação de um comité denominado Acção Civil, que terá por missão as negociações com a direcção política da URSS.

A principal exigência das forças que apoiam este projecto é passar para um sistema multipartidário parlamentar, cujo primeiro requisito é a eliminação do artigo 6º da Constituição, aque prevê o papel dirigente do PCUS.

As manifestações convocadas servirão para demonstrar a unidade de todas as forças democráticas soviéticas, explicou o historiador e comunista crítico, Yuri Afanasiev.

Redacção "DL" /Lusa Reuter

Gorbachev, que pretende instaurar o pluralismo na URSS, tem-se caracterizado por uma grande capacidade de diálogo. Na foto, durante um recente encontro com representantes de mineiros em greve

Baker em Moscovo vai preparar próxima cimeira Bush-Gorbachev

O secretário de Estado norte-americano, James Baker, iniciou uma deslocação à Europa, para visitar a Checoslováquia e a União Soviética. O ponto culminante ocorrerá com as conversações em Moscovo com o líder soviético, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Eduard Shevardnadze.

Baker, que chega amanhã a Moscovo, irá preparar a cimeira americano-soviética, prevista para finais de Junho, nos Estados Unidos, e que visa eliminar as divergências que impedem a elaboração definitiva do acordo de redução em 50 por cento dos armamentos estratégicos ofensivos.

Soviéticos e norte-americanos divergem quanto à contabilização e controlo dos mísseis de cruzeiro marítimos e aéros, à modernização dos mísseis intercontinentais pesados, à descodificação das informações enviadas pelos mísseis intercontinentais durante testes e ao tratado "DAM".

Segundo a Novosti, nas conversações em Moscovo será abordado um amplo leque de questões relacionadas com as profundas mudanças operadas no mundo, entre as quais a reunificação da Alemanha, a regularização da situação no Afeganistão, Camboja e América Central e a normalização da situação no Médio Oriente e em Angola.

Baker deverá apresentar ainda novas propostas sobre a cooperação técnica com a URSS e a normalização das relações económicas entre os dois países.

Regime de "céu aberto"

Entretanto o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, em entrevista ao jornal "Toronto Star", afirmou que a União Soviética considera a materialização do regime de "céu aberto" como uma medida que reforçaria a confiança e aumentaria a previsibilidade das acções dos Estados na área militar".

O chefe da diplomacia soviética, tal como o seu homólogo norte-americano, James Baker, vai participar no próximo dia 12, em Otava, no início de uma conferência sobre a abertura dos espaços aéreos, com a participação de representantes dos países Ocidentais e do Pacto de Varsóvia.

Armas químicas

Os esforços internacionais para eliminar as armas químicas recomeçam hoje em Genebra, com a maior parte do trabalho de base completado e admitindo-se a probabilidade de um acordo ser conseguido antes do final de 1991. "Todas as delegações concordam que um tratado poderá ser assinado dentro dos próximos dois anos", declarou o embaixador francês Pierre Morel, presidente cessante da Conferência de Desarmamento das Nações Unidas, antes de uma nova sessão de três meses.

Redacção "DL /Lusa/Novosti

Valladares diz que jovens oficiais derrubarão Castro

«Os homens que vão transformar Cuba num país democrático virão das Forças Armadas, porque existe toda uma geração de jovens oficiais que não estão envolvidos em torturas, assassínios e execuções, e que querem mudanças no seu país». Estas afirmações, ontem proferidas, pertencem a Armando Valladares, um ex-dissidente cubano de 53 anos, actualmente embaixador dos EUA na Comissão da ONU para os Direitos Humanos, libertado em 1981 depois de ter passado 22 anos nas prisões da ilha.

Para ele, sintomático do descontentamento entre a jovem oficialidade cubana, foi a execução, em 13 de Julho do ano passado, do general Arnaldo Ochoa, antigo vencedor da guerra da Etiópia, no início de 1978, e chefe do corpo expedicionário em Angola. Extrememente popular nas Forças Armadas, Ochoa teria sido injustamente acusado de tráfico de drogas, segundo Valladares, mas o motivo real para o seu fuzilamento foi a liderança de uma corrente de renovação que defendia uma perestroika local.

Redacção «DL» «Le Monde»/ Lusa

RDA proibe neo-nazis

A necessidade de «proteger o Estado e os seus cidadãos» levou a Parlamento alemão-democrático a proibir ontem a instalação de partidos de extrema-direita no país. A medida teve como principal visado o Partido Republicano, legalizado e sediado na RFA, que pretende concorrer às eleições de 18 de Março, na RDA. Ontem mesmo, centenas de «cabeças rapadas» marcharam em passo de ganso no centro da cidade alemã-democrática de Leipzig, gritando «sieg heil», «judeus para o inferno» e outras palavras de ordem nazis, partindo vidros das janelas à sua passagem e confrontando-se com transeuntes. Foi a manifestação semanal da extrema-direita, sempre às segundas-feiras, a favor da reunificação alemã.

«Vocês deviam ser todos queimados, seus porcos castanhos», gritou uma mulher referindo-se à cor que simboliza o nazismo, usada pelos manifestantes, que provocaram dois feridos quando partiram os vidros de um café frequentado por estrangeiros. A polícia interviu para deter cerca de 50 «cabeças rapadas» que iam atacar um hospital.

Redacção «DL»/Lusa

INTERNACIONAL

Milhares de mortos na frente de Mavinga

Cerca de três mil mortos é o resultado dos combates verificados desde o início da ofensiva lançada pelas tropas governamentais de Luanda (FAPLA), contra as posições da UNITA no Sudoeste de Angola. Estes dados, que se referem às baixas verificadas entre as forças do MPLA e dos rebeldes, foram avançados pela a agência Lusa que cita cálculos de especialistas militares angolanos.

A ofensiva das FAPLA contra Mavinga, com o nome de código de «Último Assalto», orça já em cerca de 800 milhões de dólares. A operação envolve cerca de 400 blindados e 20 mil homens e é apoiada por caças de fabrico soviético, «Mig-23», «Mig-25» e helicópteros «MI-35», o que concentrou um poder de fogo nunca antes visto num teatro de operações após a Segunda Guerra Mundial, adiantaram ainda fontes militares à Lusa.

A situação na frente de combate, sobretudo no eixo Cuito Cuanavale-Mavinga, mantém-se instável, e o factor decisivo para a manutenção das posições das FAPLA está dependente da melhoria das, até agora, deficientes linhas de abastecimento.

Inicialmente, chegou-se a levantar a hipótese que a logística das tropas angolanas, na frente de combate, poderia efectuar-se através do aeroporto de Mavinga, utilizado, até a algumas semanas atrás, pelos Estados Unidos para abastecer os rebeldes. No entanto, esta hipótese é considerada pelos peritos militares angolanos como demasiado dispendiosa uma vez que exigiria a constituição de uma verdadeira ponte aérea. Mas a instabilidade militar naquela região levanta graves problemas de segurança, uma vez que a UNITA se encontra apetrechada com os modernos mísseis anti-aéreos norte-americanos «Stinger».

A guerra não vai acabar

A questão logística é ainda mais determinante agora que as condições metereológicas se agravaram. Toda a região de Mavinga está cercada por pântanos e lagos que alagam milhares de quilómetros quadrados de terreno circundante na época das chuvas. Nestas condições a falta de combustível e de munições na frente de combate pode tornar-se simplesmente catastrófica para as FAPLA.

«Se a ofensiva surpreendeu por ter sido desencadeada tão próximo da época das chuvas, quando a UNITA menos esperava, também pode deixar ficar um exército inteiro cercado pela água e pela lama, à mercê dos ataques dos rebeldes», segundo ainda fontes militares angolanas declararam à Lusa.

Uma coisa parece certa: a analisar os riscos assumidos, Angola deu tudo por tudo nesta ofensiva. Mas fontes diplomáticas em Luanda afirmaram à agência noticiosa portuguesa que «a guerra não vai acabar, como o prova o corte de energia a Luanda», verificado nos últimos dias.

Redacção DL/Lusa

Estado de emergência está por um fio

Num terreno político muito escorregadio, todos medem forças, na Áfica do Sul, sem querer deslizar

Passados 4 dias sobre o discurso do presidente da África do Sul, Frederick De Klerk, por meio do qual foi aberta uma primeira brecha no *apartheid*, como estão a reagir os diferentes actores na cena política sul-africana?

DeClerk abriu, indiscutivelmente, o jogo. As suas propostas de reforma, ou declaração de intenções, como o bispo sul-africano Desmond Tutu se referiu ao conteúdo do discurso, desbloquearam um statu quo . « A agenda está aberta» referiu De Klerk e adiantou que « todos os pontos de vista políticos serão verificados pelo seu realismo, operacionalidade e justiça.»

Apoaintes do ANC saúdam presos políticos quando do seu transporte para o tribunal supremo da Cidade do Cabo

Agitação à direita

O presidente sul-africano, acusado por Andries Treunicht, líder do Partido Conservador (extrema direita), de ter proferido «o discurso mais revolucionário que ouvi neste parlamento», terá de enfrentar os radicalismos dos dois extremos políticos.

A ala «reacionária» da sociadade branca na África do Sul que pediu ontem autorização para organizar no dia 15, em Pretória, uma manifestação contra as declarações «esquerdistas proferidas por De Klerk», já está a dar que falar. No Domingo, intrusos da extrema direita, atacaram à rajada de metrelhadora a embaixada britânica em protesto contra o apoio de Thatcher às reformas de De Klerk.

No entanto, as dificuldades económicas que as sanções internacionais provocaram na África do Sul, assim como a oposição declarada ao *slogan* do ANC «*One man one vote*», asseguram a De Klerk, no futuro imediato, uma certa tranquilidade face aos protestos da extrema direita.

Liberdades indissociáveis

A figural central da questão sul-africana, Nelson Mandela, continua na prisão. O líder histórico do Congresso Nacional Africano (ANC) não quer perder uma oportunidade única de se reafirmar politicamente na África do Sul. « A vossa liberdade e a minha são indissociáveis», declarou Mandela numa carta lida em Soweto em 1985. Se o líder do ANC conseguir com a sua libertação mudar irreversivelmente o regime do *apartheid*, o seu futuro político não poderá ser contestado por ninguém, nem mesmo os actuais líderes do ANC exilados.

Por outro lado, comentadores políticos sul-africanos afirmam que Nelson Mandela terá «amadurecido» na prisão, aparecendo hoje como um elemento moderador entre radícais nacionalistas negros e a minoria branca. A posição de Mandela é dificil: o facto de o dirigente negro ainda estar a preparar o seu discurso de resposta, na sua prisão em Paarl, é revelador das dificuldades que enfrenta. Para já, Mandela exige o fim do estado de emergência, assim como a libertação de todos os presos políticos, incluindo aqueles que são acusados de crimes. Esta posição de intransigência não poderá manter-se por muito mais tempo. Se Mandela for longe demais corre o risco de decepcionar as correntes políticas que, na África do Sul e no estrangeiro, louvaram a coragem de De Klerk.

O peso do exílio

Ainda entrincheirado no exílio, o ANC, encontra-se numa posição muito incómoda. As reações, em Lusaka, ao discurso de De Klerk não são claras, não sendo verdadeiramente negativas nem francamente positivas. Depois de reconhecer que De Klerk se comprometeu a «iniciar o processo de negociações», os líderes do ANC recusam o abandono da luta armada.

« A luta armada tem sempre constituído uma parte da nossa luta e tem que continuar a sê-lo, mas o regime de Pretória e nos próprios temos que nos sentar e chegar a um acordo para acabar com a violência de ambas as partes», disse Alfred Nzo, secretário geral do ANC, em Estocolmo. Enfrentar a abertura de De Klerk, num terreno político que é hoje muito escorregadio, poderá causar danos graves à organização e semear os germes da discórdia no interior.

Nuno Azevedo

A falsa estabilidade da Costa Rica

No acto eleitoral do passado dia 4, realizado na Costa Rica, esse pequeno país centro americano (50 mil Km2 e 3 milhões de habitantes) considerado por muitos como um exemplo de democracia, triunfou o candidato da oposição, embora por uma margem escassa de votos. Rafael Calderon, social-cristão será pois, a partir de 8 de Maio, o novo Presidente.

Mesmo triunfando por escassa margem, Calderon vai governar legalmente, pondo-se, no entanto, a questão se será o mesmo sociologicamente, entre outras coisas por causa do elevado número de abstenções, com tudo o que isso significa.

Muito embora este país seja apresentado quase como um modelo de estabilidade, democracia e desenvolvimento económico, a realidade não se coaduna com essa imagem; não é por acaso que o triunfador nas eleições fez da resolução do problema da habitação e dos transportes, uma bandeira de luta.

A Costa Rica, que vive fundamentalmente da exportação de café e de frutas, em particular bananas, não tem um grande desenvolvimento industrial. A percentagem do peso da indústria no PIB é de apenas três por cento, comparado com os seis por cento da construção e 18 por cento quer para a agricultura, quer para o comércio. Estes dados falam por si só.

Ora bem, como consequência da descida do preço do café no mercado internacional, e na impossibilidade de os países produtores, como a Costa Rica, El Salvador, Colômbia, etc, terem algum controle sobre esse mesmo preço (que está nas mãos dos grandes comerciantes sediados nos EUA, Grã-Bretanha, etc) faz com que nestas nações, quando desce o preço, se crie uma situação de crise que afecta directamente a mão-de-obra empregue no campo.

Problemas sociais

Este problema do desemprego no campo é resolvido de diferentes maneiras segundo o país; na Colômbia, por exemplo, os desempregados que vão para as grandes cidades têm sido a base social de apoio da mafia da droga. Mas na Costa Rica esta migração interna dá lugar a que na capital, S. José, por exemplo, haja aumento da falta de habitação, aumento da prostituição e o agravamento de problemas sociais como um todo. Por outro lado, houve um aumento da dívida externa que vai quase nos cinco mil milhões de dólares . Para pagá-la a Costa Rica pediu empréstimos à banca internacional, receita que não resolve o problema.

No plano internacional o novo Governo também terá uma tarefa difícil, pois desde sempre o Partido Social Cristão se tem caracterizado pelas críticas constantes ao vizinho nicaraguense, considerando a Frente Sandinista como «comunistas no Poder»; além disso, a Costa Rica, mesmo com um Governo social-democrata, tem sido refúgio dos «contras» com a assistência de oficiais estrangeiros. Assim, um novo Governo mais conservador terá que impôr no país uma política de austeridade e, portanto, acompanhada de repressão. No campo internacional é provável que aumente a tensão na América Central.

A questão que se põe é se os sindicatos agrupados na CUT permitirão esta política no plano interno e se depois das eleições na Nicarágua o novo Governo terá margem de manobra para continuar a fazer da Costa Rica uma base para os «contras» lançarem os seus ataques.

André Martin

COTAÇÕES

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	48$80	54$80
ALEMANHA FED. (marco)	87$00	88$20
ÁUSTRIA (xelim)	12$35	12$55
BÉLGICA (franco)	3$972	4$222
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	122$10	124$60
(notas de 5 a 1000)	122$60	125$10
DINAMARCA (coroa)	22$55	22$95
ESPANHA (peseta)	1$313	1$433
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	145$10	148$60
(notas de 5 a 1000)	145$60	149$10
FINLÂNDIA (marka)	36$90	37$50
FRANÇA (franco)	25$60	26$30
HOLANDA (florim)	77$10	78$20
IRLANDA (libra)	231$90	235$90
ITÁLIA (lira)	$107	$122
JAPÃO (iene)	$961	1$016
NORUEGA (coroa)	22$55	23$05
REINO UNIDO (libra)	247$95	252$95
SUÉCIA (coroa)	23$80	24$30
SUÍÇA (franco)	98$20	99$70
VENEZUELA (bolívar)	3$164	3$964

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

QUOTIDIANO

Temporal nos Açores deixa aviões em terra

O mau tempo que assola as ilhas e a cidade do Porto pôs os bombeiros em estado de alerta

Os Açores continuam sob o estigma do mau tempo desde o passado sábado, confirmando assim as previsões do Instituto Nacional de Metereologia e Geofísica (INMG). Segundo o INMG, o estado do tempo no arquipélago manter-se-á durante o dia de hoje, «prevendo-se para amanhã uma pequena melhoria das condições do tempo, passando o vento de muito forte, para forte».

Ao fim da manhã de hoje uma fonte da SATA, transportes aéreos regionais, disse ao «DL» que os voos continuvam atrasados, pois não tinha saido ainda algum avião de S. Miguel. O mau tempo que se tem verificado levou esta companhia aérea a cortar, ontem, as ligações inter-ilhas. Segundo a mesma fonte, não há previsão do que se possa passar durante o resto do dia de hoje».

A passagem de uma superfície frontal, a que está associada uma depressão atmosférica é a causa da tempestade que assola os Açores.

Os ventos médios nas várias ilhas atingiram os 70 quilómetros horários, mas a sua intensidade em rajada foi muito superior, disse o INMG. Quanto ao estado do mar, «verifica-se uma alteração apreciável, atingindo uma ondelação oeste de cinco a sete metros»

Os Bombeiros Voluntários da Terceira «estão atentos, embora não se tenha registado ainda qualquer saida de emergência. Durante a noite não se verificaram danos materiais do vento forte que se tem registado», afirmou uma fonte daquela corporação, ao «DL».

O Serviço Regional de Portecção Civil aconselhou os pescadores a não irem para o mar, devido ao estado do tempo.

Danos nas linhas telefónicas e de electricidade na ilha Terceira, levando ao corte do fornecimento de energia a algumas freguesias, foram mais alguns dos prejuízos provocados pela tempestade.

As zonas norte e centro do continente, igualmente afectadas pelo mau tempo, assistem hoje a uma ligeira melhoria, disse uma fonte do Batalhão de Sapadores de Bombeiros do Porto.

Alguns portos chegaram mesmo a fechar, devido à forte ondulação que se fazia sentir. Segundo uma fonte do porto de Leixões, «as condições do tempo estão a melhorar. Apesar de não chover neste momento não sabemos o que se vai passar mais para o fim da tarde. A forte ondulação que se está a verificar nos Açores pode caminhar para cá e nesse caso teremos mesmo de fechar o porto», acrescentou.

As barras de Caminha, Vila do Conde, Póvoa do Varzim e Figueira da Foz encerraram, enquanto as de Viana do Castelo e Aveiro fecharam apenas a pequenas embarcações.

Esta manhã o vento soprava de 11 a 15 nós de intensidade e a ondolação era de oeste/sudoeste e atingiu os 3 a 4 metros.

Maquinistas da CP endurecem posições

A greve dos maquinistas da CP prolonga-se até ao próximo dia 19, depois de frustrada a possibilidade de entendimento entre o sindicato e o Conselho de Gerência durante a reunião de ontem. A estrutura sindical da classe está a analisar a situação e a encarar a probabilidade de agravamento das formas de luta.

Segundo afirmou ao «DL» António Medeiros, da direcção do Sindicato dos Maquinistas, a reunião de ontem com os representantes da gerência da CP «não teve resultados positivos suficientes para que não prosseguissemos a greve. A empresa admitiu avançar em algumas áreas, mas de forma tímida, o que não nos permitiu encarar isso como uma abertura à negociação».

Assim, a greve que actualmente decorre, com cada maquinista a paralisar quatro horas diárias no início de turno, prolongar-se-á, sem interrupção, até ao próximo dia 19, com o consequente agravamento na circulação ferroviária.

O sindicato foi mandatado para estudar formas de luta mais duras, estando neste momento em discussão essa possibilidade. Segundo António Medeiros, tal situação poderá decorrer ainda durante esta greve, com o alargamento do período de paralisações de 4 para 5 ou 6 horas por turno, ou mais tarde, passando as paralisações parciais cumpridas por cada trabalhador a greve total, de 12 ou 24 horas.

As razões apresentadas pelo Conselho de Gerência para não negociar as reivindicações dos maquinistas - o facto de ter já um acordo estabelecido e de a empresa não se encontrar com capacidade financeira para estender as exigências dos maquinistas a todos os trabalhadores - não são aceites pelo sindicato.

Segundo António Medeiros, a gerência «tem que aceitar a autonomia e o direito da classe a negociar matérias que lhe são específicas. Se isso acontecer, poderemos chegar a acordo».

Não se prevê que os maquinistas abandonem a sua luta, tanto mais que o sindicato, através do seu fundo de greve, está a reembolsá-los dos descontos que a empresa faz nos vencimentos.

A verba para o fundo de greve vem dos descontos mensais dos próprios maquinistas, disse ainda o dirigente sindical.

Lacuna herdada do tempo de Beleza

Bastonário propõe a Cavaco revisão de carreiras médicas

Machado Macedo será recebido amanhã pelo ministro da Saúde, depois de se ter encontrado ontem com Cavaco Silva, a fim de discutir a proposta de Lei de Bases da Saúde, o estatuto das carreiras médicas e a titulação de especialidades pela Ordem.

O bastonário solicitou ao primeiro-ministro a recolha do diploma das carreiras médicas antes da sua promulgação para que possa ser revisto com a colaboração da Ordem.

À saída da audiência com Cavaco Silva, a primeira efectuada após a sua recondução como bastonário e a substituição de Leonor Beleza na pasta da Saúde, Machado Macedo referiu que no encontro com o primeiro-ministro foram debatiadas questões tão importantes para a classe como o estatuto das carreiras e os medicamentos genéricos.

A posição da Ordem dos Médicos sobre a proposta de Lei de Bases da Saúde, o código deontológico e o estatuto disciplinar foi também analisada.

Multa amabilidade mas ausência de promessas no encontro entre Cavaco Silva e Machado Macedo

«O primeiro-ministro recebeu a Ordem com enorme ambilidade e cordialidade mas não prometeu nada, especialmente no que toca ao decreto das carreiras médicas» que, segundo Machado Macedo, deveria ter sido previamente debatido com a Ordem, tal como o são as questões salariais com os sindicatos.

O bastonário, que fez-se acompanhar de Bernardo Teixeira Coelho (da seccão regional do Norte), Santana Maia (Centro) e Fernando Costa e Sousa (Sul).

Detectados 348 casos de Sida em Portugal

Verificaram-se em Portugal, no final de Janeiro, 348 casos de sida dos 215.144 comunicados oficialmente, em todo o Mundo, à Organização Mundial de Saúde, anunciou esta instituição em Genebra.

Em Setembro de 1989 o número de doentes declarados era de 306, o que correspondia a um acréscimo de 130 em relação a igual período de 1988.

Alunos de enfermagem paralisam actividade

Três centenas de alunos de 20 escolas de enfermagem de todo o Pasís concentraram-se ontem frente ao Ministério da Educação, recusando a antecipação para Abril do início do ano lectivo do respectivo curso superior, inicialmente previsto para Outubro.

Alunos e professores, que paralisaram a actividade durante todo o dia, reivindicam também a regulamentação do decreto que integra a enfermagem no ensino superior.

Faleceu Aurora Murteira

Aurora Murteira foi hoje de manhã a sepultar no cemitério da Ajuda, depois de duas semanas em coma no Instituto Português de Oncologia, onde faleceu domingo. Vítima de um tumor cerebral, a antiga directora do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria tinha sido recentemente operada e, segundo uma colaboradora, «tinha tido uma convalesce nça que não fazia prever este desfecho».

Aurora Murteira contava 56 anos, era licenciada em Economia e professora do Instituto Superior de Economia, exercendo também as funções de consultora da SEDES-Centro de Estudos e Desenvolvimento Económicos e Sociais.

LOTARIA POPULAR

1º - 399494	3 000 000$00
2º - 442825	750 000$00
3º - 462609	500 000$00
4º - 079436	250 000$00
Terminações em 9494	85 000$00
Terminações em 494	60 000$00
Terminações em 825	15 000$00
Terminações em 609	4 000$00
Terminações em 436	1 500$00
Terminações em 27,28,29,65,72 e 80	500$00

Alternativa na Fenprof contesta direcção

A direcção da Fenprof (Federação Nacional dos Professores) foi acusada pelo MAIS (Movimento Alternativo de Intervenção Sindical) de ter assumido um «papel indecente» na luta que a esmagadora maioria dos docentes portugueses recentemente travou em torno da revisão do Estatuto de Carreira e do seu respectivo enquadramento salarial.

Nascido no seio da própria Fenprof, na continuidade das propostas avançadas pela linha opositora à direcção desta estrutura (ex-lista «B» concorrente às eleições para o SPGL), o MAIS considera que a legitimidade das actuais direcções dos sindicatos afectos à Federação Nacional dos Professores «deve ser posta em causa», num momento da condução da luta dos docentes que se pauta pela «ausência de uma estratégia coerente e mobilizadora que defenda os interesses da classe».

Se a «falta de transparência e de democraticidade» no processo negocial foi tónica da equipa ministerial de Roberto Carneiro, os dirigentes do MAIS acusam igualmente as cúpulas sindicais de se terem «confundido» com esta actuação, o que, segundo afirmam, contribuiu para a imposição governamental dum Estatuto de Carreira Docente (ECD) — a aguardar promulgação — em relação ao qual, «ninguém sabe ao certo o que foi aprovado».

«Os professores correm o risco de serem definitivamente lesados nos seus direitos», sublinharam ontem, em conferência de imprensa, os dirigentes do MAIS.

«Os sindicatos dizem ter terminado esta fase do processo e que, depois da publicação do estatuto, será preciso "negociar" cerca de três dezenas de despachos e portarias». No entanto, e de acordo com Óscar Soares — um dos membros da comissão coordenadora do MAIS — «existem hoje condições para os professores lutarem pela satisfação das suas reivindicações, exigindo já a renegociação do estatuto».

Para tal, sustentou este sindicalista, «é necessário recusarmos a publicação, uma a uma, das portarias e despachos regulamentadores, exigindo a sua globalização e transformando a sua discussão num verdadeiro processo de revisão e renegociação do ECD».

Agravando as críticas à actuação da direcção da Fenprof e ao tipo de sindicalismo por ela praticado, o MAIS, na conferência de imprensa de ontem, denunciou igualmente o regulamento que preside à realização da conferência sobre o estatuto da carreira docente, que irá decorrer no Porto, promovida pelo conselho nacional daquela federação.

De acordo com o MAIS, o regulamento apresentado para a eleição e nomeação dos delegados à conferência estabelece, entre outras limitações ao exercício da democracia sindical, que 44,2% dos 506 participantes sejam indicados por inerência dos cargos que ocupam como dirigentes sindicais.

«Pela sua composição é fácil prever que esta conferência procurará sobretudo absolver a direcção da Fenprof e dos seus sindicatos, afirmam os responsáveis do Movimento Alternativo de Intervenção Sindical, para quem «as "grandes vitórias" alcançadas constarão do tradicional relatório, as críticas serão "quanto baste" e a maioria que se pretende "grande" esmagará as posições alternativas».

Convictos de que é necessária uma «orientação estratégica» enraizada nas escolas que crie condições para «relançar e dinamizar a vida sindical docente», os dirigentes do MAIS reafirmaram a sua determinação em assumir e encabeçar uma nova prática sindical, «profundamente democrática e onde assentem as justas reivindicações dos professores».

TEM PROBLEMAS DE TRANSPORTE?
CONTACTE-NOS
Telef. 606282 (dia) 640162 (noite)
Transportamos também aos fins-de-semana. mercadorias, etc. Com segurança e rapidez.

Presidente de Parque quer proibir automóveis

A ocupação indevida das dunas que protegem a ilha de Faro ocasionou os prejuízos de dia 1. Nuno Le Coq pôs o dedo na ferida e propõe soluções

Os habitantes da ilha de Faro sofreram, recentemente, um susto quando vagas de seis metros de altura danificaram casa, lojas e arruamentos. Numa reunião ontem realizada, com a presença de moradores, pescadores e comerciantes do sector turístico hoteleiro, Nuno Le Coq, presidente do Parque Natural da Ria Formosa, afirmou que esta ocorrência se deve « a uma ocupação distorcida e indevida do cordão dunar que a protege do oceano».

As marés dos dias 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro provocaram prejuízos em todo o litoral algarvio. Foi o último sinal de alarme de um problema a merecer imediata resolução. As ondas galgaram por várias vezes o cordão dunar, danificando residências, estabelecimentos locais e o parque de campismo. Centenas de toneladas de areia foram arrastadas para a parte nascente da estrada.

A reunião de ontem teve por objectivo a constituição de uma associação para a defesa e protecção da praia. Queixando-se de que nada tem sido feito para defender o meio ambiente desta localidade, os residentes decidiram chamar a atenção das autoridades para a necessidade de actuar em conformidade. Segundo Nuno Le Coq, as soluções a médio prazo passam pela salvaguarda da duna primária. Proibir a construção de casas na duna, fechar a ilha aos automóveis e reduzir o parque de estacionamento existente frente à ponte, são algumas das medidas que apontou.

Ocupação indescriminada da ilha de Faro com edifícios provoca danos

Por seu turno, João Botelheiro, presidente da Câmara de Faro, reconheceu que a situação da ilha é de grande gravidade, mas não comentou os principais alterações propostas pelo presidente do Parque Natural da Ria Formosa.

Para este autarca, «errada ou não, a ilha transformou-se num núcleo populacional e isso deve ser tido em consideração». Informou ainda que é sua intenção provocar um amplo debate com a população no sentido de encontrar soluções para resolver os problemas locais. Assim, convidou a futura associação a participar nas reuniões promovidas pelo município sobre a ilha.

Esgotos mal tratados ameaçam ria Formosa

Problemas de poluição levaram a direcção do Parque Natural da Ria Formosa a ultimar o complexo turístico da Quinta do Lago para rectificar o funcionamento da estação de tratamento de esgotos. A empresa tem dois meses para reparar o sistema.

A Quinta do Lago deve rever a operação de tratamento de águas residuais (ETAR) que serve o aldeamento, por se encontrar a poluir a Ria Formosa.

Nuno Le Coq, presidente do parque, referiu que já foram efectuadas análises das águas saídas da ETAR. Estas, segundo oeste responsável, «demonstram parâmetros não aconselháveis para a fauna marítima, nomeadamente em termos de moliscicultura e piscicultura».

Dado a gravidade do problema, necessitando de uma resolução rápida, a direcção do parque entendeu que dois meses é um prazo razoável para a empresa reparar o funcionamento do ETAR, acrescentando que irá actuar caso não haja melhoramentos.

Este problema foi levantado por um representante dos pescadores numa reunião da população local, sobre os problemas da ilha, ontem realizada.

Estatuto de parceiro social na mira

Meia centena de sindicatos formam nova organização

O estatuto de parceiro social é o objectivo dos cerca de 50 sindicatos que sábado participam no primeiro encontro das organizações sindicais independentes.

Segundo afirmou ao «DL» o engenheiro Oliveira Pinto, do Secretariado da Federação Nacional de Sindicatos de Quadros (Fensiq), uma das organizações responsáveis pelo encontro, o objectivo «não é formar uma terceira central sindical, mas se para atingir o estatuto de parceiro social tal for necessário, constituiremo-nos dessa forma».

O futuro Conselho Económico e Social prevê a representação de mais uma organização sindical para além da UGT e da CGTP, e é esse lugar que os sindicatos independentes pretendem ocupar, explicou aquele dirigente sindical.

A decisão será tomada no sábado, quando as diversas estruturas sindicais independentes escolherem a forma em que se constituirão, que poderá ser como confederação, união ou federação, explicou Oliveira Pinto.

«A necessidade de uma união das organizações sindicais que não se encontram filiadas em nenhuma central sindical, a fim de terem uma expressão a nível superior que lhes permita intervir eficazmente na defesa dos interesses dos seus associados» é uma das explicações apresentadas para a realização do encontro de sábado.

Para além da Fensiq (que conta com 14 sindicatos filiados), estão na origem desta organização estruturas como os sindicatos dos Engenheiros do Norte, dos Trabalhadores dos Impostos, Associação Sindical dos Funcionários da Investigação Criminal, dos Professores do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, Indústria e Comércio Petrolífero, Nacional dos Quadros Técnicos Bancários, Energia, Comunicações de Portugal, dos Profissionais de Seguros de Portugal e a Secção Regional de Lisboa do Sindicato Nacional dos Motoristas.

Dirigentes de vários sindicatos da UGT consideraram já esta iniciativa como a formação da «terceira central sindical há muito anunciada pelos TSD», uma vez que na organização do encontro do próximo sábado se encontram alguns dos sindicatos recentemente formados por aquela estrutura ligada ao PSD, como seja o dos profissionais de seguros.

No entanto, o secretário-geral dos Trabalhadores Social Democratas, Arménio Santos, negou já tais afirmações.

«Os TSD estão alheios, nem vão estar presentes nesse encontro», referiu Arménio Santos, adiantando que é membro do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (filiado na UGT) e nele vai continuar como associado.

Três das organizações sindicais filiadas na Fensiq pertencem igualmente à UGT, de onde deverão sair caso se opte pela formação de outra central sindical.

QUOTIDIANO

Directora da cadeia de Tires promete resolução de problemas

O «DL» teve acesso ao inquérito mandado instaurar pelo director-geral dos Serviços Prisionais. A carta de protesto de cem reclusas não era fumo sem fogo

Cem reclusas transferidas do Estabelecimento Prisional das Mónicas, em Lisboa, para o Pavilhão 3 da Cadeia de Tires, fizeram chegar ao «DL» uma carta de protesto. Nesta diziam estar sujeitas a condições dignas de um «campo de concentração» e de integrarem um novo grupo de «escravatura branca». O director-geral dos Serviços Prisionais também recebeu a missiva acusatória. Mandou averiguar da veracidade dos factos aí descritos. A directora do estabelecimento prisional acabou por responder, na passada quinta-feira, através de uma carta, a que o nosso jornal teve acesso, admitindo a maior parte das queixas das detidas, com a anotação de que «em breve será resolvido...».

As reclusas, no seu protesto, põem em causa as condições de higiene, o tratamento dispensado pelas guardas prisionais, os cuidados de saúde e a severa vigilância exercida sobre as visitas. Neste sentido, consideram que «este não parece ser um estabelecimento prisional de finais do século XX, integrado na Europa, apesar de Portugal ter, mais uma vez, ratificado a Convenção Internacional de Direitos Humanos».

Começam por fazer referência a uma falta de pagamento de ordenados por tarefas executadas na cadeia, desde Setembro de 1989, data imediatamente posterior à sua transferência das Mónicas. «Apesar de miseráveis e, nem mesmo ao nível de um país do Terceiro Mundo, estes salários fazem diferença a um preso», comentam.

A carta da directora do Estabelecimento Prisional de Tires, Maria Helena Afonso de Carvalho, desmente este ponto (o mesmo faz quanto à situação habitacional do Pavilhão 3). Segundo aquela responsável, foram lançados salários a partir de Novembro do ano passado e em vários sectores encontram-se pagos até ao final do ano. Afirma ainda que, regra geral, os pagamentos são efectuados dentro da primeira quinzena de cada mês.

Deste modo, podemos concluir que, mesmo tendo a directora razão, pelo menos o mês de Janeiro está por liquidar.

Mais grave será a acusação formulada à postura das guardas prisionais. Segundo as subscritoras do documento, as guardas fomentam a revolta das reclusas com atitudes impróprias e indignas da sua profissão, esquecendo-se que estão a lidar com seres humanos. E deixam uma questão por responder: «A não ser que, neste momento em Portugal, os presos tenham passado a fazer parte de uma nova classe social: a escravatura humana».

Maria Helena Carvalho tece fortes elogios ao pessoal de vigilância pelo seu empenhado trabalho, mas admite que «dos 66 elementos femininos, nem todos demonstram estas qualidades».

Quanto ao problema da falta de higiene, as presas mostram-se consternadas com o facto de permanecerem há 12 dias com a mesma a roupa de cama e toalhas, as sanitas estarem constantemente entupidas e não existirem condições para lavar e estender o vestuário fora das celas.

Uma vez mais, a directora da Cadeia de Tires considera válida a a reclamação apresentada quanto ao problema da roupa, explicando as deficiências na sua substituição devido ao mau tempo e à falta de resposta da lavandaria face ao elevado número de reclusas a atender. Adianta que estão a decorrer obras no Pavilhão 3 para colocação de alguns tanques, onde se poderá doravante proceder às lavagens de roupa pessoal.

«Não existem nas celas tomadas para ligar um aquecedor ou uma televisão, nem um simples interruptor para ligar ou desligar a luz (...) Estamos praticamente incomunicáveis devido ao facto de uma cadeia com cerca de 370 reclusas, só possuir duas linhas telefónicas», lamentam-se ainda as subscritoras do protesto. Anuindo a situação descrita, Maria Helena Cardoso reforça o protesto ao sublinhar que existem frequentes cortes de luz no dito pavilhão e ao admitir a dificuldade de ligações telefónicas de ou com o Estabelecimento Prisional.

No Estabelecimento Prisional de Tires as detidas queixam-se de falta de higiene, atraso no pagamento dos trabalhos e comportamento indigno de guardas prisionais

Censuras e revistas

A censura da correspondência, contra a qual as cem reclusas se indignam, é perfeitamente reconhecida pela responsável da cadeia. «Os advogados são revistados à entrada e saída, sendo as suas pastas – contendo muitas vezes papéis referentes a outros clientes – vasculhadas e inspeccionadas pelas senhoras guardas. Já não existe segredo profissional?», comentam as subscritoras. «A mesma revista é feita de acordo com o que se encontra superiormente determinado», responde lacónica Maria Helena Afonso.

A directora do Estabelecimento Prisional de Tires levanta, contudo, uma acusação velada aos advogados: «Só por lapso ou grave suspeita se abre correspondência com os advogados já se tendo verificado que os respectivos envelopes timbrados servem para capear correspondência de outro tipo e dinheiro».

Por fim, as detidas de Tires chamam a atenção para as penosas condições em que as visitas têm que aguardar para verem as suas familiares. «São sujeitas a uma longa espera no portão do Pavilhão 3, à chuva e ao vento, sem a menor consideração pela sua condição de seres humanos», sublinham. Maria Helena Carvalho afirma que o este aspecto foi apresentado superiormente para estudo e determinação.

A directora termina a sua carta constatando que «se verificou uma certa reacção, quer por parte das internadas, quer por parte do pessoal de vigilância, à transferência para este Estabelecimento (...) havendo necessidade do decurso de um certo período de tempo para adaptação». Sem nunca terem protestado contra a transferência de prisão, as reclusas em causa rematam a sua missiva, que enviaram para diferentes entidades, demonstrando uma grande lucidez quanto aos seus direitos: «Não querendo lembrar a V. Exa., mas tendo que o fazer, nenhum regulamento interno de uma prisão pode ir contra a Lei Fundamental do País».

Às terças-feiras

JL jornal de letras, artes e ideias

Graça Morais

Cabo Verde, a realidade da alma

Os 80 anos de Martins Correia

Montserrat Roig,

a voz melodiosa da Catalunha

Dez anos depois da morte
Um romance inédito de Nuno Bragança

A crónica de João de Melo

Nem sempre o silêncio é de ouro. Faz agora um ano, monsenhor Ximenes Belo, administrador apostólico de Díli, *escreveu a Perez de Cuellar, instando-o a promover um referendo em Timor-Leste. A carta não obteve resposta - e o povo maubere continua submetido, sem poder pronunciar-se sobre o seu destino. D. Carlos Ximenes Belo encontra-se virtualmente sob prisão domiciliária, as detenções arbitrárias prosseguem, a língua e a cultura autóctones vão sendo esmagadas pelo invasor. O «DL» assinala nestas páginas mais um ano de clamores que, todavia, não possuem a força do silêncio das Nações Unidas*

A Igreja Católica timorense, e designadamente o bispo D. Carlos Ximene os invasores indonésios, pelo direito à autode

Timor: uma carta à espera de

Faz hoje precisamente um ano que o administrador apostólico de Díli, D. Carlos Ximenes Belo, tomou a iniciativa de escrever uma carta ao secretário-geral da ONU, pedindo-lhe para organizar em Timor-Leste um «referendum».

Nessa carta, dizia nomeadamente: «Tomo a liberdade de escrever a Sua Excelência o Senhor Secretário-Geral para levar ao seu conhecimento que o processo de descolonização do Timor Português ainda não está resolvido pelas Nações Unidas e convém não deixá-lo no esquecimento. Para nós, o Povo de Timor, pensamos que temos de ser consultados sobre o destino da nossa terra. Por isso (...), como responsável da Igreja Católica e como cidadão de Timor, venho pedir ao Senhor Secretário-Geral para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um REFERENDUM. O povo de Timor tem de ser ouvido através de um plebiscito quanto ao seu futuro. Até agora, o povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do Povo. É a Indonésia que diz que o povo de Timor já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como povo e como Nação.»

No mesmo dia 6 de Fevereiro de 1989, o bispo Ximenes Belo escreveu mais duas cartas: uma ao núncio apostólico em Jacarta, mons. Canalini, na qual denunciava a violação dos direitos humanos e a violência da repressão indonésia sobre o povo timorense; e outra ao bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, solicitando-lhe que fizesse chegar a Perez de Cuellar a sua mensagem. Dando conta do conteúdo desta, afirmava: «Não deixar o Povo de Timor dizer aquilo que sente é a escravização mais sofisticada que só gera descontentamentos, injustiças e morte lenta.» E terminava: «Peço ao Senhor D. Manuel para me ajudar nesta batalha do «referendum» para o Timor Oriental.»

Nem contra nem a favor

Cerca de um mês mais tarde, a 12 de Março, D. Ximenes Belo publicou em Díli um «Comentário à carta ao secretário-geral das Nações Unidas». Formalmente dirigida ao clero local, esta explicitação da sua atitude tinha sobretudo como intenção fazer-se entender junto de mons. Canalini e do Vaticano. Aí diz: «A minha carta não é contra ninguém nem a favor de ninguém. A carta constitui a tomada de posição do chefe da Igreja Católica em Timor perante o conflito ou o problema de Timor. A única solução que a Igreja apresenta para resolver o problema de Timor é: perguntar ao próprio povo de Timor o que é que ele quer ser. (...) A carta não quer falar em nome do Povo. Apenas se sugere que se dê ao Povo de Timor a oportunidade de exercer a soberania, através do «referendum», por voto secreto, livre e unviersal. A carta não é contra a Indonésia. Ela constitui uma ajuda à Indonésia para, se quiser, rectificar a invasão armada. (...) Finalmente, a carta de 6 de Fevereiro quer ser uma denúncia perante o mundo de que os interesses económicos e estratégicos não podem servir de razão para atropelar os direitos essenciais de um povo, por mais pequeno que ele seja: direito de existir como povo, com território próprio, com língua e cultura próprias e, sobretudo, que este povo tem o direito de ser consultado e ouvido naquilo que lhe é vital.»

Vaticano não gostou

De facto, o Vaticano e a Indonésia tinham reagido empregando o mesmo argumento: a carta do administrador apostólico não representa mais do que um ponto de vista pessoal. Mons. Canalini fez declarações públicas neste sentido, em Jacarta, tentando minimizar o alcance da tomada de posição de D. Ximenes Belo, quer interna quer externamente. E o Papa, ao visitar a sua diocese de Díli, embora tenha manifestado por palavras e acções o seu apreço pelo prelado timorense, não tocou na questão da proposta de «referendum». Esta reacção terá levado o bispo a responder com sinceridade ao jornal «Ouest-France», quando o jornalista lhe perguntou, no dia seguinte à visita de João Paulo II: «É verdade que o Vaticano o repreendeu pela sua carta às Nações Unidas?»

«Sim. Não temos o mesmo ponto de vista. Eles acham que eu faço política. Se estivesse em Roma, talvez pensasse o mesmo que eles. Mas vivo aqui. Vejo os sofrimentos das pessoas e partilho-os. Era meu dever de pastor escrever essa carta.»

As pressões sobre D. Ximenes Belo tornaram-se ainda maiores. Ameaças, vigilância acrescida da correspondência e das comunicações telefónicas, tentativas para que desmentisse o sentido do que tinha escrito. Foi neste contexto que o «Presbitério da Diocese de Díli» fez circular, em Junho, um docmento de apoio ao seu bispo, no qual uma nota adverte que «não assinámos para podermos continuar a trabalhar com o nosso Povo».

Aí se afirma: «Esta carta foi recebida com entusiasmo pela população que mais uma vez sente confirmada a sua confiança na fidelidade da Igreja para com o Povo, que se sente representado nessa tomada de posição do chefe da Igreja.»

A prova deste facto dera-se poucos dias antes. Conta um depoimento enviado de Díli e datado de 27 de Julho: «Os agentes secretos indonésios em Timor-Leste continuam a envidar esforços para conseguir obter a identificação do cristão que foi o primeiro a bater as palmas durante a cerimónia do Corpo de Deus, presidida pelo bispo em Lecidere (Díli), no passado dia 28 de Maio. Os vivas e os saltos de alegria seguiram-se ao esclarecimento sobre a carta endereçada ao secretário-geral da ONU feita por D. Carlos Belo.»

Alguns meses mais tarde, a 7 de Setembro, um grupo de cem estudantes timorenses toma também a iniciativa de escrever uma carta ao secretário-geral Perez de Cuellar. Pela primeira vez, um conjunto tão alargado de pessoas corre o risco de se identificar activamente com a causa da autodeterminação e independência, subscrevendo um documento público. Entre várias outras reivindicações, os jovens afirmam o seu «reconhecimento da posição firmada pelo bispo de Díli, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, na

Liberdade vigiada

«Monsenhor Ximenes Belo não está preso, mas a sua liberdade de movimentos é muito reduzida» - disse ao «DL» o presidente da Liga de Defesa dos Direitos do Homem da Indonésia, H. Princer, em conversa telefónica.

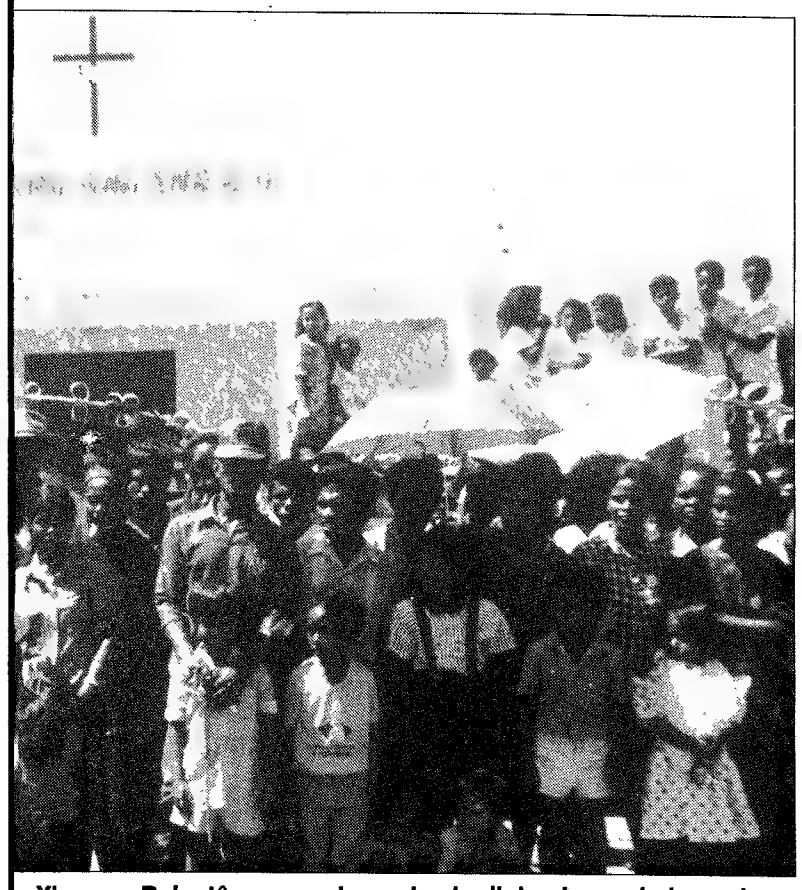
Princer acrescentou que o administrador apostólico de Dili se encontra na sua diocese, vigiado pelas autoridades indonésias, que controlam todos os seus contactos, designadamente as visitas que recebe.

«Não está preso, mas não é um homem livre» - rematou o activista dos Direitos Humanos em Jacarta para definir a situação do prelado.

A grande preocupação do movimento a que Princer preside e que depara com grandes dificuldades no terreno continua a ser a ocorrência de prisões arbitrárias e a destruição da cultura autóctone de Timor-Leste, pelos indonésios.

« A presença militar de Jacarta em Timor-Leste deveria diminuir» - disse Princer, que deposita alguma esperança nos contactos entre Portugal e a Indonésia, principalmente se forem usados argumentos de carácter humanitário, com vista à melhoria da situação que, de momento, é calma.

A.M.A.
Auto Monumental do Areeiro S.A.
Audi
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA



**s Ximenes Belo, têm ocupado a primeira linha de combate contra
o à autodeterminação do povo maubere**

de resposta

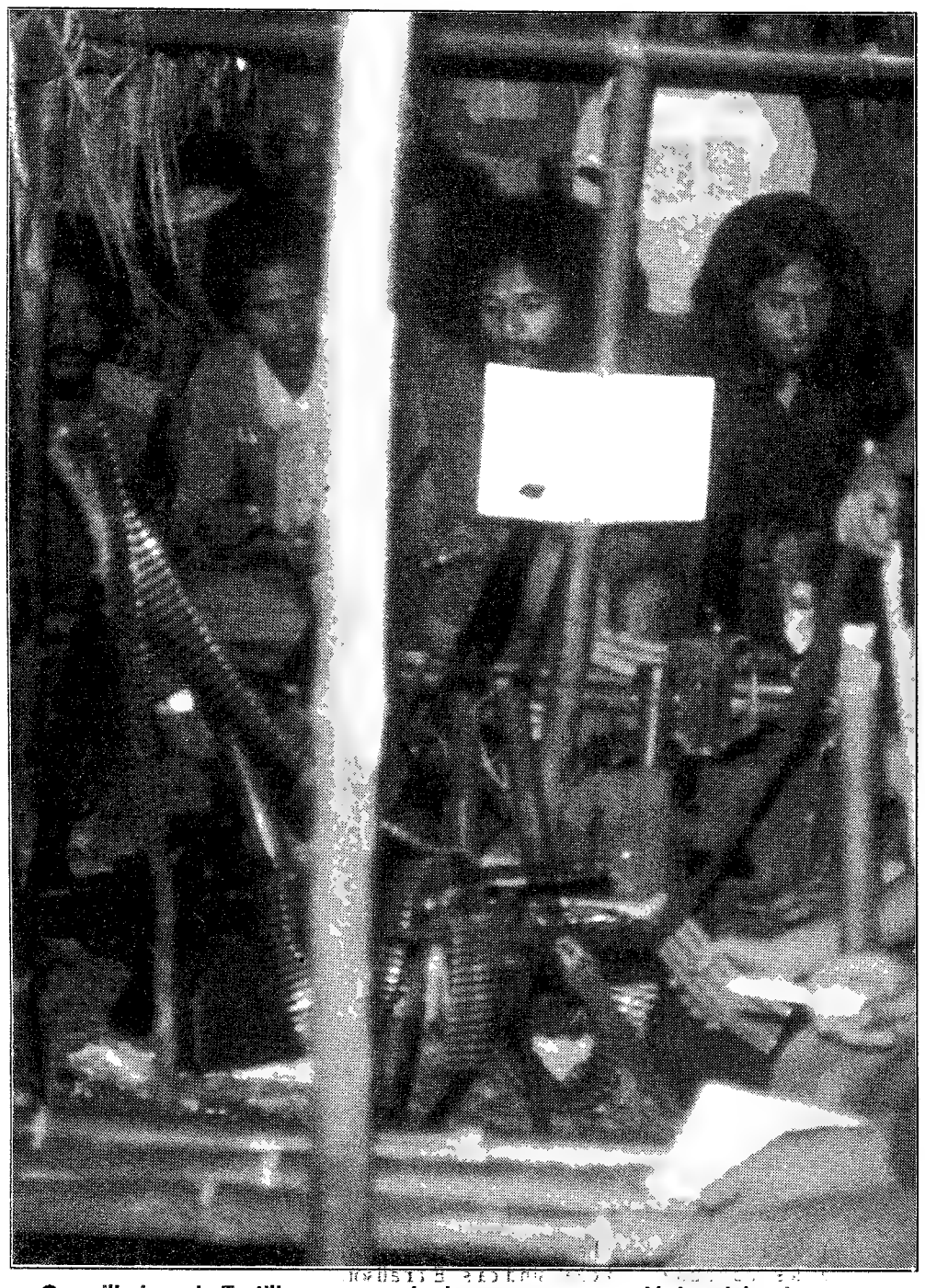
nuar a
Povo».
arta foi
no pela
ma vez
ia com
a Igreja
e sente
nada de
reja.»

dera-se
nta um
e Díli e
o: «Os
onésios
nuam a
conse-
ção do
neiro a
a ceri-
us, pre-
ecidere
28 de
ltos de
esclare-
endere-
ral da
los Be-

arde, a
upo de
nses to-
a de es-
ta ao
ez de
a vez,
ado de
de se
com a
nação e
evendo
. Entre
cações,
«reco-
firma-
O. Car-
elo, na

sua carta endereçada ao secretário-geral da ONU em 6 de Fevereiro de 1989, como expressão político-religiosa oficial do povo de Timor-Leste» e a «realização imediata de um «referendum» como

continua na pág. 18



Guerrilheiros da Fretilin repousando de uma guerra que já dura há quinze anos

Reagindo ao aumento da repressão em Timor-Leste

Assembleia da República prepara-se para uma intervenção mais forte

Cresce na Assembleia da República a tendência para agitar de novo a questão de Timor-Leste e se abandonar a atitude passiva e de moderação que tem caracterizado o Parlamento, nos últimos tempos, enquanto decorriam os contactos diplomáticos com a Indonésia.

A razão para esta mudança de atitude, principalmente detectável junto de representantes da Oposição na Comissão Parlamentar de acompanhamento da situação em Timor-Leste, funda-se nas notícias do crescendo da repressão que, entretanto, têm chegado a Lisboa e na persistência da Indonésia em não aceitar os termos de referência postos pela Assembleia como condição para a visita de parlamentares portugueses ao território.

A Assembleia está a acompanhar o processo através de uma comissão eventual presidida pelo social-democrata Sousa Lara e de que fazem parte, nomeadamente, Adriano Moreira, do CDS, José Pacheco Pereira, do PSD, e Carlos Brito, do PCP. Esta Comissão foi convidada pela Indonésia a visitar Timor-Leste, mas pôs como condições, entre outras, o cessar-fogo e a dispensa de visto. Essas condições não se encontram reunidas nem foi possível à diplomacia portuguesa desbloquear o impasse, em contactos desenvolvidos na sede da ONU.

Se é lícito duvidar-se de todas as notícias de actos repressivos cometidos pela potência ocupante, nomeadamente dos divulgados imediatamente a seguir à visita do Papa, também é certo que outras fontes idóneas têm fornecido à Comissão Parlamentar informações que são, elas próprias, motivo de viva preocupação.

Os canais portugueses estão completamente desprovidos de meios próprios de acesso ao interior de Timor e as últimas informações mais consistentes sobre a situação foram recebidas da Amnistia Internacional, em Agosto passado, pelos deputados portugueses que participaram num colóquio sobre Timor, em Nova Iorque, e da Igraje Católica.

Notícias ainda não confirmadas voltaram a insistir, nos últimos dias, no crescendo de repressão, enquanto as negociações diplomáticas marcam passo ou, pelo menos, delas nada chega de novo à Comissão.

Por acordo com os outros orgãos de soberania, a Assembleia depende, neste caso concreto, da iniciativa política do Governo e do Presidente da República. Resta-lhe a possibilidade de intervenção junto da Opinião Pública, nacional e internacional, e é neste domínio que a Comissão pode, proximamente, levantar a sua voz e abdicar da actual atitude de prudência e reserva. Internacionalmente, sentia-se nos últimos tempos um aumento da adesão às teses defendidas por Portugal, em boa parte fruto dos contactos de deputados, nomeadamente, a nivel da União Inparlamentar.

Representantes de partidos da Oposição na Comissão acentuaram-nos a necessidade de a Assembleia da República voltar a agitar o processo para que a questão de Timor e a violação dos direitos humanos praticada pela potência ocupante do território não caiam no esquecimento.

Neste sentido vai o apelo da secção portuguesa da Pax Christi e da Comissão Nacional Justiça e Paz que, para assinalarem a passagem do primeiro ano sobre a carta sem resposta de D. Carlos Ximenes Belo a Perez de Cuellar, incitam «todos os responsáveis portugueses a que procurem insistentemente novos apoios, na busca de uma solução justa para o povo de Timor-Leste».

A luta do povo maubere

Quando os primeiros portugueses chegaram a Timor, em 1515, já existiam na ilha duas confederações: a dos Belos, a Leste, que corresponde «grosso modo» ao actual território de Timor-Leste e a do Servião, a Ocidental, actual Timor indonésio.

Até àquela data, as duas confederações eram totalmente independentes e não estavam sujeitas a nenhuma potência exterior, embora tivessem de enfrentar as frequentes investidas dos Macassares e dos Javaneses.

Foi para fazer face a estas ameaças que muitos chefes timorenses se aliaram aos Portugueses. Esta aliança revelou-se, ao longo dos tempos, muito eficaz, não só contra os Macassares e os Javaneses como, posteriormente, contra os Holandeses e os Indonésios. Infelizmente, só não funcionou em 1975 porque um punhado de maus portugueses pôs em marcha um plano diabólico laboratorialmente estudado e magistralmente executado, traindo o Povo Timorense e o Povo Português.

Podemos afirmar que Timor já tinha uma identidade cultural, histórica e política bem definida, que a presença portuguesa preservou e reforçou através, basicamente, de três elementos fundamentais: o Cristianismo, a Língua e a Cultura Portuguesas.

A uma distância de quase quinhentos anos e tendo em conta os condicionalismos, tanto no passado remoto das consequências no presente, chegamos à conclusão de que os pactos livremente celebrados entre timorenses e portugueses foram a política acertada que os nossos antepassados praticaram. Não fora isso, dada a correlação de forças existente e dado o desenvolvimento mundial na altura, Timor, isto é, a parte da Confederação dos Belos, teria caído, pelo menos a partir de 1641 ou pouco depois, na órbita do domínio holandês, como aconteceu à Confederação do Servião — desde 1949 parte integrante da República da Indonésia.

Não podemos, assim — sob pena de defendermos a tese indonésia —, em nome de um pretenso nacionalismo timorense, combater aqules nossos antepassados que livremente celebraram alianças com os Portugueses nem a acção civilizadora de Portugal, apesar de alguns erros cometidos.

«Se guerras houve em Timor, elas ficaram a dever-se a dois factores, essencialmente: por um lado, à necessidade de salvaguardar o 'pacto' celebrado com Portugal e, por outro, à disputa entre grupos rivais que pretendiam o beneplácito do representante da soberania portuguesa. Radica aqui a tão conhecida realidade do respeito quase religioso ou mítico do Povo timorense pela Bandeira portuguesa. Esta aí também por que, em situação de marginalidade no contexto do império colonial português, Timor sempre se manteve sob a soberania portuguesa, sem os traços visíveis de uma verdadeira colonização ou exploração económica de tipo colonialista.» (Moisés Amaral, discurso de 25/5/86)

De tudo quanto ficou dito, podemos compreender como um Povo tão pequeno como o Povo timorense, com 650 mil habitantes e sem nenhum auxílio exterior, continua a empreender uma luta tão heróica, contra uma Nação tão poderosa de 150 milhões de habitantes, apoiada pelos EUA, pela Austrália e por muitos países ocidentais, que mantêm com a Indonésia as melhores relações, não só comerciais e políticas, como militares.

O Povo timorense tem fé que Portugal, um País pequeno certamente, mas que esteve nos quatro cantos do Mundo, e actualmente contando com mais seis países de expressão oficial portuguesa e integrado na CEE, possa ainda, em conjugação de esforços com os seus aliados, encontrar uma solução justa, digna e honrosa para Timor. Basta apenas a vontade política, a persistência, a determinação e a tenacidade que os portugueses ensinaram aos timorenses e que estes puseram em prática há já cerca de quinze anos!

Vicente da Silva Guterres
Vice-presidente da Comissão Política da UDT

O «suhartismo» parece instalado na Indonésia, mas tal não significa que nos bastidores do Poder, em Jacarta, reine a paz absoluta. A luta pela sucessão do presidente já começou - e a questão de Timor-Leste é uma pedra no sapato para um país que tem aspirações a liderar os não-alinhados

Indonésia: suhartismo promete sobreviver a Suharto

«Depois de Sukarno, Suharto. Depois de Suharto o suhartismo». Esta é a fórmula que, segundo os observadores, melhor define o futuro regime indonésio, após a sucessão do actual Presidente Suharto, que anunciou já que este seria o quinto e último mandato (1988-93) à frente dos destinos do país.

As forças armadas vão, por certo, desempenhar um papel de charneira em todo este processo, sem largar mão da sua «dupla função» político-militar, prevista na legislação

. Não obstante, a guerra de bastidores está em crescendo. Suharto mantém a posição de não designar o seu sucessor o que vem agravar, ainda mais, as lutas intestinas no seio do Governo. O próprio ministro da Defesa, general Benny Murdani, desencadeou uma campanha contra o novo vice-presidente, general Sudharmono, particularmente bem posicionado para substituir Suharto.

O libelo do ministro da Defesa não podia ser melhor. Sudharmono foi acusado de simpatias pró-comunistas, durante a luta da independência, considerado ainda hoje como um «perigo latente» na sociedade indonésia: não lhe restou, por isso, outra saída política que não fosse o de pedir desculpas públicas.

A nomeação do general Wahono, em Outubro de 1988, para a direcção do Golkar - o partido no Governo e verdadeiro bastião da influência dos militares - contribuiu para diluir os choques na luta pela sucessão.

Sudharmono conserva intactas as suas pretenções à chefia do país, mas a questão foi apenas adiada: os Ministérios escolhem a dedo os seus funcionários, a Imprensa foi posta sobre discretas cautelas e os sectores críticos estão de sobreaviso. O «Kopkamtip», a omnipotente força de segurança do Estado destinada a limpar os vestígios comunistas, foi eliminada, depois de insistentes denúncias por parte dos sectores democráticos. Mas o aparelho mantém-se, agora, sob a capa de um nome mais «civil» ou, se quisermos, mais «civilizado».

Pedra no sapato

A nível internacional, a Indonésia continua a manter um papel preponderante no contexto da Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ANSEA), apesar da sua política de apoio ao regime de Hanoi não ser, de todo, consensual. Observadores adiantam mesmo que a manutenção do isolamento internacional do Vietname interessa sobretudo à Indonésia, conservando-lhe o espaço de manobra necessário para a manutenção da sua supremacia regional assim como das ajudas externas do Ocidente.

Enquanto isto, a questão de Timor-Leste continua a constituir uma verdadeira pedra no sapato para as autoridades de Jacarta, naquilo que é uma das apostas da política externa indonésia: a presidência dos Países Não-Alinhados.

Carlos Camponez

Uma carta à espera de resposta

continuação da pág.17

forma mais viável de uma solução pacífica do caso de Timor-Leste».

Apoio da Fretilin

O líder da Resistência timorense, Xanana Gusmão, tomou também uma posição clara. Num longo documento datado de 5 de Outubro, tece as seguintes considerações, no contexto de um capítulo que intitula «Solução — diálogo para a paz»:

«A verdadeira Paz e uma duradoura Paz só será possível se se ouvir o desejo do Povo Maubere! D. Ximenes Belo, como chefe da Igreja de Timor-Leste, já se pronunciou sobre um «referendum» em que se ausculte a vontade do Povo Maubere. A realização de um «referendum» pressupõe:

a) — antes de tudo, uma cessação das hostilidades;

b) — a adopção de mecanismos jurídicos internacionais para verificar, controlar e viabilizar o processo;

c) — o respeito pelos supremos anseios do Povo de Timor-Leste, expressos em condições livres e democráticos.

«Nós aprovamos totalmente a proposta do nosso bispo, o bispo de Díli, D. Ximenes Belo. E acrescentamos, para pôr ponto final a quaisquer dúvidas que ainda persistam, que a dar-se o caso de o Povo Maubere, sob a supervisão da Comunidade Internacional, 'reafirmar' o seu desejo de integração na Indonésia, nós, os guerrilheiros das FALINTIL, deporemos as armas sem hesitação nem demoras! E nós próprios, como responsável da Resistência, pelo resto da vida aceitaremos receber diariamente todas as torturas de que foram sujeitos milhares de timorenses que tiveram a infelicidade de acreditar... nuns bandidos, perturbadores da paz indonésia!»

A solidariedade com a luta de Timor-Leste, tanto em Portugal como no estrangeiro, não tem podido vencer os poderosos interesses que jogam a favor da Indonésia

Ecos e silêncios

A carta do bispo Belo a Perez de Cuellar chegou ao conhecimento da diplomacia portuguesa no final de Março de 1989 e dela foi dado conhecimento público em finais de Abril. A proposta do administrador apostólico de Díli suscitou de imediato numerosos apoios, dentro como fora da Igreja.

O presidente da Conferência Episcopal holandesa, cardeal Adrianus Simonis, tomou a iniciativa de escrever a D. Ximenes Belo, afirmando-lhe que fora com «profundo respeito pela vossa coragem» que tomara conhecimento da carta dirigida ao secretário-geral da ONU.

A carta, datada de 5 de Junho, diz também: «Sabendo muito bem quão difícil é neste momento a vossa situação, estou profundamente convencido de que o vosso franco e corajoso apelo a favor de um referendum, como o meio mais democrático de averiguação do supremo desejo do povo timorense, só pode ser o fruto de ampla meditação e dolorosa experiência(...) da triste situação e inexorável sofrimento do vosso bem amado povo.»

Intervindo no debate da Comissão de Descolonização, em Agosto passado, o bispo japonês Aloisius Soma, presidente da Comissão Justiça e paz nipónica, revelou que tinha escrito uma carta ao secretário-geral da ONU, em apoio das posições defendidas por D. Ximenes Belo. Esta carta foi subscrita por 114 bispos da Ásia e do Pacífico, e por mais de um milhar de padres, religiosos e leigos das Igrejas da mesma zona. Na mesma sessão, a vice-presidente da secção portuguesa do movimento Pax Christi Internacional, Maria Luísa França, afirmou: «O presidente da nossa secção Pax Christi, D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, recebeu do bispo de Díli uma carta, pedindo-lhe que insistisse junto do secrtário-geral sobre a realização de um referendo para o povo de Timor. O que leva mons. Belo a lançar este apelo (...) é que após catorze anos de ocupação militar indonésia, a situação continua insuportável. Mons. Belo não toma partido no sentido político do termo. Ele denuncia, como é direito de todos e especial dever de quantos partilham alguma forma de autoridade, situações de flagrante injustiça, — escreve D. Manuel.»

Ainda na mesma ocasião, interveio como peticionária a deputada Anna Clwyd, que fizera parte de uma delegação de sete parlamentares britânicos convidados a visitar Timor-Leste nos dias 7 e 8 de Março. Depois de contar em que circunstâncias tinha decorrido a visita e de como a delegação havia sido habilmente impedida de se encontrar com o bispo Belo, a deputada trabalhista apoia o pedido do administrador apostólico de Díli, apontando cinco condições para que a consulta ao povo de Timor-Leste pudesse ter lugar:

«a) A cessação das hostilidades entre a Indonésia e as forças da Resistência, três meses antes do plebiscito; b) cuidadosa supervisão internacional por uma equipa nomeada pela ONU e incluíndo representantes do Governo português; c) Retirada das tropas indonésias; d) Os civis indonésios actualmente no território não devem tomar parte no plebiscito; e) sufrágio universal.»

Esta posição foi retomada pelo líder do Partido Trabalhista inglês, Neil Kinnock, que, em carta de 9 de Novembro último, reafirma o seu apoio ao direito à autodeterminação do povo timorense e à realização do referendo, de acordo com as condições expressas pela deputada e membro do «Governo-sombra», Ann Clwyd.

Ao mesmo tempo que em Nova Iorque decorria a sessão da Comissão de Descolonização, reunia-se em Genebra a Subcomissão dos Direitos Humanos da ONU. Mais uma vez a questão de Timor-Leste foi abordada e os seus membros aprovaram uma resolução de Timor-Leste foi abordada e os seus membros aprovaram uma resolução na qual se «toma nota da carta do bispo Carlos Filipe Ximenes Belo, datada de 6 de Fevereiro de 1989 (A/AC. 109/991), endereçada ao secretário-geral, apelando à realização de um referendo em Timor-Leste».

A posição de D. Ximenes Belo motivou também a apresentação de uma proposta de resolução no Parlamento Europeu. Votada a 25 de Maio e aprovada por grande maioria, nela se afirma num dos considerandos: «Consciente do apelo dramático do bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo, administrador apostólico de Díli, ao secretário-geral das Nações Unidas, sr. Perez de Cuellar, no qual afirma estamos a morrer como povo e como nação (...).»

O mais dramático, no entanto, é que.o secretário-geral ainda não respondeu ao bispo Ximenes Belo. Publicada a carta de 6 de Fevereiro como documento oficial das Nações Unidas, por iniciativa da diplomacia portuguesa, ela continua letra morta para o mais alto responsável da Comunidade Internacional, a quem era dirigida. O silêncio, facilitado talvez pelo pouco eco que a missiva teve junto dos órgãos de soberania portugueses, que nunca se pronunciaram abertamente sobre a questão, nem fizeram chegar a D. Ximenes Belo qualquer sinal de solidariedade, não é certamente de ouro. É mais um fardo para o bispo, mais um gesto que o povo de Timor-Leste não esquecerá, mais uma missão que a História não poderá perdoar.

Luísa Teotónio Pereira
Coordenadora da Comissão para os
Direitos do Povo Maubere

CULTURA

Crítica de teatro

Prato forte, a «Salada»

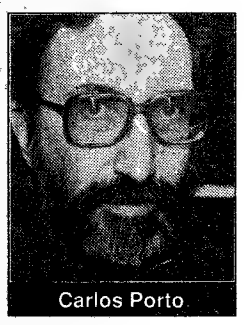
Salada — Textos dos Palhaços. Recolha de Textos: Tristan Rémy («Entrées Clownesques»). *Montagem/Tradução:* Luís Miguel Cintra. *Encenação:* Trabalho colectivo da C.ª. *Orientação:* Luís Miguel Cintra. *Cenário/Figurinos:* Cristina Reis. *Assistente:* Linda Gomes Teixeira. *Colaboração musical:* Paulo Brandão. *Produção:* Amália Barriga. *Interpretação:* Adriano Luz, António Fonseca, Cristina Cavalinho, Gilberto Gonçalves, Luís Lima Barreto, Luísa Cruz, Márcia Breia e Rogério Vieira. *Teatro da Cornucópia/Teatro do Bairro Alto* — 24-01-90.

Cá por mim, se penso em circo e palhaços, logo me assalta a mais longínqua e melancólica das memórias: a desses circos, pequenos e pobres, que atravessavam a província em noites de Inverno, as crianças-saltibancos, os palhaços com mais fome do que graça, as lantejoulas sem brilho, a luz pobre. Triste o circo, tristes os palhaços, triste o público, velhos que nem rir sabiam, crianças que as mães iam buscar pelas orelhas.

Depois surge-me uma outra imagem: Fellini, claro. Principalmente e em primeiro lugar, Gelsomina e Zampano: outra vez a pobreza, a crueldade, a solidão e a metafísica de uma noite estrelada, e aquele grito na praia deserta: Gelsomina... Gelso-mina... «A Estrada», por onde anda esse filme?

Se tivesse encontrado — na infância — estes palhaços da Cornucópia, não lhes teria resistido: ia com eles pela estrada fora. Pobre de mim, outra vez enganado pela vida: porque estes palhaços não são, nem querem ser, palhaços, porque este circo não é um circo.

Actores a representar palhaços, um grupo de teatro a fingir que é um circo. Não é verdade: nós é que fingimos que eles fingem. Porque esta gente é séria e sabe que não se pode representar um circo: é como actores, repete-se, que eles se apresentam e representam. O espectáculo da Cornucópia conta e interpreta cenas célebres de palhaços que foram buscar a um livro francês porque em Portugal não há disso, embora haja, certamente, muitas histórias para recolher (não há quem o faça, João Melo Alvim?). Pequenas anedotas ou cenas com estrutura dramática (espantosa aquela do Guilherme Tell em que a maçã vai sendo comida), pela nossa frente desfilam os tipos circenses de que alguns acabam por adquirir a dimensão de personagem, figuras paripatéticas de um pequeno mundo que só existe para nos fazer rir e disso se ri. Um espectáculo destes corre o risco de viver à custa do virtuosismo dos seus intérpretes. Não é o caso de «Salada» que tem como base uma dramaturgia forte e duma comicidade irresistível. Rimo-nos outra vez com histórias conhecidas, não só porque continuam a ter graça como pelo facto, fundamental, de terem sido rebrabalhadas através de uma montagem muito eficaz, através do talento destes actores que são também encenadores. Porque um aspecto curioso do novo espectáculo da Cornucópia consiste no facto de se tratar da primeira encenação colectiva de uma companhia que parecia inevitavelmente agarrada ao seu criador, Luís Miguel Cintra. Mas não: ausente, como encenador e actor, embora presente como orientador e inspirador, Luís Miguel Cintra pôde confiar inteiramente nos seus artistas. O resutlado é sensacional: «Salada» é um espectáculo 100% cornucopiano, na linha que passa pelo Dario Fo de «Não Se Paga, Não se Paga» e pelo Karl Valentim de «E Não Se Pode Exterminá-lo?». Ao mesmo tempo que encontramos nele outras memórias, já referidas, e outras experiências que têm a ver com coisas nossas como, por exemplo, o diálogo e o confronto entre dois palhaços, que podem ser ou não o palhaço rico e o palhaço pobre, e a influência que exerceram nos «compéres» das nossas revistas. A utilização dos objectos (a garrafa que passa de mão em mão, a matéria flexível de alguns móveis), os solos musicais, os ruídos *off*, a relação com os espectadores, a composição de algumas figuras (inesquecível o sr. Costa de Márcia Breia), os jogos corporais (Cristina Cavalinho na bailarina, impagável), a concepção perfeita do cenário de Cristina Reis, funcional e, também ele, fonte do cómico, o ritmo — tudo isso, com a graça do texto, faz de «Salada» um espectáculo fascinante, capaz de agradar a todos os públicos. Mas é sobretudo no trabalho dos actores que esse trabalho se justifica. Os actores e as actrizes em *travesti* (já que este é um espectáculo de homens): Luísa Cruz tão bem aqui como nos seus papéis «sérios» (entre outros, com o célebre número da «pulga amestrada» que Chaplin recriou no «Luzes da Ribal-ta»), Rogério Vieira, Luís Lima Barreto, An-tónio Fonseca, Gil-berto Gonçal-ves, Adriano Luz, Márcia Breia e Cristina Cavalinho — trabalhos tão iguais e tão diferentes, cada um deles preenchendo um espaço produtivamente ambíguo, entre o teatro convencional e o teatro outro — sempre o teatro.


Carlos Porto

Raul Lino "recuperado" é tema da Trienal de Arquitectura de Sintra

Poesia volta a ser morada

Inaugurada anteontem, a primeira Trienal de arquitectura de Sintra decorrerá até ao próximo dia 24. O tema central abrange a noção do "habitar poético", simbolizada, de acordo com os organizadores, pela moradia. Moradias (desde as tradicionais aquelas de gosto mais discutível) podem ser analizadas, em maquete e fotografias, na exposição que integra o certan e. São 57 ao todo, após uma pré-selecção de entre os 97 trabalhos inicialmente propostos. As ideias chegaram de Portugal e de vários outros países, devendo caber a uma delas o prémio final (destinado no último dia) de mil contos, atribuído por um júri de que fazem parte Fernando de Távora, Gonçalo Byrne, Luiz Cunha, Sola-Morales, Mario Bellini e Peter Eisemman.

Além da exposição propriamente dita e do concurso que a motiva, fazem parte da iniciativa uma série de conferências-debate.

Tudo isto decorre no Cine-Teatro Carlos Manuel, cenário condizente, na zona da Estefânia. O ilustre imóvel, projectado por Norte Júnior, cessara recentemente a sua actividade devido a um incêndio que lhe consumiu o palco e parte da plateia. Fala-se, hoje, em recuperação (que nem todos os edifícios nobres de Sintra estão, para já, destinados à picareta - como a polémica cadeia comarcã). A exposição reabriu-lhe finalmente as portas, permitindo observar "in loco" as possibilidades do espaço aproveitável e a extensão dos estragos a reparar.

Outra exposição decorre, paralelamente, no Palácio da Vila. É dedicada a Raul Lino (1879 - 1974), um nome recentemente recuperado dos ataques antigos às suas "casinhas portuguesas". Um tanto tardiamente, observa-se amiúde a sua enorme contribuição para o imaginário da arquitectura portuguesa e extraem-se, já de direito, as respectivas conclusões históricas. Isso mesmo farão alguns dos conferencistas que vão debater, já a partir de sexta-feira, a obra do arquitecto.

O primeiro debate, agendado para o Cine-Teatro, decorrerá às nove da noite do referido dia 9. Seguir-se-ão (dias 10, 17) outros temas porventura menos específicos: "A Arquitectura em Manifesto" e "Manifesto e Poética da Arquitectura". O ciclo de conferências termina no dia 24, com novo debate sobre a arquitectura portuguesa contemporânea. Entre os conferencistas, contam-se os nomes de Siza Vieira, Pedro Vieira de Almeida, Pancho Miranda Guedes, François Noel, Sola Morales e Peter Eisemman.

No "manifesto" elaborado para a Trienal, a comissão executiva parte de Raul Lino para falar, mais uma vez, de Le Corbusier - seu contemporâneo - que "quis encontrar uma solução colectiva com as vantagens da habitação individual". Herdeiros do pouco gracioso colosso que hoje já reconhecem na célebre "Carta de Atenas", os arquitectos dos anos 90 têm um longo caminho a descobrir, partindo da sombra do "grande pai". Esse caminho poderá passar, finalmente, pela análise desempoeirada da obra de um homem que, na sua época, parecia remar contra a maré.

Raul Lino está muito mais próximo do conceito contemporâneo de futuro do que estava da ideia que do futuro tinham os seus próprios contemporâneos. E a escolha de uma vila como Sintra (apesar de tudo quase "intocada") é, no caso desta Trienal, bastante elucidativa.

O Prémio Valmor de 1930 atribuído a Raul Lino por esta moradia (já demolida) na Rua Castilho

IPPC: Antero Ferreira só é empossado amanhã

Ao contrário do que estava previsto, só amanhã o secretário de Estado do Ambiente empossa o novo presidente do Instituto Português do Património Português, Antero Ferreira, em cerimónia que decorrerá no Palácio da Ajuda.

No mesmo dia, mas mais tarde e já nas instalações da SEC, Pedro Santana Lopes conferirá também posse aos novos directores-gerais dos Espectáculos e Direitos de Autor e de Acção Cultural, António Xavier e Maria Manuel Pinto Barbosa.

teatro da cornucópia

SALADA

(TEXTOS dos PALHAÇOS)

«Há muitos anos que não ria tanto num espectáculo» — **Jornal de Letras**

«uma autêntica explosão lúdica» — **Diário de Notícias**

«um momento de teatro divertido e despretencioso» — **O Jornal**

«Uma salada para todos e que vai alimentar muitas horas de prazer» — **Semanário**

«uma arte de inteligência e divertimento que não pára de se divertir connosco e consigo própria» — **Expresso**

«o que nós nos rimos?... ? uma das propostas teatrais mais modernas que a Cornucópia nos apresentou.» — **Independente**

«um dos espectáculos mais soltos, mais felizes e mais comoventes do seu historial» — **Fim de Semana**

«lamentável, mortiço, sem graça /.../ o pior espectáculo da Cornucópia de sempre». — **Capital**

3.ª a sábado às 21.30 — Domingos e feriados às 16

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Rua Tenente Raul Cascais, 1-A
1200 LISBOA -Telef.: 66 15 15/66 92 05

Hoje e amanhã, em reposição, passa, no Forum Picoas, «Pastoral» (1977) a terceira longa-metragem de Otar Iosseliani. O «DL», através de um belo texto de Michel Cournot, publicado no «Le Monde», diz do último filme do realizador. Está em cartaz em Paris. Quando chegará a Lisboa?

Iosseliani, feiticeiro de aldeia

Pela primeira vez na aldeia, trava-se uma luta pela posse

Depois de «Il Était une Fois un Merle Chanteur», Iosseliani filmou apenas contos de aldeia, pequenas fábulas intimistas e pastorais. «Et la Lumière Fut» não constitui excepção na obra deste poeta agreste. Mesmo que, desta vez, o cenário seja uma aldeia africana.

É Saint-John Perse quem, no seu primeiro poema, «Éloges», recorda Saint-Léger-les-Feuilles, sua ilha natal, situada no mar das Caraíbas, portanto longe da aldeia africana que as imagens do filme de Iosseliani nos mostram. Mas a arte de Iosseliani e a de Saint-John Perse assemelham-se: existe a *medicina doce*, estes dois homens praticam a «evocação doce». Sob o seu impulso, uma terra e os seus homens e as suas mulheres vêm lentamente à superfície. As palavras de um texto, as imagens de um filme, tomadas a frio, não se substiuíam a uma vida ausente: é antes como se se tivesse estendido uma vara fantasma a «almas do outro mundo», mas almas do outro mundo que não são espectros, que muito simplesmente estão algures neste mundo, bem vivas.

Uma aldeia africana. Imanência de uma cultura milenária, tanto nas acções concretas do quotidiano - a construção de uma casa, o envio da refeição do meio dia aos trabalhadores do campo numa grande cabaça que desce ao longo do rio - como em práticas mais do imaginário, como, por exemplo, a invocação da água, da chuva.

Tendo em conta que, tanto os recursos como os hábitos são muito diferentes das de uma aldeia da Europa - a temperatura, as árvores, os cereais e os frutos não são os mesmos, nem as casas, nem as alfaias existem - quer nas mulheres quer nos homens actuações e sentimentos que são comuns: o hábito ou a coragem de retomar a vida todas as manhãs, ou, ao contrário, o abandono, a tristeza e também a paixão de um ser por outro ser, os desejos, as separações.

Nesta aldeia africana há um entrecruzar, uma interdependência de vida real e poesia antiga, de fábula imaginada. Como se a fábula fosse uma forma mais sensível, mais delicada, de levar a cabo os actos necessários. Sentado em frente da sua cabana, um casal muito, muito velho. Imóvel, silencioso. Obviamente dependente dos outros. Já não se mexem, é a morte que se aproxima, que já lá está, mas que não se decide. Aproxima-se uma rapariga, ajoelha-se para ficar ao nível do idoso casal e diz a um deles: vai nascer uma criança que tem o teu nome, portanto é a tua vez de partir. Então surge a imagem, vista de bastante longe, de uma pessoa totalmente coberta com um lençol, que salta para cima de um cavalo como se tivesse vinte anos, afasta-se em direcção à floresta e desaparece. Aqui nos hospitais, em casos particulares, fazem-se os «cocktails» de eutanásia, mas, acima de tudo, a confusão e a dor reencontram estas sombras, estas zonas negras, do fundo dos tempos. Desordem e terror da criação, Iosseliani chama ao seu filme: «Et la Lumière Fut» (Fez-se luz»).

Cena de amor no paraíso africano

Chegou-me aos ouvidos que tinham acusado Iosseliani de não ser um etnólogo. Como se os continentes ou os seus habitantes fossem propriedade exclusiva dos etnólogos. Embora por vezes o trabalho dos etnólogos seja óptimo. Pensemos por um momento na Nova Caledónia, no seu passado recente, no seu futuro também, não podemos entender nada se não lermos os livros da família Leenhardt: tanto o pai como o filho e a filha levaram a cabo nesta ilha um impecável trabalho de etnólogos. Mas um poema de Saint-John Perse ou imagens de Iosseliani são outra coisa, uma partilha de emoções, uma permuta do mundo sensível. Os africanos são historiadores, narradores, poetas e, apesar disso, salta aos olhos que não lhes desagradou minimamente, muito pelo contrário, associar Iosseliani aos seus divertimentos, ao seu imaginário. Não há nada a dizer.

Como contraponto da vida desta aldeia aparece o segundo protagonista do filme: a empresa florestal, hoje em dia omnipresente em África. Na maior parte dos casos são empresas europeias. Estas empresas desbastam a África. Levam as árvores mais belas, as maiores. Às vezes apanham-nas mesmo à entrada das aldeias ou nas próprias aldeias, destruindo o equilíbrio e a harmonia das sombras, da frescura, da humanidade, das aves e dos insectos. Os aldeões do filme de Iosseliani suportam permanentemente, de manhã à noite, as idas e vindas dos camiões que levam as árvores, estas árvores soberbas, gigantes, que podemos ver nos cais de alguns dos nossos portos, estendidas por terra, no Inverno, na lama, na neve. E visto que as grandes árvores da aldeia, que eram como os anjos tutelares da vida, foram abatidas e levadas, os aldeões fazem as suas trouxas, deitam fogo às palhotas e vão-se embora.

Assim morrem os campos, assim se perdem os seres. Iosseliani descobre dois ou três habitantes da aldeia, agora perdidos na cidade: já não são os mesmos, já não têm a sua verdade.

A trama do filme não é nem agressiva, nem naturalista. Em África, como na sua Geórgia natal, Otar Iosseliani forma como que uma simbiose com o «espírito» da terra. «Et la Lumière Fut» é uma parábola, não uma constatação. Quando Iosseliani se encontra nas aldeias das montanhas, ao pé de Tbilissi, as vinhas, os carneiros, os camponeses, as suas disputas, exprimem, também elas, com transparência, uma cultura muito antiga, poemas, lendas, que imbuíram de todos os dias, que tanto passaram nos olhos, nos dedos, como nos espíritos e é exactamente esta característica da arte de Iosseliani que permite emergir de longe, de soslaio, como ao acaso, esta sobrevivência de uma dignidade, de uma qualidade pura e simples, em África como na Geórgia.

Dignidade e qualidade de uma vida humana, animal, vegetal, que se deteriora. Elegância de alma e confusão, o riso das histórias e o sofrimento das servidões. Ainda Saint-John Perse: «O Mundo é como uma piroga que, de tanto girar, já não sabe se o vento quer rir ou chorar...»

Michel Cournot

Tradução de Maria Otília Moreira

Festival da Canção a 10 de Março

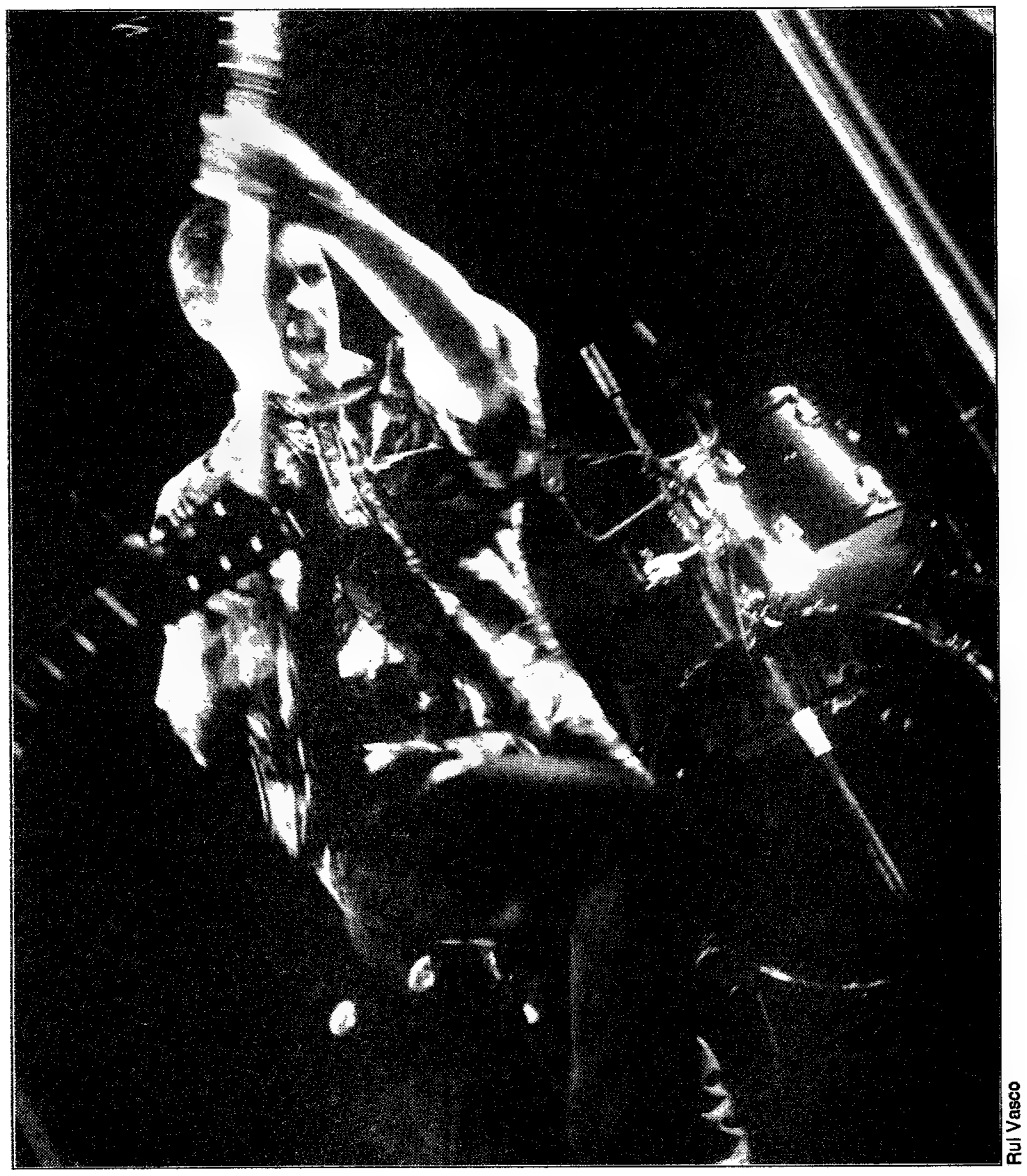
Nucha, Kika, Toy e alguns outros

«Raínha», interpretada pelo conjunto Onda Média, é o nome da primeira das dez canções a subir ao palco do Casino Estoril, a 10 de Março, no Festival RTP da Canção 1990. Nesta edição participam, entre os intérpretes mais consagrados, Jorge Fernando e os Afonsinhos do Condado que defendem as canções «Via Aérea» e «Juju e a Sua Banda», respectivamente.

Os outros, menos conhecidos, são o conjunto Onda Média com a canção «Raínha», João Paulo com «A Ilha do Tesouro», o grupo Karamuru com «Essência da Vida», Toy com «Mais e Mais», Nucha com «Sempre», Kika com «Terceiro Milénio». As duas últimas canções são «Ele é um Playboy», interpretada pelo conjunto «Os Helena», e «Deixa Lá» defendida por Sara.

A direcção musical do festival foi atribuída ao maestro Fernando Correia Martins e a realização a Nuno Teixeira.

Enquanto o Rock Rendez-Vous não encerra as portas, sábado, exibiram-se no seu palco: a banda Mor República Masónica, nova com roupa gasta, e os Santa Maria Gasolina Em Teu Ventre, únicos e diferentes



Rui Vasco

Jorge Ferraz: um dos cinco magníficos dos Santa Maria Gasolina Em Teu Ventre

Do óbvio ao inexplicável

A editora independente "Ama Romanta" decidiu não deixar o Rock Rendez-Vous encerrar sem dar que falar, por este motivo tem vindo a organizar uma série de concertos, aos fins-de-semana, com bandas de várias estilos musicais. Sábado passado, estiveram na sala da Rua da Beneficência: Santa Maria Gasolina Em Teu Ventre e Mor República Masónica. A lamentar a pouca afluência de público, que deixou o RRV a um terço de lotação normal.

A hipnose da fartura

Que música fazem os Santa Maria? Impossível de definir. Todas as referências mais não são que um ligeiro aproximar do produto musical que este grupo nos oferece. Em palco três guitarras, um baixo e uma bateria. «Um som estranho» - afirmava um músico, que atónito assistia ao concerto da banda. Som estranho porque não tem arrumação possível nas gavetas rotuladas, é uma música rebelde, desenquadrada. Um volume de som (no sentido de muito), enche, sem espaço para o perder de ouvido, a maior parte dos temas do grupo.

Três guitarras com *delays*, por si só, explicariam o porquê desse preenchimento de espaço musical, se os solos de Jorge Ferraz não o conseguissem da mesma forma. As cordas são rainhas, e ditam as regras à bateria. Frases melódicas são muitas vezes executadas no baixo, que o Vítor , num dos temas, tocou com duas baquetas. «Multiplicidade de sensibilidades, caleidoscopia» - são as palavras utilizadas por Jorge Ferraz, para explicar a música dos Santa Maria. Esta achega para o entendimento do universo musical da banda torna mais fácil percebê-lo, se é que é obrigatório entender o que se gosta ou sente. O público, aplaudindo o grupo, estava visivelmente tenso, não espantou que no fim da sua actuação, e pela primeira vez durante o concerto, não houvesse palmas, só silêncio, como que um suspiro de alívio ao sair-se de um estado de hipnose, provocado por tanta música. O novo guitarrista dos Santa Maria, Tó Tripes, ex-Amen Sacristi, está neste projecto como peixe na água, necessitando só de trabalho de grupo. Isto constata-se com grande alegria, porque este músico merecia um espaço onde pudesse desenvolver as suas capacidades.

Antes dos Santa Maria Gasolina Em Teu Ventre actuaram os Mor República Masónica. Um rock óbvio, músicos com pouca experiência a prometer outros vôos. Os textos do grupo pecam por infantilidade, apesar de abordarem temas tão sérios como o *apartheid*. Este é, sem dúvida, o projecto mais consistente dos vários em que o vocalista Paulo Coelho participa, ou participou. Apesar de ainda precisar de muito trabalho, está a cantar melhor.

Uma dúvida: porque é que o concerto começou com um atraso tão grande, e o intervalo entre as duas actuações foi tão demorado? É que já ninguém faz do RRV local para estar, mas só para assistir a concertos.

Maria José Belo Marques

Só se brinca com coisas sérias

«Eu já posso imaginar que faço», de Amaral Dias e Sousa Monteiro

Neste livro de que vos falo agora, duas pessoas conversam(*), não à maneira platónica - em cujos diálogos só um é que fala - mas a maneira de duas pessoas que se escutam e amam esse escutar (paradigma da situação psicanalítica). A esta conversa que publicaram sob a forma de livro deram um título enigmático, esse «Eu já posso imaginar que faço». Mas quem, no ano passado, tivera a oportunidade de conhecer uma anterior publicação da Assírio e Alvim, com o título «Se não sabe porque é que pergunta/conversas com João dos Santos», ficou certamente desconfiado com esta mais recente brincadeira, sobretudo se tiver reconhecido o nome de um dos seus co-autores (João César Monteiro). Mas, tal como diz a certa altura deste livro, Carlos Amaral Dias, só se brinca com coisas sérias (como a morte e o sexo, por exemplo), e se há coisa séria neste mundo é a (in)capacidade dos homens para gerir (pensar) a sua vida; talvez os grandes enigmas da vida, que fazem correr a filosofia e a ciência ocidentais, estejam tão-só no coração dos homens, e sirvam, justamente, para dele falarem - com algum disfarce, necessariamente. René Char sabia-o, quando dizia, num seu aforismo, «imite le moins possible les hommes dans leur enigmatique manie de faire des noeuds».

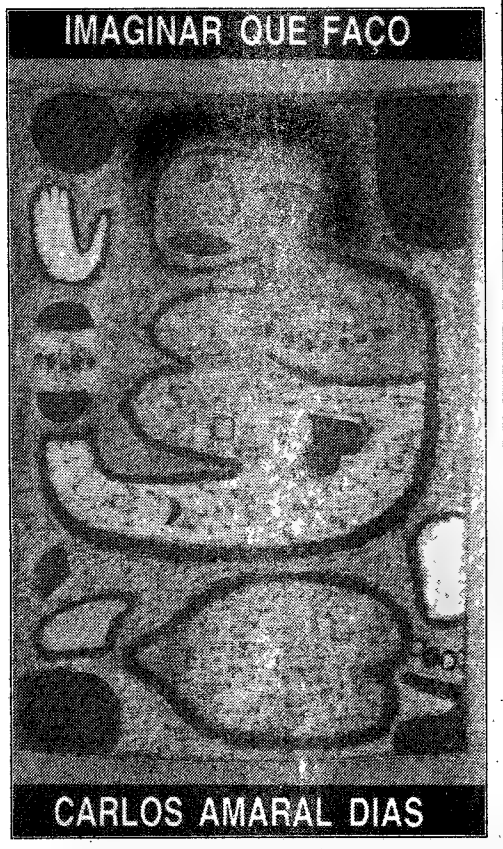
Este livro é todo ele acerca da capacidade do homem para pensar. Assim, ele é também sobre a génese da in-capacidade de pensar, a que temos por hábito dar o nome de loucura. E é no centro deste dilema que se joga, para os autores, o papel da fantasia e da criatividade como motores do desenvolvimento mental, da construção do pensamento como elemento estruturador da reparação/preparação do sujeito perante a realidade frustrante. Poder sonhar, poder pensar: preencher o intervalo doloroso ao outro (no início era a mãe...) através da capacidade para imaginar, de criar a presença na ausência, de encher o vazio criado pela frustração. «Eu já não preciso de fazer, eu já posso imaginar que faço», e a história, que dá o título ao livro, de uma criança que descobre (no fim da análise) a dimensão da fantasia.

O que é pensar? Sobre esta pergunta se cruza agora a psicanálise com os velhos problemas da filosofia do conhecimento, e deste cruzamento fascinante parecem surgir novas pistas para a compreensão da vida mental e cognitiva do homem. O que é conhecer, e o que nos leva a querer conhecer, aparece, neste livro - cujo paradigma teórico e a psicanálise -, intimamente ligado com as relações de objecto primárias e os afectos, de amor e ódio, a elas associados. Assim, o conhecimento da realidade passa a ser o conhecimento das fantasias que sobre a realidade fazemos, «conhecer é integrar sucessivas partes da realidade, integrar emoções, como partes da realidade interna», diz Carlos Amaral Dias.

A reflexão em torno do conhecimento e do pensar e dos eixos principais da tradição filosófica ocidental. À volta destas questões se escreveram milhares de páginas, de Platão a Kant e Hegel, tendo por centro um sujeito auto-idealizado de consciência de si, mas cujo peso histórico não podemos de modo algum subestimar. Se os problemas da filosofia aparecem hoje a ser pensados pela psicanálise, isso não pode ser isolado da história das preocupações dos homens e das suas respostas, e, neste livro, a psicanálise não recusa, de modo nenhum, a sua filiação a alguns marcos dessa história.

O conhecimento e o ser tornam-se objectos da psicanálise (não o «ser» como categoria filosófica abstracta, não o «ser do sendo» heideggeriano, mas o ser do sentir humano), ou melhor dizendo, a «approche» psicanalítica propõe-nos hoje uma re-leitura das relações entre ser e pensar, tendo por base o «peso» do ser e do sentir e a procura da «leveza»: «É preciso fundar hoje, sem medo, uma nova epistemologia do conhecimento. Podemos dizer que com Platão se inaugurou algo de muito importante. Caricaturalmente (...) podemos dizer que Platão nos sugere uma desconfiança do fora e uma valorização do Endo. Já com as ciências do séc. XX, o modelo experimental fisicista põe a posição contrária, dizendo que só o que é observável é que é verdade. Esquece que para que qualquer coisa seja observável é preciso alguém que a observe e que as coisas sempre lá estiveram, sendo preciso observadores que as observem.» Posição kantiana, em que o sujeito se afirma como subjectivo, e encontra na subjectivação da sua experiência (na criatividade) a dimensão plena do ser: «Penso que o séc. XX nos pode oferecer uma nova epistemologia da ciência, que partira provavelmente do fim da divisão entre ciências naturais e ciências do homem, entre arte e ciência. Para isso é preciso que o homem assuma a sua totalidade como ser, como pessoa.»

O encontro da psicanálise com os problemas «clássicos» da filosofia, longe de ser uma guerra (o problema de quem detém a Verdade remete-nos sempre para as pulsões de morte e para o narcisismo), parece tornar-se hoje no encontro produtivo do século. No momento em que o pensar da «crise» (que ninguém sabe o que é) virou em crise do pensar (como tema da actividade intelectual e artística), emerge a necessidade de ir à raiz da própria actividade de pensar, procurar as emoções que a projectam e lhe dão o sentido.



Margarida Medeiros

(*) Este livro é o resultado de uma série de programas de rádio, entre 1983/85, na Rádio Comercial.

Breve entrevista com Serguei Paradjanov

«Agora só o sol...»

Agora que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se vai libertando, passo a passo, aqui e ali, da opressão do aparelho burocrático, da deturpação de certos límpidos princípios de justiça social e da cegueira de certos dirigentes políticos, torna-se possível falar, por exemplo, com um realizador cinematográfico que dá pelo nome de Serguei Paradjanov, cujos filmes (alguns) foram exibidos em sessões especiais do Fantasporto.

Chegado a Portugal adoentado (tem um pulmão a menos e sofre de diabetes), Paradjanov, nos primeiros dias do Festival, recolheu-se a um hotel, recusando quaisquer contactos, excepção feita a um professor de russo da Faculdade do Porto, o ucraniano Vitali, e a uma amiga georgiana da Associação de Amizade Portugal-URSS.

Com ochegar até Serguei, cujo primeiro filme exibido, nos tinha impressionado...?

O encontro aconteceu na Casa do Roseiral, um recanto de rio Douro e flora do Palácio de Cristal - e quem nos serviu de intérprete (embora Serguei, 66 anos, seja indiferente a entrevistas) foi o já mencionado ucraniano Vitali, falando um português fluente aprendido (como são as coisas!) em Leninegrado.

- Nunca trate o mestre Serguei por russo. Ele é arménio, embora tenha passado parte da sua juventude na Geórgia. Aliás, eu também não sou russo. Sou ucraniano, como lhe disse...

Aceitámos a recomendação, até porque, nestas palavras tão claras e seguras, se evidencia, de forma indesmentível, o que, efectivamente, se está a passar naquela parte de Leste: a reivindicação de todos os nacionalismos.

Como na véspera à noite tivéssemos visto «O Monge Negro», do realizador russo Ivan Dikovichni, filme inspirado num conto de Anton Tcheckov com o mesmo título (e sobre o qual se tivermos tempo, nos pronunciaremos oportunamente), pusemos a seguinte pergunta:

- Entre a literatura clássica russa e a literatura soviética, qual de ambas proporciona, ou inspira, melhores filmes...?

Serguei, sentado num banco de pedra, ao sol, os olhos indo-se pelo rio Douro, a luz na barba branca, pousou a mão no braço do ucraniano Vitali, e, olhando-nos, disse:

- Sem dúvida que a literatura clássica russa. Quem pode ignorar um Tolstoi, um Dostoievski, um Tcheckov, um Turgnev...? É aí, nas páginas que eles escreveram, que podemos encontrar os sentimentos humanos na sua expressão mais livre, mais aberta, mais sentida. Tudo aquilo é um tesouro da alma humana! Se conhece essas obras, sabe bem e quero dizer...

Guardou silêncio, distante da recepção que o município portuense, ali na Casa do Roseiral, organizara em sua honra - e nós, socorrendo-nos do professor ucraniano Vitali, formulámos outra pergunta:

- A literatura soviética, então, não proporciona um verdadeiro retrato da vida...?

Ambos (Serguei e Vitali) trocaram impressões em russo. E Vitali, com um toque amistoso no ombro, disse-nos:

- Mestre Serguei Paradjanov não deseja meter-se em política. Mas, em sua oponião, nenhuma literatura conduzida (ou outra qualquer forma de arte) pode inspirar seja quem for.

- Mas, por exemplo, um Eiseinstein...

Nova troca de impressões - e Vitali, depois, com um sorriso:

- Mestre Serguei diz que, nos começos, há boas e honestas intenções. Depois, porém, tudo se deturpa, e torna-se necessário retornar aos clássicos.

- Quase que ao princípio do mundo...?

- É isso. Quase que ao princípio de tudo.

Ainda lembrámos Boris Pasternak, Sollnietsyne, Eugen Evtuchanke - mas Serguei, que precisamente sofreu e que estes nomes denunciaram e contaram, embora lhes prestasse justiça, de novo nos disse através de Vitali que não se metia em política.

- Medo...? - perguntámos.

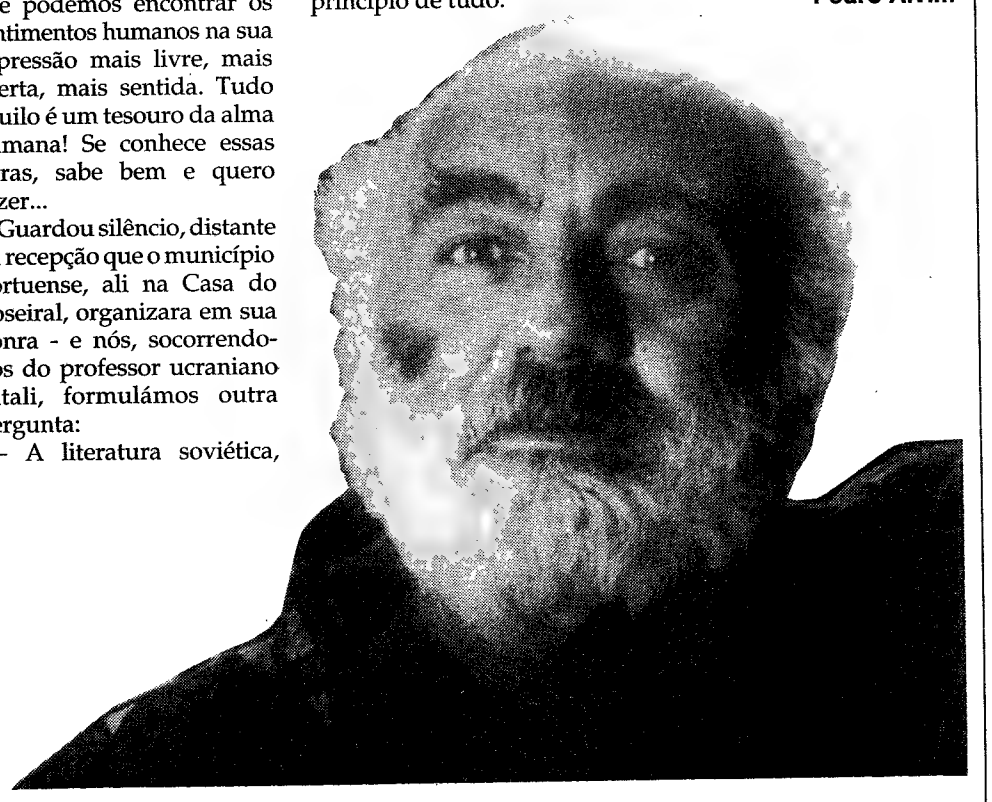
E Vitali, conhecedor de Serguei Paradjanov:

- Não. Ele está de acordo com os actuais movimentos do Leste. Mas lembre-se: ele é um arménio e sofre pela sua pátria...

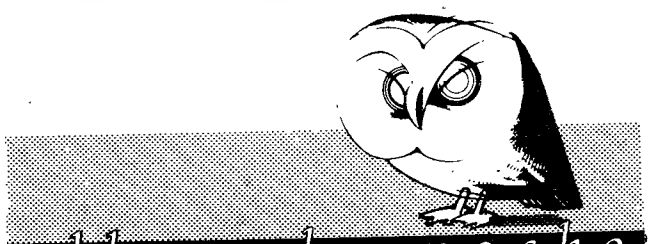
Serguei balbuciou qualquer coisa - e Vitali, de imediato, traduziu:

- Afirma mestre Paradjanov que, neste momento, o que lhe interessa é o sol. Vai voltar aos filmes, vai, mas para agora ´sol e só o sol...

Pedro Alvim



Serguei Paradjanov



Buñuel

Se a intemporalidade fosse possível, desejávamos um enorme cesto de flores - tudo elogios - na RTP da 5 de Outubro por ter apresentado um Buñuel, mais um ciclo sobre o Buñuel e ainda por cima uma entrevista com o cineasta feita um ano antes de ele morrer e onde o autor de imagens nos explica descontraidamente a sua arte de fazer filmes.

Mas como a intemporalidade não existe, os elogios ficarão só a meio. É que já lá vai muito ano e o ciclo vem atrasado, com a marca do *made in Portugal*. Mas antes tarde que nunca, e por isso regista-se o contributo dado no intuito de preencher mais uma das lacunas. Um autor proscrito e danado durante décadas, uma espécie d6e leproso da civilização ocidental ibérica veio finalmente ao nosso encontro para nos dizer que a Europa, a casa comum europeia, a herança histórica da nossa cultura não se faz apenas com electrodomésticos.

Serge Daney, crítico de cinema e de televisão para o matutino *Libération*, escreveu com sarcasmo certeiro que «o cinema é o tesouro de guerra da televisão»; só com programas próprios, o pequeno ecrã não se conseguiria aguentar nas suas horas longas destinadas a abastecer o público com imagens. Os filmes vão, por isso, chegando, senão por amor à arte, pelo menos para preencher horas de espectáculo.

Qualquer que seja a versão explicativa do ciclo Buñuel, encher espaço vazio ou procurar colmatar lacunas culturais, o certo é que todos ganharam: viram os «Olvidados», conheceram um *olvidado*, um esquecidíssimo da grande cultura peninsular e europeia, ninguém se pode queixar de a RTP estar a praticar censura, ou a fazer escolhas ditadas por certos *lobbies* de Hollywood.

A entrevista dada por Buñuel pouco tempo antes de morrer, em Paris e a senhores dessa capital, quase se torna tão imprescindível como os filmes e a obra do realizador espanhol. Primeiro, porque serve para explicar, em parte, preto no branco, em que consistiu o obscurantismo cultural, ideológico e político a que os dois reinos católicos que formam a Península Ibérica foram escravizados durante longas décadas (vamos a supor, em interpretação benigna, que hoje já ninguém liga a palavra obscurantismo ao vocabulário dos filiados em partidos comunistas). Em seguida, porque evidencia a estupidez cretina dos ditadores que ou se autoproclamam ou agenciam criados menores para os «decretarem» génios: a lei da censura que amordaça os criadores de arte atola-os ainda mais na imbecilidade. 16 anos depois de 1974, Buñuel deixou de ser *olvidado*, esquecidos são os que o quiseram calar.

José S. Monteiro

Rushdie grato aos «tories»

Salman Rushdie rompeu o silêncio, um ano depois da sua condenação à morte pelo imã Khomeiny, acusado de blasfémia contra o Irão.

O autor de «Versículos Satânicos» deu uma entrevista ao «Independent on Sunday» em que refere ter alterado substancialmente as suas opiniões quanto ao Partido Trabalhista que, disse, «participou nos ataques contra mim».

Apesar de ter votado «labour» toda a sua vida, afirma agora Rushdie que «não falará do mesmo modo sobre os conservadores»: «Tenho uma melhor opinião dos "tories", por uma razão muito simples: eles salvaram-me a vida.»

Na entrevista não lamenta ter escrito os «Versículos Satânicos» e diz sobre o ofício de escritor: «Sem a liberdade de provocar não há liberdade de expressão.»

Rushdie diz ainda achar bizarro chamaremno herético ou apóstata, sendo certo que ele não é nem muçulmano nem crente em Deus, mas um homem «ecléctico, pluralista e laico». Que tem passado este último ano a ler Diderot, Voltaire e Rousseau.

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA

SEGUNDO JUÍZO

ANÚNCIO

— Por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da segunda e última publicação do anúncio, citando os interessados incertos para contestarem, no prazo de dez dias, findo o prazo dos éditos, a acção com processo sumária pendente na 2.ª secção do Segundo Juízo Cível de Lisboa, com o n.º 9276, em que são autores Maria da Penha Perestrelo Guimarães Pablos e outros, cujo pedido consiste em ser declarado que a A. Maria da Penha Perestrelo Guimarães Pablos não pode ter filhos desde que foi submetida a Histeroctomia total, sendo os únicos que tem os demais autores, tudo conforme melhor conste da petição inicial, cujo duplicado se encontra na Secretaria à disposição dos citandos.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1990

O Juiz de Direito,
(assinatura ilegível)
O Escrivão adjunto,
(assinatura ilegível)

«DL» 1.ª Pub. — 6/2/90

DESPORTO

Futebol: selecções voltam ao trabalho

«Até amanhã meus senhores» e mais não disse Artur Jorge

«Até amanhã meus senhores.» Foi tudo quanto disse o seleccionador nacional Artur Jorge, aos jornalistas que (ontem) esperaram várias horas para conhecer os diversos pormenores relativos à acção futura dos responsáveis pelas selecções seniores do nosso futebol. Artur Jorge começa a sua nova missão com um relacionamento distante relativamente aos jornalistas tendo, inclusivamente, recusado que o nosso companheiro António Capela batesse as «chapas» da longa reunião de ontem.

Aos jornalistas nada mais restou do que receber um dos habituais lacónicos comunicados, ficando a saber-se que a selecção «A» irá realizar dois encontros particulares com equipas que estarão presentes na fase final do campeonato mundial. Quais? Apenas se sabe que não será a Inglaterra uma vez que oportunamente Artur Jorge terá recusado o convite para um confronto no palco de Wembley.

Da selecção de esperanças, que ora se sabe ficará entregue à dupla António Oliveira / Norton de Matos, o comunicado da Federação Portuguesa de Futebol refere o plano de trabalho que visa a sua presença no Torneio de Toulon, entre 20 e 27 de Maio. Numa primeira fase de pré-selecção, serão observados 60 jogadores da Segunda Divisão Norte, Centro e Sul, bem como alguns do terceiro escalão.

O primeiro treino decorrerá dia 13 do corrente, em Lisboa e no dia seguinte no Porto. Uma semana depois, haverá mais duas sessões nos mesmos locais, após o que será feita a primeira filtragem. O terceiro treino está marcado para 1 de Março, encerrando-se aí a primeira fase dos trabalhos delineados pela Comissão Técnica.

Os jogadores considerados seleccionáveis irão transitar para a segunda fase, na qual estarão incluídos os que estiveram ao serviço das selecções nacionais de sub-19 e sub-21, nascidos depois de 1 de Agosto.

Numa segunda fase dos trabalhos, segundo o mesmo comunicado, haverá treinos nos dias 6 e 13 de Março, e ainda a 20 ou 22 do mesmo mês, se possível com uma equipa da Primeira Divisão, após o que ficará constituido o grupo de trabalho de 20 elementos, que representará Portugal no Torneio de Toulon.

Numa terceira fase de pré-competição estão previstos treinos nos dias 3 e 10 de Abril, a 17 ou 19, um quarto treino a 2 de Maio, outro a 8 e um derradeiro a 15 do mesmo mês.

Madjer na festa de Zico

O argelino Madjer, devidamente autorizado pelos dirigentes do seu clube (FC Porto), encontra-se no Brasil para participar na festa de homenagem a Zico. Entretanto, Paulo Futre, (que havia sido igualmente convidado), não teve consentimento do Atlético de Madrid, com a alegação de que o clube tinha «compromissos importantes e inadiáveis».

Uma casa para Vítor Baptista

Um grupo de associados e dirigentes do Vitória de Setúbal pretende dar uma casa ao antigo internacional de futebol Vítor Baptista, actualmente detido em Sintra.

«Vítor Baptista não pode continuar a viver numa barraca e o futebol deve-lhe muito. Assim, vamos realizar diversos jogos 'amigáveis' com outras equipas a fim de arranjarmos fundos para lhe dar uma casa», informou um elemento da comissão promotora do louvável gesto da solidariedade.

Van Basten: o melhor

O holandês Marco van Basten que se encontra ao serviço do AC Milão, foi ontem eleito, no Hotel Mirition (Colónia) o melhor futebolista mundial, através da votação feita pela IFFHS — International Federation of Football History & Statistics, durante uma cerimónia que reuniu figuras cimeiras do futebol europeu e mundial. Franco Baresi e Gullit — companheiros de Van Bastem no clube milanês, ocuparam os lugares imediatos: vejamos a lista dos 10 mais votados:

1.º, **Marco van Basten**, 132 pontos (AC Milan, holandês) — ausente, mas em directo pela televisão; prémio entregue por Franz Beckenbauer;
2.º, **Franco Baresi**, 62 (AC Milan, italiano) — ausente, mas em directo pela televisão; prémio entregue por Dino Zoff;
3.º, **Ruud Gullit**, 57 (AC Milan, holandês) — prémio entregue por Rinus Michels;
4.º, Maradona, 52 (Nápoples, argentino);
5.º, Ruben Sosa, 15 (Lazio, uruguaio);
6.º, Careca, 13 (Nápoles, brasileiro);
7.º, Rijkaard, 12 (AC Milan, holandês);
8.º, Bebeto, 10 (Vasco da Gama, brasileiro);
9.º, Romario, 9 (PSV Eindhoven, brasileiro);
10.º, Mathaeus, 7 (Inter de Milão, alemão-federal).

Deste acontecimento daremos na edição de amanhã desenvolvida reportagem feita pelo nosso companheiro Neves de Sousa.

Tribunal de Cascais julga «Caso-Autódromo»

«Câmara violou o princípio de boa-fé»

O advogado da Autodril, Onofre dos Santos, alegou em tribunal que a Câmara Municipal de Cascais agiu de má-fé e não cumpriu o protocolo assinado com a proprietária do Autódromo do Estoril.

A Autodril accionou um processo no Tribunal de Cascais contra a CMC, visando a anulação do protocolo assinado entre as duas entidades em Julho de 1984 e que permite ao Município de Cascais realizar no Autódromo quatro provas anuais, entre as quais o Grande Prémio de Portugal de Fórmula Um e o Rali de Portugal.

Na sessão de ontem, dedicada às alegações das partes, Onofre dos Santos considerou que o facto de a CMC ter solicitado ao Governo a expropriação do Autódromo seis meses depois de assinar o protocolo com a Autodril resulta num «incumprimento» do mesmo e na «negação dos princípios gerais da boa-fé».

O advogado dos proprietários do Autódromo do Estoril acusou ainda a CMC de ter cometido um «erro de previsão» quanto às verbas necessárias para a realização das obras na pista, adiantando ter havido também um «erro de gestão do protocolo» por parte dos responsáveis municipais.

«Há um erro de previsão manifesto porque os engenheiros da Câmara orçaram as obras em 50 mil contos e a CMC gastou 360 mil contos, isto é quase oito vezes mais» — disse Onofre dos Santos, para quem há também «um erro de gestão do protocolo».

Após afirmar que o Grande Prémio de Portugal de Fórmula Um «não está em causa, porque, com ou sem este protocolo todas as provas automobilísticas são realizáveis», Onofre dos Santos referiu: «O que há a saber é se elas serão realizadas à luz deste protocolo ou de qualquer outro instrumento jurídico.»

O advogado da Autodril alegou ainda que o Autódromo do Estoril foi construído em 1972 «sem qualquer subsídio» e custou 1,5 milhões de contos, «pelo que, com a correcção monetária e aos valores actuais, hoje custaria muitos milhões de contos».

Considerando o Autódromo como «um produto único de interesse público», Onofre dos Santos lembrou que o protocolo integra diversos contratos, «mas, na essência, traduz-se na sua cedência gratuita quatro vezes por ano à CMC, contra a realização de obras de beneficiação, orçadas em cerca de 50 mil contos».

Justificando a acusação de má-fé feita aos responsáveis do Município de Cascais, o advogado da Autodril considerou: «Seis meses depois de assinar o protocolo, a CMC propôs ao Governo a expropriação do Autódromo e, além disso afirmou que este foi construído sem a sua autorização o que é o fim da boa-fé.»

«Como advogado, penso que no dia seguinte a conhecer o pedido de expropriação, a Autodril devia ter enviado uma carta registada à CMC dizendo que o protocolo não podia subsistir» — referiu Onofre dos Santos, adiantando: «A CMC violou o princípio da boa-fé e são os seus próprios vereadores quem perguntam onde está o dinheiro.»

Respondendo às alegações de Onofre dos Santos, o advogado da CMC, José Avilez, lembrou que «desde há muito existe um diferendo entre a CMC e a Autodril quanto a uns terrenos ocupados pela autora do processo, que a Câmara reivindica como seus». Segundo José Avilez, para quem «a resolução do contrato não pode ser dada por manifesta falta de fundamento», o facto de o protocolo ter sido «mantido por seis anos», demonstra que a CMC «nunca quis pôr termo ao mesmo». «Existem 28 países a pedirem que lhes seja concedida a oportunidade de realizar um Grande Prémio de Fórmula Um» — afirmou José Avilez, adiantando: «Entre 1967 e 1972, a Autodril não despendeu 1,5 milhões de contos com o Autódromo, mas sim 76 mil contos» — referiu o advogado da CMC.

José Avilez adiantou ainda que os 76 mil contos gastos pela Autodril com o Autódromo «podem ser traduzidos em 1,2 milhões de contos a preços de hoje».

O juiz-presidente do Tribunal Colectivo de Cascais, Francisco Maguejo, marcou a leitura da resposta aos quesitos para as 14 horas do próximo dia 14.

Zé Beto: último adeus

Foi este o estado em que ficou o «Golf Cabriolet» onde Zé Beto fez a derradeira viagem da sua tão curta existência. O funeral do malogrado futebolista, realiza-se, esta tarde, da Igreja da Misericórdia em Matosinhos para o Cemitério de Sendim na mesma localidade. A viúva do infeliz Zé Beto — que tal como seu filho apenas sofreram ligeiros ferimentos — opôs-se a que o corpo do seu marido fosse para o pavilhão do Estádio das Antas, como pretendiam os dirigentes do Futebol Clube do Porto com o acordo do pai do antigo guarda-redes. Deste modo as homenagens fúnebres decorreram na Igreja onde o corpo foi depositado após a autópsia feita no Hospital de Vila Nova de Gaia

Sistema fiscal em debate

Roberto Carneiro recebeu a Liga

O ministro da Educação, Roberto Carneiro, garantiu, no final de uma reunião com a Liga de Clubes de Futebol, que até 1991 o sistema fiscal para os agentes desportivos estará definitivamente implantado.

A reunião teve lugar no Ministério da Educação, onde estiveram presentes, entre outros, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Oliveira e Costa, o presidente da Liga, Valentim Loureiro e também os presidentes do Benfica e do Vitória de Guimarães, João Santos e Pimenta Machado, respectivamente.

«*Não se pode exigir que se transite instantaneamente de décadas de uma situação que nunca foi transparente para uma situação de total clareza*», declarou Roberto Carneiro, acrescentando que é necessário garantir um período de transição para que as estruturas se possam adaptar, dentro do princípio da legalidade democrática.

Embora tenha considerado que não deve haver fiscalidade especial para determinados cidadãos, Roberto Carneiro defendeu que a questão dos atletas de alta competição merece um estudo particular, «*pois estes constituem uma profissão considerada de desgaste rápido, na medida em que a duração da sua actividade é muito inferior à da grande maioria*».

A propósito destea questão, Valentim Loureiro revelou a sua satisfação pelos resultados obtidos na reunião, afirmando: «*o Governo garantiu que vai regulamentar a matéria, segundo o que a Liga tem vindo a defender.*»

Para Valentim Loureiro, os diplomas, que vierem a ser publicados em breve, constituirão o primeiro passo para a solução do problema da fiscalidade dos desportistas. «*O que é importante é que o desporto possa viver na legalidade, ou seja, que todos os desportistas que aufiram vencimentos, passem a pagar impostos de harmonia com as leis que o Governo vier a regulamentar*», referiu.

Em relação ao problema das despesas com o policiamento nos recintos desportivos, Valentim Loureiro adiantou que esta questão está a ser equacionada pelo Governo, com base na proposta apresentada pela Liga de Clubes. «*O ministro deu-nos a garantia que o que vier a ser aprovado nesta matéria, será o que a Liga propôs ou, no mínimo, muito idêntico.*»

Valentim Loureiro revelou, entretanto, que a Liga de Clubes vai participar na comissão a ser nomeada pelo ministro da Educação, que terá o intuito de criar decretos-leis com vista a regulamentar a já aprovada Lei de Bases do Sistema Desportivo.

Valadares: jornada histórica

A modesta e jovem equipa do Valadares, cometeu a proeza de eliminar o Marítimo («carrasco» do Sporting na prova em curso), mercê do remate desferido por Armando no minuto 89 ter proporcionado a obrigação de meia hora suplementar e Luís Manuel no minuto 91 fez o golo, até hoje mais festejado naquelas paragens do Douro.

O Marítimo tombou por culpa própria, no entender do seu técnico Ferreira da Costa, já que estar a vencer a um minuto do derradeiro silvo arbitral só é derrotado quem estiver muito desatento. Foi o que sucedeu. Importa, no entanto, enaltecer o brio, a abnegação, e o vigor atlético, colocado pelos comandados de José Manuel, no «pelado» António Francisco dos Reis. Bem merecidos os 25 continhos que os 13 protagonistas do «feito histórico», certamente já terão recebido do tesoureiro Brandão que, certamente, estará a rezar aos santinhos da sua devoção, para que o próximo visitante seja o «colosso das Antas».

Nas imagens recolhidas por Bruno Neves, é notório o vigor com que os homens de Valadares impedem a acção de Paulo Ricardo e como os adeptos do clube dos arredores de Gaia, felicitam o guarda-redes Vítor.

De lamentar neste confronto, a grave lesão (fractura do ombro esquerdo) sofrida pelo avançado madeirense Moreira de Sá, o qual deverá estar ausente dos palcos futebolísticos nos próximos dois meses.

Francisco Silva: um árbitro no fio da navalha

«Temos fortes indícios de que há manobras para manipular os árbitros, construir resultados, um autêntico escândalo. O Benfica está habituado a ganhar e a perder jogos, não ficando em paranóia quando perde, mas, perante situações como a vivida no Bonfim, somos forçados a tomar uma posição oficial. De momento o sr. Francisco Silva não reúne condições para dirigir os jogos do Benfica. Uma tristeza. Foi preciso uma situação como a que se nos deparou para deixarmos de ter dúvidas quanto ao que se passa nos bastidores.»

Foi esta a reacção de Gaspar Ramos, após o encontro realizado no passado domingo frente ao Vitória de Setúbal.

Não menos contundente foi o presidente benfiquista João Santos ao afirmar ao nosso companheiro Vítor Hugo («A Bola»): «*Francisco Silva forjou o resultado da partida. Devo acrescentar que as diatribes de Francisco Silva não começaram no Bonfim, vêm das últimas duas temporadas. Estamos atentos ao que se está a passar e colegialmente, em reunião de direcção iremos debruçarmo-nos sobre esta e outra arbitragens.*»

Da leitura cuidada de tudo quanto foi escrito pelos jornalistas presentes no Bonfim, retira-se a conclusão de que sobram razões para os ecos de revolta protagonizados pelos altos responsáveis do Benfica relativamente à actuação do árbitro algarvio e que surge na sequência de outros «atentados» às normas instituídas pelo Internacional Board. Na verdade os recentes exemplos dados nas Antas (jogo Porto-Guimarães) e na tarde de domingo no Bonfim, exigem que os actuais responsáveis pelo Conselho de Arbitragem da Fedração Portuguesa de Futebol actuem por forma a dissipar as nuvens de suspeição que turvam o ambiente futebolístico nacional.

Sabemos que os dirigentes do Benfica estão na disposição de «vetar» o citado árbitro, e, certamente que o dr. Pimenta Machado já terá feito o mesmo no que se refere ao Vitória de Guimarães. É certo que a regulamentação vigente não confere aos clubes a liberdade de «veto», só que, ao manifestarem publicamente, o desagrado por actuações com indícios de falta de isenção, falhas de competência e atentatórias do código do jogo e do «estatuto de honra», não restará outra alternativa aos responsáveis do Conselho, do que atender às «exigências» feitas pelos clubes, até porque lhes importa a salvaguarda dos seus filiados para eventuais conflitos que possam advir.

Francisco Silva está decididamente em período a reclamar demorado repouso e mal andará o dr. Lourenço Pinto (presidente da CA da FPF) se persistir na sua nomeação para jogos de «alto risco». O árbitro internacional Francisco Silva, cometeu equívocos em excesso no jogo das Antas beneficiando claramente o FC Porto prejudicando sistematicamento o Guimarães com marcação de faltas inexistentes e, Paulo Autuori (ainda que, tenha excedido nas críticas então formuladas e que lhe custaram castigo aplicado pelo Conselho de Disciplina) foi impotente para silenciar a forma «habilidosa», como o coordenador do jogo exercia as suas funções. A terreno veio então o presidente do Conselho de Arbitragem, de espada

Francisco Silva: um árbitro a pedir repouso

em riste na defesa do prevaricador, quando se impunha actuar com moderação deixando o órgão disciplinar actuar de acordo com os dados do processo. Foi uma forma que deixou indícios de tentativa de influenciar os julgadores o que se nos afigura atitude isenta de senso desejável.

Lourenço Pinto na qualidade de «zelador» pelo prestígio e dignificação da causa arbitral e único responsável pela nomeação dos árbitros para os encontros de maior relevância, não cuidou de atestar no perigo de escolher o contestado Francisco Silva para o jogo do Bonfim e as consequências aí estão. João Santos tradicionalmente contemporizador, tolerante e moderado veio a terreiro contestar a arbitragem de forma vigorosa: «*Temos sérias razões para pôr em dúvida a idoneidade do sr. Francisco Silva enquanto árbitro de futebol.*« Estoutra das suas afirmações. E Lourenço Pinto não foi poupado por Gaspar Ramos: «*Entendo que a actuação do Conselho de Arbitragem, a continuar assim, pode ser uma tragédia para o futebol português.*« E diz mais: «*O perfil histórico do dr. Lourenço Pinto, quando da sua passagem pela Federação de Andebol não era de molde a deixar grandes ilusões.*»

Para já, ficam estas considerações benfiquistas remetidas para o responsável da arbitragem, mas o comunicado que João Santos anuncia vir a ser emitido sobre o assunto, será, certamente, bastante mais contundente e certamente comprometedor.

Um conflito mais no futebol português com culpados indentificados.

Alves Henriques

Futebol: campeonatos regressam

Depois de mais uma ronda da Taça de Portugal, regressam os campeonatos nacionais de futebol, tendo o seguinte programa para o próximo fim-de-semana.

1.ª Divisão

Chaves - Boavista; Tirsense - União da Madeira; Feirense - Estrela da Amadora; Braga - Belenenses; Marítimo - Vitória de Setúbal; Benfica - Vitória de Guimarães; Sporting - Beira Mar; Portimonense - Nacional e Futebol Clube do Porto - Penafiel.

2.ª Divisão

Zona Norte: Marco - Trofense; Aves - Leixões; Gil Vicente - Varzim; Infesta - Paços de Ferreira; Joane - Famalicão; Freamunde - Felgueiras; Rio Ave - Fafe; Maia - Vizela e Vianense - Bragança.

Zona Centro: Oliveira do Bairro - Benfica de Castelo Branco; União de Lamas - Oliveirense; Académico de Viseu - Peniche; Guarda - União de Leiria; Académica de Coimbra - Lousanense; Mirense - Marialvas; Caldas - Mangualde; Salgueiros - Espinho e Covilhã - Águeda.

Zona Sul: Torreense - Lusitano de Vila Real de Santo António; Juventude - Farense; Portalegrense - Alverca; Sintrense - Seixal; Olivais e Moscavide - Atlético; Estoril - Barreirense; Silves - Samora Correia; Olhanense - Lusitano de Évora e Louletano - «O Elvas».

3.ª Divisão

Série A: Celoricense - Mirandela (0-0 na 1.ª volta); Caminha - Lanheses (0-1); Santa Maria - Ponte da Barca (1-0); Moreirense - Ribeirão (0-0); Esposende - Maria da Fonte (1-1); Delães - Amares (0-1); Valdevez - Prado (0-1); Vila Pouca - Vieira (0-1) e Macedo de Cavaleiros - Valpaços (1-1).

Série B: Régua - Leça (0-3 na 1.ª volta); Paredes - Sandinense (0-1); Pedrouços - Cinfães (2-3); Valonguense - Amarante (0-0); Lourosa - Lixa (0-1); Lousada - Rio Tinto (4-2); Paivense - Sanjoanense (0-2); Valadares - Vila Real (1-1) e Ermesinde - Santa Marta (1-0).

Série C: Estarreja - Valecambrense (0-1 na 1.ª volta); Alba - Gouveia (0-1); Oliveirinha - Mealhada (1-1); Mortágua - Anadia (0-4); Sabugal - Tabuense (0-3); União de Coimbra - Santacombadense (0-1); Luso - Argus (1-1); Seia - Valonguense (1-4) e Ovarense - Oliveira do Hospital (1-1).

Série D: União de Santarém - Marinhense (2-0 na 1.ª volta); Alcains - Ferrel (1-2); Nazarenos - Marrazes (2-1); Estrela de Portalegre - Mirandense (0-4); União de Tomar - Torres Novas (1-1); Alcanenense - Castelo de Vide (0-1); Desportivo de Fátima - Alcobaça (0-2); Alfeizerense - Naval (2-2) e Bombarralense - Sertanense (2-2).

Série E: Loures - Sacavenense (1-1 na 1.ª volta); Fanhões - Vila (0-0); Portosantense - Futebol Benfica (1-4); Praiense - Odivelas (1-2); Cacém - Cartaxo (0-2); Câmara de Lobos - Lusitano dos Açores (0-0); Santa Clara - Oriental (0-4); Fronteirense - Borbense (0-1) e Campomaiorense - União de Almeirim (1-1).

Série F: Caparica - Esperança de Lagos (0-5 na 1.ª volta); Leões de Tavira - Imortal (2-1); União de Santarém - Amora (0-1); Moura - Estrela de Vendas Novas (2-2); Palmelense - Quimigal (1-2); União de Montemor - Beja (1-2); Montijo - Vasco da Gama (3-0); Sesimbra - Trafaria (2-1) e Quarteirense - Almancilense (0-1).

UNIÃO FABRIL FARMACÊUTICA, S.A.

Sede: Travessa das Pedras Negras, n.º 1-5.º andar
1100 lisboa
Capital Social — 400 000 contos
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 36 474
Pessoa colectiva n.º 500292051

ASSEMBLEIA GERAL CONVOCATÓRIA

A pedido do Conselho de Administração convoco os senhores Accionistas desta Sociedade a reunirem-se em Assembleia Geral, pelas 10h30m do dia 15 de Março de 1990, na Sede Social, com a seguinte ordem de trabalhos:

1) Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas do exercício de 1989 e sobre o parecer do Conselho Fiscal;
2) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
3) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
4) Discutir, deliberar e ratificar as orientações estratégicas de desenvolvimento da sociedade;
5) Eleição dos corpos sociais para o triénio de 1990/1992.
6) Deliberar nos termos e para os efeitos do art.º 26.º dos estatutos;

Têm direito a participar e votar na Assembleia os Accionistas possuidores de, pelo menos, 50 acções averbadas em seu nome nos registos da Sociedade ou depositados nela ou em bancos, nos termos da lei, com a antecedência mínima e oito dias do designado para a reunião em primeira convocação.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(assinatura ilegível)

DESPORTO

«Fúria hedionda e violência ameaçadora estão sempre à espreita do árbitro»

António Ribeiro, presidente da Associação Portuguesa dos Árbitros de Futebol, considera, ainda, que os seus filiados vivem em redor de dementada paixão clubista

O sector da arbitragem futebolística tem sido, nos últimos meses, abalado por acusações, denúncias, tentativas de aliciamento, e, quanto a injúrias e agressões cometidas dentro dos recintos, é bem esclarecedor o que semanalmente nos informa o gabinete das relações públicas da GNR, relatando todos os incidentes que ocorrem na área da sua jurisdição. A juntar a tudo isto, acrescem os desentendimentos publicamente noticiados entre os principais dirigentes do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol. Uma causa a carecer de forte moralização e um sector que se deseja situado à margem de qualquer suspeição.

De tudo isto nos falou *António Ribeiro*, presidente da Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol, que é o único órgão que congrega a classe e isto porque os conselhos de arbitragem (da FPF e das associações) se limitam a «gerir a actividade da arbitragem para os jogos que decorram no âmbito das provas organizadas» por aqueles organismos da estrutura futebolística.

AR — Bem, dir-lhe-ei que os conselhos cumprem outras acções, nomeadamente a gestão do orçamento atribuído, orientar e uniformizar tecnicamente a actividade dos árbitros, regulamentar o seu recrutamento e preparação técnica, fixar os efectivos de categoria. Isto, constitui uma parcela das atribuições que incumbem àqueles órgãos, havendo outros de igual relevância como nomeações, promoções, ou despromoções e organização de cursos.

DL — Sendo assim, que resta para a Associação Portuguesa de Árbitros?

AR — Direi que à APAF cabe o essencial.

DL — Pode explicar?

AR — Tome nota dos objectivos principais: promover e defender, por todos os meios legais, os interesses, direitos, liberdades e legítimas aspirações dos seus associados, quando decorrentes da sua ampla condição de árbitros ou delas resultantes; desenvolver e apoiar a formação dos associados, nomeadamente no campo social, desportivo e associativo, contribuindo, desse modo, para uma maior consciencialização das suas funções, direitos e deveres; prestar assistência jurídica e judiciária nos conflitos decorrentes do exercício das suas funções técnicas; intervir na defesa dos filiados sempre que lhes tenham sido instaurados processos disciplinares e, neste caso, quando a solicitação dos árbitros; fiscalizar o cumprimento das leis desportivas, nomeadamente no que respeita à segurança nos recintos e combate à violência.

DL — A explicação é bastante para justificar a existência da APAF, mas a verdade é que sendo um organismo que congrega milhares de árbitros de futebol, continua a ser marginalizada pelos restantes parceiros, não participando, inclusivamente, na assembleia geral da Federação Portuguesa de Futebol?

AR — Trata-se de uma brecha que espero seja colmatada a curto prazo não apenas por respeito para com os árbitros mas, também, porque o ministro Roberto Carneiro já fez tal recomendação às entidades responsáveis no sentido de sermos admitidos como parceiros de direito, no órgão supremo da Federação Portuguesa de Futebol e o dr. João Rodrigues mostrou-se empenhado em patrocinar tal intenção.

Só perde a isenção quem nunca foi isento

DL — A integração da arbitragem na Federação terá complicado o processo?

AR — É uma falsa questão. Eu sempre defendi o preceito de que só perde a isenção quem nunca foi isento e os árbitros sempre demonstraram atributos de isenção, imparcialidade e honorabilidade inquestionáveis. Creio que os árbitros não ficaram prejudicados pelo facto de passarem a integrar um órgão federativo. Falou-se então de que os árbitros iriam perder a independência, mas as teses então expressas, e que contrariavam as intenções contrárias, não se mostraram suficientemente convincentes.

DL — Outro tema: qual o seu pensamento sobre a confidencialidade das nomeações dos árbitros até escassas horas do início dos encontros?

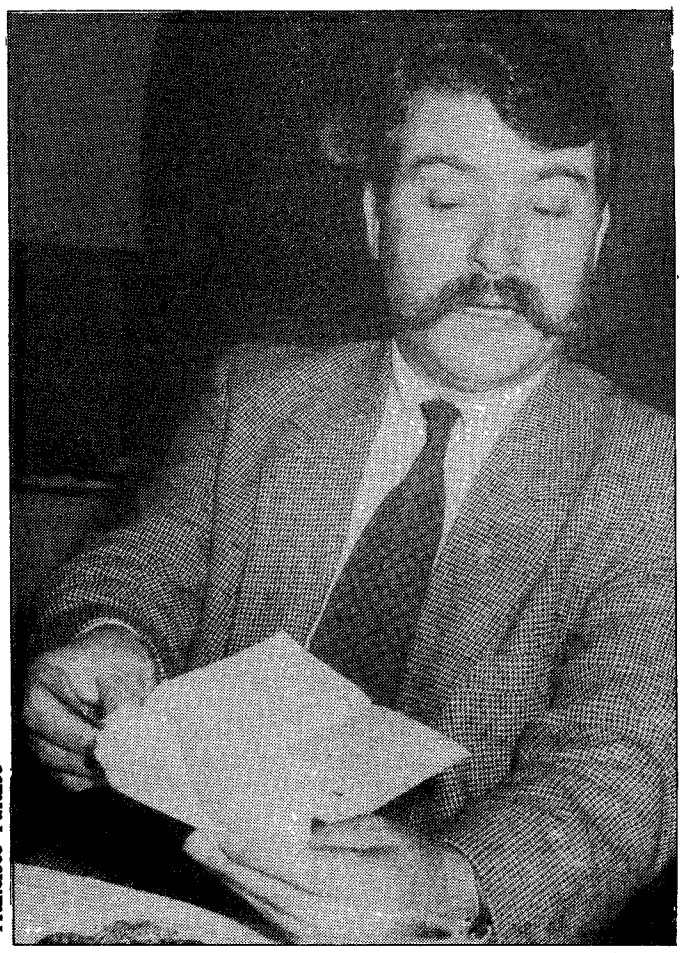
AR — Olhe, eu recordo que o dr. Silva Resende, então seu companheiro de ofício, deu opinião que eu teimo em perfilhar.

DL — Qual?

AR — Mais ou menos este: «O sistema não tem de ser confidencial, o que importa é criar uma estrutura moral e social que permita o anúncio dos seus nomes sem a discussão das suas pessoas.»

DL — Recordo essa frase do antigo director de «A Bola» e lembro-me de que ele afirmou então este conceito, que não esqueço: «Naquilo que um jogo tem de incerto, por definição e natureza, é o árbitro o seu avalista e quando uma prova não precisasse de semelhante aval, estaria a franquear o reino dos mortos...»

AR — Olhe, aí tem uma definição que explica a razão porque há algum tempo venho quebrando lanças em favor dos árbitros e da arbitragem. Já reparou na infinita paciência para lidar com pessoas que simulam e que mentem? Alguém o afirmou e eu secundo-o: ser árbitro de futebol é um acto heróico. Repare no que um dia foi dito por um dos mais respeitáveis dirigentes desportivos: «Que formidável arcaboiço moral para arrostar com as frechadas de mil assomadiços, malsinadores da honra, ofensores impunes! Que espantosa virilidade a de conhecer o risco da própria integridade física, em meio de exarcebados, tantas vezes irresponsáveis e mais vezes ainda dementados pela mórbida psicologia da multidão!»



Francisco Paraíso

«O árbitro é o avalista de todas as incertezas do jogo»

«Sem estímulo e sem amparo»

DL — Perfilha então do acerto da tese que a missão do árbitro é tão difícil que todos os demais parceiros da comédia da bola podem ali acobertar-se, alijando os seus erros e sacudindo as suas culpas?

AR — É isso. Os árbitros vivem na dementada, paixão clubista, sem estímulo e sem amparo. São agentes que somente contam com a protecção e o apoio do organismo a que presido. Repare que raro é o domingo em que uma equipa de arbitragem não sinta a feroz ameaça do desvario e da agressão. A fúria hedionda e a violência ameaçadora espreita e ataca o árbitro selvaticamente. E quantas vezes, certos dirigentes e treinadores, assacam ao árbitro a responsabilidade de uma derrota com a consciência da injustiça de acusação?

DL — Será que o presidente da APAF perfilha o acerto de que os árbitros não erram?

AR — Erram, erram. E creio que erram bastante, mas tenho a convicção plena de que o fazem menos vezes do que é feito constar. Ninguém poderá exigir a infalibilidade do árbitro da mesma forma que ninguém pode acusar o árbitro de errar por premeditação. Os erros cometidos pelos árbitros são erros de julgamento. Olhe, e a propósito do tema que ora me coloca tenho de retornar ao dr. Silva Resende que um dia escreveu: *«De todas as grandes figuras da bola é o árbitro a única a valer-se exclusivamente do aplauso da consciência.* De nada lhe serve um resultado ou outro; nada acrescenta ao seu talento uma decisão difícil e acertada, porque essa decisão, por mais ingrata, corajosa e subtil, é sempre, o mínimo exigível.»

Sacerdócio e devoção

DL — Os árbitros são bem remunerados?

AR — Não são. Os árbitros de futebol são ridiculamente compensados pelo serviço que prestam ao desporto, pela dedicação com que se entregam à causa, pelo empenhamento e dignidade com que o servem o futebol. E nem adianta falar nos riscos que correm. Em todo o caso, dir-lhe-ei que ninguém entra nesta actividade visando melhorias económicas, só que não será dignificante que percam dinheiro para servir o desporto. Não fosse o espírito de sacerdócio e a devoção dos árbitros e estaria franqueada reino da anarquia.

DL — Recentemente houve melhoria da «tabela de compensações»!

AR — Mesmo assim penso que os árbitros continuam a perder dinheiro nos encontros que dirigem. É um assunto que deverá ser cuidadosamente reexaminado.

«Caso — Autuori»

DL — Como líder de uma classe — o senhor é, realmente, o presidente dos árbitros — como analisa o recente caso das Antas, que teve como protagonistas o árbitro Francisco Silva, o treinador Paulo Autuori e os dirigentes do Conselho de Arbitragem, Lourenço Pinto e Dinis Monteiro?

AR — Naturalmente que não me cumpre vir à praça pública emitir opinião sobre questões alheias, no entanto, terei de lamentar tudo quanto foi dito por qualquer dos elementos em confronto. Primeiramente terei de censurar as caluniosas afirmações produzidas por Paulo Autuori, não poderei estar em acordo total com posteriores palavras de Francisco Silva e no que toca às contradições entre o dr. Lourenço Pinto e o professor Dinis Monteiro obviamente que as deveriam debater em palco próprio e não trazer a terreiro as divergências de opinião, sobre a forma como um e outro interpretaram a cena entre o árbitro algarvio e o técnico brasileiro. Foi uma lamentável desatenção tida por pessoas que reconheço equilibradas e sensatas. Quanto ao resto, direi que o que mais me espanta é a benevolência tida pelos membros do Conselho de Disciplina para com um treinador que entra no recinto do jogo na tentativa de agredir o árbitro e lhe chama ladrão, palhaço e outras coisas ainda mais graves. Basta consultar o Regulamento Disciplinar, para atentar no incumprimento do que lá se encontra legislado. Creio que, neste caso, Francisco Silva deveria ter reagido, tanto mais que até contava com o apoio do líder do Conselho de Arbitragem.

DL — Perspectivas futuras para a Associação dos Árbitros?

AR — Lutar pela nossa inclusão na assembleia geral da Federação por forma a melhor defendermos os interesses e direitos dos nossos filiados; cumprir rigorosamente o plano de trabalhos que apresentámos no acto eleitoral; promover acções que visem a constante valorização e aperfeiçoamento dos árbitros; desenvolver intensa acção junto de todas as instituições ligadas ao futebol, sensibilizando-as para os objectivos consubstanciados nos estatutos que, naturalmente, apontam para uma colaboração activa junto dos demais parceiros; organizar uma série de colóquios por todo o País convidando dirigentes, técnicos, jornalistas e outros agentes do futebol e, finalmente, proceder à difusão do jornal «O Árbitro» que deverá ser colocado nos escaparates e distribuído aos nossos assinantes e filiados com periodicidade regular. Resta ainda referir que a tradicional sessão de encerramento da actividade da Associação, ocorrerá este ano em Braga e terá o patrocínio do Governo Civil, Câmara Municipal, delegação da DGD, Associação de Futebol e de outras instituições.

DL — Última questão: concorda com a escolha de Carlos Valente para o Mundial de Itália?

AR — Sobre esse assunto, dir-lhe-ei que nenhum dos outros 35 tem craveira superior aos restantes seis internacionais portugueses, pelo que só ficaria satisfeito se, com Carlos Valente, fossem Rosa Santos, Vítor Correia, Francisco Silva, Veiga Trigo, Fortunato Azevedo e Pinto Correia. Respondi?

DL — Está respondido.

Alves Henriques

BREVES

O Parede Futebol Clube começou a festejar o 62.º aniversário da sua fundação, tendo já realizado um movimentado sarau gímnico. Do vasto e variado programa festivo, destacam-se os seguites acontecimentos. Dia 10: festival futebolístico com a realização dos encontros Parede-Madorna (juvenis), Parede-Sassoeiros (seniores) e demonstração por equipas de veteranos; dia 11: dia dedicado ao hóquei em patins com a participação das equipas do clube em festa e da Académica da Amadora; dia 16: jantar de confraternização e distribuição de medalhas; dia 17: estará em debate o tema «O desporto como fenómeno social» com a participação de Carlos Pinhão, Aurélio márcio, Carlos Queirós, Nelo Vingada, Rui Caçador e Dórdio Guimarães; dia 18; andebol em desfile. Outras actividades decorrerão nos dia 24, 25 e 27 do corrente.

I Série N.º 31
Dia 6 de Fevereiro

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Ministério das Finanças

Declaração:
De ter sido autorizada a abertura de créditos especiais no orçamento de vários ministérios no montante de 9.393.029 contos para o ano de 1989.

Ministério, das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Decreto-Lei n.º 40/90:
Aprova o Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios.

Ministério do Comércio e Turismo

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério no montante de 130.990 contos para o ano de 1989.

SUPLEMENTO
Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 28/89:
1.º orçamento suplementar da Assembleia da República para 1989.

3.º SUPLEMENTO
Assembleia da República

Resolução da Assembleia da República n.º 29/89:
Orçamento da Assembleia da República para 1990 5638-(514).

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE SANTARÉM
APARTADO 295 — TEL. 21121 — 2000 SANTARÉM

A Escola Superior de Gestão de Santarém, nos termos do Decreto-Lei n.º 472/89, de 7/12, pretende admitir, em regime de contrato administrativo de provimento, um técnico auxiliar de 2.ª classe para exercer funções no Centro de Documentação.

Requisitos exigidos:
— aprovação no curso de técnico auxiliar de BAD ministrado pela Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas
— experiência profissional na área do tratamento da documentação de Bibliotecas e Centros de Documentação

Requisitos de preferência
— maiores habilitações literárias
— residência na Zona de Santarém

A remuneração será a correspondente ao índice 160 da tabela aplicável às carreiras do regime geral da Função Pública (56 700$00 em 1990)

As candidaturas devem ser dirigidas à Comissão Instaladora da Escola Superior de Gestão de Santarém até ao dia 8 de Fevereiro de 1990.

Santarém, 22 de Janeiro de 1990

A COMISSÃO INSTALADORA
(assinatura ilegível)

CASA DAS GABARDINAS
Pronto a vestir • Modas
Homem • Senhora
SALDOS. SALDOS
Rua dos Fanqueiros, 130-132 – Telf. 87 43 51 – 1100 LISBOA

AGENDA

HOJE

CONTINENTE

Regiões do Norte: - Céu pouco nublado. Vento Sul moderado. Períodos de chuva em especial durante a madrugada e manhã. Pequena subida da temperatura mínima.Mar cavado com ondulação Oeste de 4 a 5 metros.

Regiões do Centro e Sul: - Céu muito nublado com abertas para a tarde. Vento em geral fraco. Períodos de chuva durante a madrugada e manhã, em esepecial nas regiões do Centro. Mar de pequena vaga com ondulação Oeste de 3 a 4 metros na Costa Ocidental e de pequena vaga com ondulação Sueste de 2 metros na Costa Sul.

MADEIRA

Céu geralmente muito nublado e vento em geral fraco.

Na Costa Norte, mar encrespado a de pequena vaga com ondulação Noroeste de 3 a 4 metros e na Costa Sul, mar encrespado com ondulaão Sudoeste de 1 metro.

Amanhã: - Períodos de céu muito nublado e vento fraco.

Depois de amanhã: - Períodos de céu muito nublado e vento Nordeste fraco a moderado.

AÇORES

Todos os grupos: - Céu muito nublado. Vento Sudoeste muito forte e com rajadas. Períodos de chuva.

Mar tempestuoso com ondulação Noroeste de 7 a 8 metros.

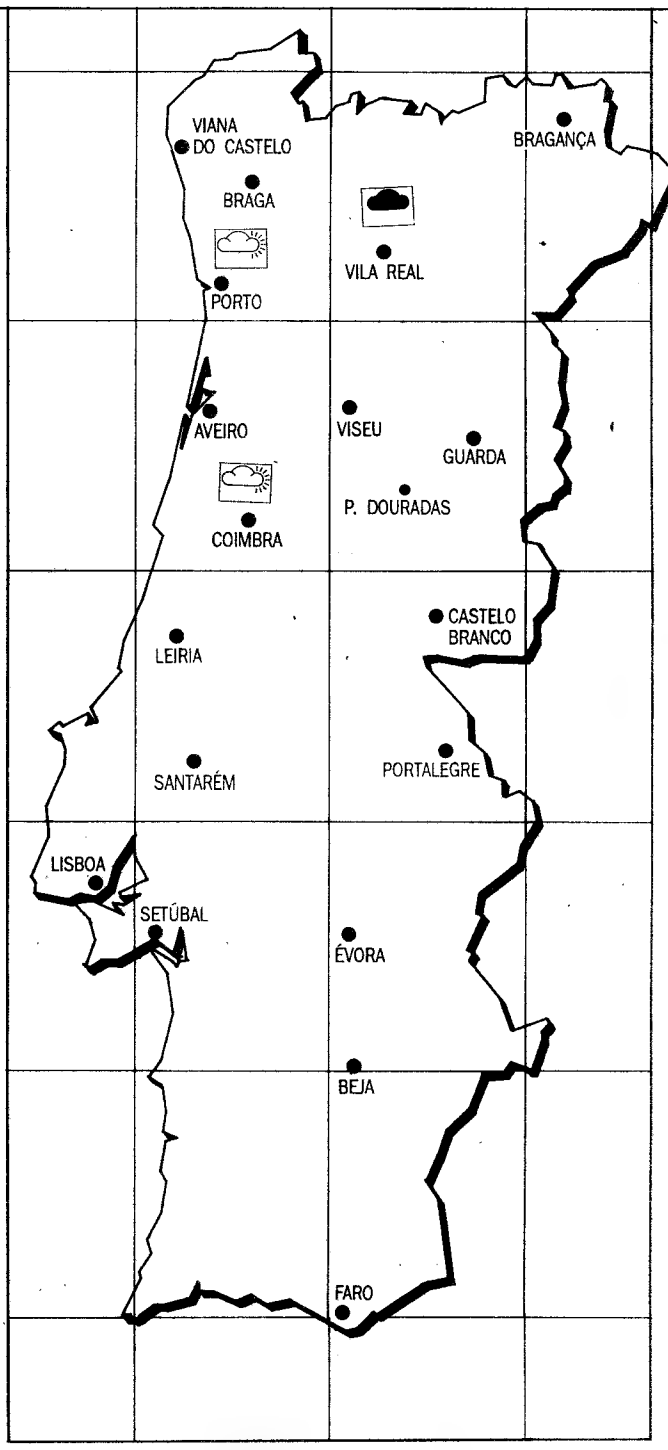
Amanhã: - Céu muito nublado. Vento Sudoeste muito forte e com rajadas, rodando para Noroeste a partir da manhã do Grupo Ocidental para o Central e diminuindo de intensidade. Períodos de chuva.

Depois de amanhã: - Céu muito nublado. Vento Sudoeste fraco a moderado soprando forte no Grupo Ocidental. Períodos de chuva.

Amanhã
No Continente:

Céu pouco nublado, apresentando-se muito nublado nas regiões do Norte, pela madrugada, com a ocorrência de períodos de chuva. Vento em geral fraco. Neblina ou nevoeiro matinal. Pequena descida da temperatura mínima nas regiões do Centro e Sul.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica



Céu limpo
Céu pouco nublado
Céu muito nublado
Chuva
Trovoada
Neve
Vento
Mar calmo
Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
00.08	3,3m	06.14	1,2m
12.47	3,2m	18.30	1,2m

Amanhã

01.11	3,5m	07.12	1,0m
13.43	3,4m	19.22	1,0m

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	4	4	Limpo
V. Castelo	7	12	M. nub.
Vila Real	5	5	Limpo
Porto	8	9	Limpo
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	10	11	Limpo
C. Carvoeiro	12	12	Encoberto
C. Branco	-	-	-
Portalegre	-	-	-
Lisboa	-	-	-
Évora	-	-	-
Beja	-	-	-
Sines	-	-	-
Faro	-	-	-
Sagres	-	-	-
P. Delgada	-	-	-
Horta	-	-	-
Funchal	-	-	-

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 19; Porto, 18; Faro, 19; P. Delgada, 16; Funchal, 20.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	-	-	-
Londres	-	-	-
Paris	1	1	Limpo
Bruxelas	6	6	Limpo
Amesterdão	5	6	Limpo
Genebra	-2	-2	Limpo
Roma	4	5	Neblina
Oslo	6	8	M. nub.
Copenhaga	6	6	Encoberto
Estocolmo	2	6	Encoberto
Berlim	4	4	M. nub.
Viena	-4	-3	P. nub.
Varsóvia	0	2	P. nub.
Atenas	-	-	-
Moscovo	0	1	Neblina

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago	-3	6	Limpo
Houston	3	17	M. nub.
Los Angeles	7	18	Limpo
Montreal	-17	-6	Limpo
Nova Iorque	-4	4	Limpo
S. Francisco	6	13	Chuva
Toronto	-12	1	Limpo
Vancover	4	7	Aguaceiros
Washington	0	4	P. nub.
Hong Kong	9	16	P. nub.
Melbourne	14	22	Aguaceiros
Pequim	-8	2	Limpo
Perth	16	32	Limpo
Singapura	24	32	Trovoada
Sydney	17	20	Limpo
Tóquio	2	5	Chuva
Wellington	12	25	Limpo

AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

SERVIÇO PERMANENTE

Alcântara: Probidade, Rua Alcântara, 15 A-B, Tel. 3638589; **Alvalade - Estados Unidos:** Rio Janeiro, Av. Rio de Janeiro, 4-C, Tel. 881409; **Ameixoeira - Lumiar:** Santos, Al. António Sérgio, 8-C - Urb. Quinta Santa Clara, Tel. 7598186; **Baixa:** Simões Pires, Rua da Prata, 115, Tel. 3462350; **Benfica:** União, Estrada Benfica, 592-594, Tel. 700092; **Camões - Santa Catarina:** Combro, Calçada do Combro, 82, Tel. 326059; **Campo de Ourique:** Lobel, Rua Infantaria, 16, 98-B, Tel. 688807; **Marquês Fronteira:** Ronil, Rua Rodrigo da Fonseca, 153, Tel. 683438; **Olivais Sul:** Marta, Rua Cidade Nampula - Ed. Paris - Lote 534, Tel. 333696; **Rato - Príncipe Real:** Cunha, Rua Escola Politécnica, 18, Tel. 325455; **Saldanha:** Dalva, Av. Duque de Ávila, 125, Tel. 545225; **Sapadores - Paiva Couceiro:** Europa, Av. General Roçadas, 27 A-B, Tel. 8143880; **Xabregas - Madre Deus:** Conceição, Calçada D. Gastão, 30-32, Tel. 381279; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 4104556; **Colina Sol - Brandoa - Amadora:** Vidal Reis, Urb. Alfornel - Cel. G - Lote 35, Tel. 996540; **Odivelas - Quinta do Mendes:** Almeida, Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, Lote 110, Tel. 9324242; **Pontinha:** Pontinha, Estrada Santo Elói, 4 - Lote SE, Tel. 479220.

REFORÇO

Areeiro - Praça de Londres: João XXI, Av. João XXI, 16-A, Tel. 886462; **Areeiro:** Ideal, Av. Almirante Gago Coutinho, 49-A, Tel. 892803; **Boa Hora:** Sepol, Calçada Boa Hora, 94-A, Tel. 3631958; **Campo de Ourique:** Elma, Rua D. Maria Pia, 358-A, Tel. 686176; **Castelo:** Silva, Calçada Santo André, 16, Tel. 862074; **Chile:** Aliança, Av. Almirante Reis, 145 B-C, Tel. 570487; **Entre Sete Rios e 2.ª Circular:** Da Luz, Estrada da Luz, 124-A, Tel. 7263179; **Feira Popular:** Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 283-A, Tel. 763016; **Graça:** Monte, Rua Senhora do Monte, 30 A-B, Tel. 867842; **Marquês Pombal:** Branco, Av. Duque Loulé, 61-65, Tel. 2112081; **Picheleira:** Marluz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Buraca - Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36-B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Miraflores, R. Dr. Ant.º Granjo, 2-B, Tel. 4101161. Permanente; **Linda-a-Velha:** Pinto, R. Antero Quental, 9, Tel. 4190610. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Caxias:** Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A, Tel. 2432839. Até às 22 h; **Carcavelos:** Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro, Tel. 4430485. Permanente; **Parede:** Aisir, Av. Gago Coutinho, B.º Caxias Previdência, Tel. 2472948. Permanente; **S. João do Estoril:** Areias - Urb. Areias. Até às 22 h; **Sassoeiros:** Amaral Semblano - Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Cascais:** Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, Tel. 280170. Permanente.

LINHA DE SINTRA

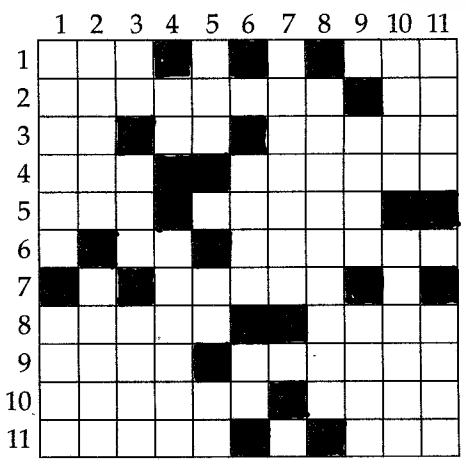
Amadora: Helénica, R. Elias Garcia, 372, Tel. 4933613. Permanente; **Damaia:** Girassol, R. Elias Garcia, 17-C, Tel. 974161. Até às 22 h; Lemos, Rua Goa, 21-A, Tel. 971121. Até às 22 h; **Queluz:** Gil, Av. Miguel Bombarda, 28, Tel. 4350117. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Central, R. Elias Garcia, 55, Tel. 9240034. Permanente; **Mem Martins:** Miranda Garcia, Est. Mem Martins, 72, Tel. 9214103. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Rinchoa, Dumas Brousse, Calç. Rinchoa, 2, Tel. 9260404. Até às 22 h; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **S. Pedro de Sintra:** Valentim, Tel. 9230456. Permanente; **Loures:** Sálvia, Av. República, 29, Tel. 9831240. Permanente.

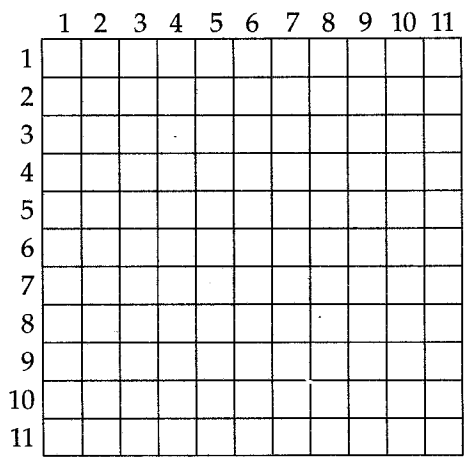
OUTRA BANDA

Almada: Cristo Rei, Av. Cristo Rei, 31-A, Tel. 2766498. Permanente; **Cova da Piedade:** Louro, R. Alex. Herculano, 6-B, Tel. 2763517. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, R. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Carlos, Av. Mar, 34-A, Tel. 2941060. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Baptista Marques, R. Boa Vontade, 17-B, Tel. 2538572. Até às 22 h; **Lavradio:** J. Consolado, Av. Joaq. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126. Até às 19 h; **Sesimbra:** Leão, Av. Liberdade, 13, Tel. 2233471. Até às 19 h; **Barreiro:** Ferreira & Pilar, Av. República, 1, Tel. 2073035. Até às 19 h; **Baixa da Banheira:** Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A, Tel. 2040141. Permanente; **Corroios:** Universo, Est. Nacional, 10, Tel. 2535474. Até às 19 h; **Amora:** Nova Amorense, E. N. 10 Bloco A, Loja A, Paivas, Tel. 2216824. Até às 19 h; **Seixal:** Godinho, L. Igreja, 51, Tel. 2213580. Até às 22 h;.

MÉDICO DE URGÊNCIA ☎ 766 171 / 766 178 / 766 179

PALAVRAS CRUZADAS





PROBLEMA N.º 17 852

HORIZONTAIS:

1 - Cabo na costa \de Marrocos. Tempo do verbo ser. Artigo definido. Doçura.
2 - Fundeara. Nota musical.
3 - Quinto filho de Jacob. Deus dos pastores. Pecado.
4 - Batráquio, semelhante à rã, mas de maior tamanho e de dorso escuro e comestível. Apelido.
5 - Pegadeira. Irmã.
6 - Autores. Terçado.
7 - Urde.
8 - Região montanhosa da Ásia Central (Rússia e Afeganistão). Porto abrigado por terras mais ou menos altas.
9 - Prender. Loucos.
10 - Mandado. Vale espanhol dos Pirenéus.
11 - Amargo. Sufixo que designa abundância.

VERTICAIS:

1 - Cidade do Iraque ao S. de Bagadá. Preposição.
2 - História. Pesquisem.
3 - Ondas curtas. Artilharia antiaérea. Nome de fruto.
4 - Abreviatura que se usa em música. Arremessar.
5 - Época. Duas consoantes iguais usadas num antigo pregão. Compaixão.
6 - Artigo definido. Lábios. Contracção da preposição de com artigo.
7 - Avaliaram.
8 - Daria arrotos.
9 - Apre! Terreiro em volta ou frente das igrejas.
10 - Cálculo aproximado. Manchas.
11 - Ligues. Burro.

PROBLEMA N.º 16 662

HORIZONTAIS:

1 - Cidade de Índia. Antes do meio-dia.
2 - Cidade lendária bretã, que teria sido tragada pelas ondas no século IV ou V. Aproxima.
3 - Aldeia de Itália. Sufixo que designa estado.
4 - Moderato. Germinaram.
5 - Soluçariam.
6 - Bálsamos. Parte do lombo dos bovinos entre a pá e o cachaço.
7 - Glóbulos. Estéril.
8 - Prata (s.q.). Pancadas com o taco (na bola de bilhar).
9 - Pisar no mar (o avião). Cobalto (s.q.).
10 - Rir sem ruído. Pertences.
11 - Solitário. Vassouraras o forno depois de aquecido.

VERTICAIS

1 - Um dos Estados dos EUA. Suspiros.
2 - Apareceram em lugar alto.
3 - Maldições.
4 - Diz-se do indivíduo que vive em mancebia. Grande quantidade.
5 - Defrontara.
6 - Gálio (s.q.). Aqui está. Apre!
7 - Além. Actínio (s.q.). Caminhar.
8 - Vê. Desejara. Rádio (s.q.).
9 - Grande quantidade. Título de uma das mais belas tragédias de Corneille.
10 - Cidade e porto no golfo da Guiné setentrional, na costa do Ouro. Devorador.
11 - Ruim. Sensíveis.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17 851

HORIZONTAIS: 1 - MULHER. QUE. 2 - Oreara. ~Ua. 3 - Azo. Aspirar. 4 - BEM. Cis. SE. 5 - Inguas. Ag. 6 - Luanda. Sa. 7 - Rs. Han. 8 - Rascão. Fa. 9 - Eiras. Caxe. 10 - Ira. Agá. Ais. 11 - Semeariam.
VERTICAIS: 1 - Moab. ARREIA. 2 - Urze. Sair. 3 - Leomil. Sras. 4 - Há. NUNCA. 5 - Era. Ga. Asam. 6 - Rascunho. Ge. 7 - Piada. Caa. 8 - Quissanga. 9 - Rau. Xai. 10 - Asas. FEIA. 11 - Pregara. Sm.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 661

HORIZONTAIS: 1 - Arredaram. 2 - Quem. Dórico. 3 - Unia. El. Ras. 4 - Ia. Br. Gaia. 5 - Arrifar. 6 - Ema. Rer. Cl. 7 - Sólida. Covo. 8 - Listas. 9 - Malho. Ostra. 10 - Adia. Am. Ios. 11 - Nas. Au. Fada.
VERTICAIS: 1 - Aquiles. Man. 2 - Runa. Monada. 3 - Rei. Aal. Lis. 4 - Ema. Ilha. 5 - Br. Dio. 6 - Aderiras. Au. 7 - Rol. Fé. Tom. 8 - Ar. Garças. 9 - Mirar. Óstia. 10 - Cai. Cv. Rod. 11 - Rosário. Asa.

PROVÉRBIO: MULHER QUE BEM SE ARREIA, NUNCA É FEIA.

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa
TOTOBOLA
Surpresa no Carnaval
BAIXOU O PREÇO DO PEIXE
Inédito na história do Corporativismo
UM DIRIGENTE SINDICAL E UM DIRIGENTE GREMIAL EMPATADOS PARA A PRESIDÊNCIA DE UMA CORPORAÇÃO
O TABACO PROVOCA CANCRO PULMONAR
— conclui-se de experiências efectuadas nos EUA

Baixou o preço do peixe

Surpresa no Carnaval: O peixe está mais barato! A repercussão de tal facto no humor das vendedeiras e na bolsa das donas de casa notava-se hoje de manhã no Mercado de 24 de Julho. Após um período de ambiente surdo e frequência diminuta, os mercados animaram-se. As vendedeiras lançavam hoje, alegremente, os seus pregões. As donas de casa faziam ajuntamentos à volta das bancadas de peixe. Voltou a fartura. Baixou o preço do peixe. Há de novo capacidade de compra, o peixe poderá voltar à mesa de todos! A melhoria do tempo parece, na verdade, ser a causa principal da descida do preço do peixe. As frotas de pesca passaram a ter melhores condições para a sua actividade e, nos últimos dias, aumentou consideravelmente a quantidade de peixe pescado.

O tabaco provoca cancro pulmonar

Cientistas americanos afirmam ter descoberto uma relação directa de causa e efeito entre o fumo do cigarro e as doenças pulmonares, incluindo o cancro, após ensaios feitos em cães. O relatório, que se julga ser o primeiro no seu género, foi publicado pela Sociedade Americana de Oncologia, a seguir a experiências feitas em 94 cães por dois médicos, os drs. E. Culyler Hammond, daquela sociedade, e Oscar Auerbach, do hospital da administração dos antigos combatentes, em East Orange, Nova Jersey.

Inédito na história do Corporativismo

Pela primeira vez na história do Corporativismo português, surge a possibilidade de um representante do trabalho, um dirigente sindical, ser eleito presidente de uma Corporação. É um facto novo, pois até aqui, desde que as Corporações existem, sempre têm sido eleitos para as respectivas presidências representantes do patronato, isto é, dirigentes gremiais, apesar de haver paridade enre os representantes do capital e do trabalho. O que sucedia é que sempre os representantes de ambas as partes subentendiam que o cargo pertencesse a um dirigente gremial, embora nada, no respectivo regime, o estabelecesse formalmente.

EFEMÉRIDES

1899

• É ratificado o Tratado de Paris, através do qual a Espanha cede aos EUA, Cuba, Porto Rico, Guam e as Filipinas, por 20 milhões de dólares.

1901

• Morre, em Lisboa, o poeta e estadista português Tomás Ribeiro

1984

• Quatro luso-americanos começam a ser julgados em New Bedford, Massachussetts, EUA, acusados de terem violado repetidamente uma mulher num bar local

1989

• Morre o realizador cinematográfico francês André Cayatte, 80 anos.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB
Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
CORAÇÕES DE AÇO
Filme de Brian de Palma, c/ Michael J.Fox e Sean Penn
Maiores de 16 anos
Sessões às 14,00 16.30, 19.00, 21.30 e 2400 horas.

ALFA 1
OS REIS DA NOITE
Filme de Eddie Murphy c/ Eddie Murphy e Richard Pryor
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas

ALFA 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14, 15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 3
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4
O CLUBE DOS POETAS MORTOS
Filme de Peter Weir c/Robin Williams
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa
Telef. 691275
OS REIS DA NOITE
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 4
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Filme de Steven Soderbergh c/ James Spader e Andie MacDowell
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 6
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas

AMOREIRAS 7
VEREDICTO FINAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 8
REGRESSO AO FUTURO II
Maiores de 12 anos
Sessões ás 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24 horas.

AMOREIRAS 9
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10
O CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas..

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319
O CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098
OS REIS DA NOITE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.00, 18.00, 21.30.

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15
Telef. 324194
MISSÃO MANILA
Filme de Peter MacKenzie
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO
Parque Mayer
AS FANÁTICAS DO SEXO
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
SEXO AO LUAR
Hard-core-1ºescalão (porno)
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30.

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
OS DIAMANTES SÃO ETERNOS
Com Sean Connery
Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas

CINE PORTELA
ESTÚDIO ANUSHA
Telef. 9434762
A MINHA MADRASTA É UM EXTRA TERRESTRE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CINE PORTELA
ESTÚDIO SHEZA
MORTO A TIRO
Com Don Johnson e Penelope Ann Miller
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

CINEMATECA PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546529/546085
CICLO ANOS 60/ANOS 80
O MONTE DOS VENDAVAIS
De Willias Wyler, c/Laurence Olivier, às 18.30 horas.
ELE E ELA
De Leo McCarey, c/Charles Boyer, às 21.30 horas.

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
VEREDICTO FINAL
Maires de 16 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES
Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
BRIGADA ASSASSINA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas

ESTÚDIO
Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
OS BRAVOS DA POLÍCIA
Filme de Beau Bridges c/ Beau Bridges e Subba Smith
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1
Estrada de Benfica 503
Tel 7145088
OS REIS DA NOITE
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2
VEREDICTO FINAL
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Um filme de Jaime Uys com Nixau e Lena Farugia
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15 horas.

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
PASTORAL
Filme de Otar Iosseliani
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00, 16.00, 19.15 e 22.00 horas.

FORUM PICOAS
AUDITÓRIO 2

A Vida é um Longo Rio Tranquilo — **PUB**
Em exibição sala 4 — **Quarteto** — **Maiores 12 anos**

O PROCESSO DO REI
Filme de qualidade de João Mário Grilo
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO
Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134
OS REIS DA NOITE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI
R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
ABSOLUTAMENTE LOUCOS
Filme de Julien Ruben, c/Jeff Goldblum e Geena Davis
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1
Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
O CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2
VEREDICTO FINAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 3
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2
BRIGADA ASSASSINA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES
Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão
Telef. 538743
OS REIS DA NOITE
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3
ENTRE PRIMOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362
O CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON
R. dos Condes, 4
Telef. 326283
SANGUE E ARENA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

OLIMPIA
R. dos Condes, 13
Telef. 325309
MULHERES TARADAS POR ANIMAIS
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
VALMONT
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2

«Entre Primos», em exibição em várias salas de Lisboa

CARTAZ

BRIGADA ASSASSINA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA
R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305
OS REIS DA NOITE
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378
SKINDEEP-O AMOR É UMA GRANDE AVENTURA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14..30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4
A VIDA É UM LONGO RIO TRANQUILO
Filme de Etienne Chatiliez
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.30, 18.30, 20.15, 22.00 e 24.00 horas.

SÃO JORGE 1
Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
OS REIS DA NOITE
C/Eddie Murphy e Richard Pryor
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15 horas.

SÃO JORGE 3
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

7ª ARTE
Av. da República
Telef. 730715
O VEREDICTO FINAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19 .00 e 21.30 horas.

TERMINAL
Estação do Rossio
Telef. 371573
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30 horas.

TURIM
Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666
OS CAÇA FANTASMAS II
Maiores de 12 anos
Sessões às 15, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
Av. da Liberdade,9
Telef. 3468446
FORÇA ESPECIAL
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
O FUGITIVO DA SELVA
Maiores de 18 anos
De Seg. a Sáb às 23.30 horas.

SINTRA

AMADORA BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
REGRESSO AO FUTURO II
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

CACÉM ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570
CHUVA NEGRA
Encerrado para descanço do pessoal

QUELUZ KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
SALA 1
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS
Mairoes de 6 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas.
SALA 2
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.
SALA 3
O PELOTÃO DO MASSACRE
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45 horas.

CASCAIS

OEIRAS ALTO DA BARRA 1
Telef. 4439759
BRIGADA ASSASSINA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALTO DA BARRA 2
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
VALMONT
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

CINE PALMEIRAS 2
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
SEXO, MENTIRAS E VIDEO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS MIRAMAR 1
Telef. 2841744
CHUVA NEGRA
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

M IRAMAR 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD
Telef. 2865027
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões de 2ª a 6ª às 16.00 e 21.30; Sáb. Dom. e Feriados às 15.30, 18.00 e 21.30 horas.

«HAPPY END», em exibição no Teatro Aberto

ALMADA

ALMADA ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DE CAPARICA
CINEMA PESCADOR
Telf. 2905350
A PATRULHA DA SELVA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 21.45 horas.

TEATRO LISBOA

A BARRACA CINEARTE
Largo de Santos, nº 2 - Telef. 665360 ou 686300
De 3ª a Sáb. às 21.30 e Dom. às 16 horas
MARGARIDA DO MONTE
De Marcelino Mesquita.

INSTITUTO FRANCO-PORTUGUÊS
Av. Luís Bivar, 91 - Telef. 544389
De 5ª a Sáb. às 21.30; Dom. às 17.00 horas
LES BATISSEURES D'EMPIRE
De Boris Vian. Encenação de Daniel Beauron.

TEATRO DE CARNIDE
Azinhaga das Freiras- Telef. 7145178
Sextas e Sábados às 21.30 horas
DIVINAS PALAVRAS
De Rámon del Valle-Inclan.

TEATRO DA COMUNA
Praça de Espanha - Telef. 7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas. Dom. às 17.00 horas, descanço à 4ªFeira
SALA 1
PÉCORA de Natália Correia.
SALA 2
Sexta às 21.30, Sáb. às 16.00 e 21.30; Domingo às 16 horas.
A PREGAÇÃO
De João Brites, pelo Grupo O Bando.

CAFÉ TEATRO
FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo. Sáb. às 24 horas.

TEATRO DA CORNUCÓPIA
R. Tenente Raul Cascais, 1-A - Telf. 661515/669205
De 3ª a Sáb. às 21.30, Dom. e Feriados às 16 horas
SALADA
De Tristan Rémy, é um trabalho colectivo dos actores da Cornucópia.

RITZ CLUBE
R. da Glória, 57 - Telef. 325140
De 3ª a Sábado às 21.30; Sábado e Domingo às 16.00 horas
O REGRESSO DE BUCHA E ESTICA
Encenação de Mário Viegas.

TEATRO ABC
Parque Mayer - Telef. 3466783
De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16 horas
AI CAVAQUINHO
De Eduardo Damas c/ Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

TEATRO ABERTO
Praça de Espanha - Telefone 778898
De 5ª a Sábado às 21.30 horas. Domingos às 16 horas
HAPPY END
De Dorothy Lane/Bertolt Brecht.

TEATRO MAIZUM
R. dos Poiais de S. Bento, 75-B. Telef. 601866
Sába. e Dom. às 16 horas
A LINGUAGEM DOS ANIMAIS
De António Botto.

TEATRO DA POLITÉCNICA
R. da Escola Politécnica, 58 - Telef. 674474
De 3ª a Sábado às 21.00; Domingos às 16 horas
D. JOÃO E A MÁSCARA
De António Patrício.

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef. 326037
De 3ª a Domingo às 21.30; Domingos e Feriados às 16.00 horas
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ
Versão livre de Henrique Santana.

TEATRO VILLARET
Av. Fontes Pereira de Melo, 31-A - Telef. 538586
De 3ª a 5ª às 21.30, 6ª e Sáb. às 20.30 e 22.45; Domingos e Feriados às 16.00 e 21.30 horas
ORA BATE...BATMAN'SO.

OUTRAS LOCALIDADES

ESTORIL TEATRO DO CASINO
Telefone 2684521
De 3ª a Sáb. às 22 horas ; Dom. às 17 horas
WHAT HAPPENED TO MADALENA IGLÉSIAS?
Texto e encenação de Filipe La Féria.

ODIVELAS TEATRO DA MALAPOSTA
R. de Angola, Olival de Basto - Telefone 9873299
De 3ª a Sába. às 21.30; Domingos às 16.00 Horas
O RENDER DOS HERÓIS
De José Cardoso Pires. Encenação de José Martins, pelo Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garret.

EXPOSIÇÕES

LISBOA

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (Jerónimos): de terça a domingo, das 10 às 12,30 e das 14 às 17, uma exposição permanente que integra centenas de milhares de peças, entre as quais um conjunto pré-histórico de 300 peças de ouro.
MUSEU NACIONAL DO TEATRO: até 27 de Março (Dia Mundial do Teatro), "Amália, 50 Anos" com entrada gratuita aos domingos de manhã.
MUSEU NACIONAL DO TRAJE: as exposições "Joias de Ana Campos" e "As Bandeiras do Mês - Portugal Dinamarca". Até Abril ,"Tramas e Sortilégios" de Teresa Segurado Pavão;
BIBLIOTECA NACIONAL: a exposição "Portugal no Século XVIII: de D. João V à Revolução Francesa
GULBENKIAN (Galerias das Exposições Temporárias): organizada pelo Museu Stedelijk de Amesterdão em colaboração com a Fundação Gulbenkian, uma exposição de Pintura, Escultura e Fotografia do Uruguai, Argentina, Brasil e Chile, constituída por algumas dezenas de obras contemporâneas, representativas das novas correntes artísticas daqueles países e em que estão representados os principais artistas sul-americanos.
PALÁCIO FOZ: até 17 de Fevereiro, uma exposição de pintura e escultura contemporânea aragonesa.
GALERIA ALMADA NEGREIROS - SEC (Av. da República, 16): até 25 de Fevereiro, diariamente das 10 às 20 horas, "Pintura Mexicana Contemporânea", com mais de duas dezenas de obras de 13 dos mais conhecidos artistas plásticos do México.
ALFAMA-GALERIA DE ARTE (R. das Flores, 109): Pintura e Escultura Espanhola Contemporânea.
ALFA MIXTA (Escola

SR
SAGRUP-RENT

SAGRUP-RENT, ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, SA

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Convoco os Senhores Accionistas de Sagrup-Rent, Aluguer de Automóveis, SA., com sede na Rua Jau, 47 — r/c em Lisboa, com o Capital Social de 75 000 00$, integralmente realizado, matriculada sob o n.º 362 do Livro C-1 da 3.ª Secção da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, para reunirem em Assembleia Geral na Sede Social às 12 horas do dia 16 de Março de 1990, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 — Deliberar sobre o relatório de Gestão do Conselho de Administração, Balanço e Contas da Sociedade e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 1989.

2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados.

3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade.

Nos termos do artigo 10.º do pacto social, a cada 100 000$ de capital social corresponde um voto, estando o direito de participação e votação condicionado ao averbamento da titularidade das acções (ou cautelas) no livro de registos da sociedade, ou ao depósito das acções (ou cautelas) na sede social com a antecedência mínima de oito dias em relação à data da assembleia, ou que seja feita prova, com a mesma antecedência, de que se encontram depositadas em estabelecimento bancário.

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1990

José Avides Moreira

Gerais, 34): até 10 de Fevereiro, de terça a sábado das 14 às 20 horas, Pintura e Escultura de Liane katsuki, Romy Castro, Scoditti, Sobral Centeno e Verónica Nel.
ESPAÇO INTERNI (R. Rodrigo da Fonseca, 51): a primeira exposição individual, em Portugal, do pintor naïf brasileiro Jorge Viriato.
EUROARTE (R. Rodrigo da Fonseca, 107 C): até 12 de Fevereiro, de segunda a sexta das 10,30 às 13 e das 15,30 às 19 e sábados das 10,30 às 13 e das 16 às 19,30, Pintura de Miguel João.
GALERIA 111 (Campo Grande, 111): até 10 de Março, de segunda a sexta das 10 às 13 e das 15 às 19,30 e sábados das 10 às 13 horas, Pintura de Graça Morais.
GALERIA 601 (C. C. S. João de Deus . Av. António José de Almeida, 7): até 21 de Fevereiro, Pintura de João Monsanto.
GALERIA ALTAMIRA (R. Filipe Folque, 48-A): Pintura de Maria João.
GALERIA ARTELA (R. Prof. João Barreira, loja 15): até 18 de Fevereiro, de terça a domingo das 15 às 20 horas, Pintura de Zé Penicheiro.
GALERIA BARATA (Av. de Roma, 11-A): até 3 de Março, Pintura de Paulo Niza, Fotografia de Daniel Blaufuks e Design Gráfico de Victor Almeida.
GALERIA DO COLECCIONADOR (Forum Picoas): até 16 de Fevereiro, de segunda a sexta das 11 às 19, Pintura de Maria Antónia Santos.
GALERIA DN (R. António Maria Cardoso, 41): até 12 de Fevereiro, de segunda a sexta das 10 às 19 e sábados das 9 às 13 horas, Pintura de Rui Viana.
GALERIA DIFERENÇA (R. S. Filipe Nery, 42): até 25 de Fevereiro, de terça a sexta das 15 ás 20 e sábados e domingos das 16 às 19 horas, Escultura de Joana Rosa - "Doodles" e Pintura de José Loureiro - "O Juramento".
GALERIA ESPIRAL (Pª Ilha do Faial, 14 A): Pintura de Luísa Costa Cabral.
GALERIA FONTE NOVA (Centro Comercial-Estrada de Benfica, 503): até 16 de Fevereiro, Colagens de Aníbal Alves.
GALERIA GRAÇA FONSECA (R. da Emenda, 26 c/v): de terça a sábado das 15 às 20, exposição de E. Cano e P. Feliciano.
GALERIA DA GRAVURA (Tv. do Sequeiro, 4 r/c): até 19 de Fevereiro, de segunda a sexta das 10,30 às 13,30 e das 15 às 19, uma exposição de Helena Mártires.
GALERIA JOÃO HOGAN (Voz do Operário): até 24 de Fevereiro, Pintura de António Bretano Pestana.
GALERIA LEO (Tv. da Queimada, 48-bairro Alto): até 10 de Fevereiro, "Doodles" de Joana Rosa.
GALERIA MIRON (Rua do Mirante, 14 r/c): até 28 de Fevereiro, de segunda a sábado das 15 ás 20, Pintura de Lança Semedo "Veneza e Lisboa - Estenografia à Espátula".
GALERIA MONUMENTAL (Cª dos Mártires da Pátria, 101): até 25 de Fevereiro, de terça a domingo das 15 às 20 horas, Pintura de José Drummond.
GALERIA MULTIFACE (C. C. Gemini, loja 65 - R. Sousa Lopes): até 18 de Fevereiro, Pintura de Pilar Sobral.
GALERIA NÁRTICE (R. Augusto Rosa, 18): até 23 de Fevereiro, Pintura de Paulo Cardoso, Raquel Oliveira, Rocha Pinto e Sérgio Pombo.
GALERIA NASONI (Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 9-A): Pintura de Noronha da Costa.
GALERIA SANTA JUSTA (R. de Sta. Justa, 93-2º): até 17 de Fevereiro, de segunda a sexta das 15 às 20 horas, Pintura de Artur Bual.
GALERIA DE SÃO BENTO (R. do Machadinho, 1): até 17 de Fevereiro, "salicária Tinctória" de Nicolau Tudela.
GALERIA DE SÃO FRANCISCO (R. Ivens, 40): até 24 de Fevereiro, Pintura de Eduardo Alarcão intitulada "Eléctricos em S. Francisco".
GALERIA SOCTIP (R. de Dona Estefânia, 195 D): até 6 de Março, a exposição "PALIMPSE[X]TOS", com obras de Francisco tellechea, Luísa Nogueira, Margarida Cepêda, Paulo Cardoso, Paulo Ossião e Vieira-Baptista.
GALERIA TRIÂNGULO 48 (Av.D. Vasco da Gama, 48 A): até 9 de Março, de terça a sábado das 14 às 20 horas, Pintura de Roland Bouvier.
HOTEL ALFA LISBOA (Galeria de Arte - Av. Columbano Bordalo Pinheiro): até 9 de Março, escultura em madeira do Brasil, de Edison Lufac.
HOTEL MERIDIEN LISBOA (Galeria de Arte do foyer): até 25 de Fevereiro, Pintura de E. Debayle.
LOJA DE DESENHO (R. da Academia das Ciências, 2 B): até 3 de Março, de terça a sábado das 15 às 19,30, "Labirintos" - desenhos de a tinta da China de Rosa Almeida.
RATTON - CERÂMICAS (R. da Academia das Ciências, 2-C): obras de Graça Morais, Jorge Martins, Luísa Correia Pereira, Mafalda Reis Moore e Júlio Pomar.
SOCIEDADE NACIONAL

CARTAZ

Pintura de Joana Rosa, na Galeria Leo

DE BELAS ARTES (R. Barata Salgueiro, 36): até 18 de Fevereiro, a Alliance Française de Lisboa apresenta , com a colaboração do Centro de Estudos de Fotografia de Coimbra, "Quelques Moments au Portugal", 40 Fotografias de Bernard Plossu sobre motivos portugueses; até 11 de Fevereiro, a exposição "Sete Pecados Capitais".

ARREDORES

SALA D. JOÃO V - DAMAIA: até 20 de Março, organizada pela Câmara Municipal da Amadora, uma colectiva de artes plásticas com obras de 34 artistas de diversas correntes.
.CASA MUSEU DE VERDADES FARIA (Av. Saboia-Monte Estoril): "Um Olhar sobre Cascais através do seu património", uma iniciativa da Câmara Municipal e da Associação Cultural de Cascais.
BLOCO C-ATELIER D'ARTE (R. Barbosa Collen-S. Pedro do Estoril): Gravura de Ana Galvão, Eduardo Pedroso, Humberto Marçal, José Paulo, Lurdes e Sousa e Trindade Cid; Pintura de Mizé.
O OUTRO LADO DO ESPELHO (R. Dr. Alfredo Costa, 14-Sintra): até 28 de Fevereiro, a exposição de Miguel Barbosa "Sintetizações Poéticas".
GALERIA DE SANT 'IAGO (Centro M. Bica, loja 63 - Almada): Pintura de Maria José Camões.
SETÚBAL (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito): a exposição "Produção de Azulejos Artesanais da Região de Setúbal".

RÁDIO ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral - e 99.4 em FM Zona de Lisboa

14.00: O Linho e a Seda; **15.00:** Contraste; **17.00:** Antena 1 - Regiões ; **17.15:** Porto d'Abrigo

Onda Média e FM Estéreo

14.00: Gerações por Minuto; **17.00:** Sete Mares; **19.00:** Informação e Música; **20.00:** No Estúdio e no Estádio; **20.15:** Musical; **20.30:** A Voz de Roma; **20.45:** Musical; **21.00:** Música Portuguesa; **21.30:** Imaginário. Noticiários de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional F.M. 2 - Estéreo

17.00: Gravações históricas reeditadas em disco compacto; **17.30:** Música de Câmara do Século XX de Aaron Copland; **18.15:** Ângulos e Reflexos; **19.00:** Integrais - Os 14 concertos para cravo e orq., de João Sebastião Bach; **19.30:** Álbum Musical. - Obras de Mussorgsky, Verdi, Bach, Saint-Saens, Monteverdi e Bernstein; **20.40:** Esta Madrugada no Dois; **21.00:** Concerto Nocturno preenchido com obras de Wagner, Kabalevsky, Vaughan Williams, Ravel e Scriabin; ; **23.00:** Eurorádio - O Festival de Viena, 1989; **01.35:** Música de Câmara de Haydn; **02.00:** Música na Madrugada. Noticiário de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397 m

16.30: Quando o Telefone Toca; **17.00:** Contacto; **19.00:** Jornal; **19.30:** Quando o Telefone Toca; **20.00:** Praça de Táxis; **21.00:** Pela Estrada Fora; **22.00:** Religiosos; **22.15:** Desporto; **23.00:** 24.ª Hora. Noticiário de hora a hora

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz

18.00: RDS - Rádio das Seis; **21.00:** Mercador de Sonhos; **00.00:** A Noite Passada; **01.00:** Som da Frente; **03.00:** Quem Tramou o Locutor. Noticiário de hora a hora

RÁDIO RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM

15.00: Hora da Música; **16.00:** Banda da Amizade; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** A Viagem Continua; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Sequência; **22.00:** Revista; **22.30:** Bola Branca; **23.30:** Suplemento Especial da BBC; **23.55:** Meditando. Noticiário de hora a hora.

RFM

RFM - Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo

16.00: Fórmula Três; **19.00:** Atlântida; **20.00:** Serra de Estrelas; **22.00:** Oceano Pacífico.

VOZ DE LISBOA
15.00: Equipa da Tarde; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Sete Colinas; **20.00:** Diálogo; **20.30:** Transmissão do Terço; **21.00:** Lisboa à Noite.

VOZ DO PORTO
16.00: Pólo Norte; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Grande Porto - Informação; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Palácio de Cristal; **22.30:** Bola Branca.

VOZ DE LEIRIA
15.00: Tardes do Lis; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Leiria 89.

Manuel Brandão de Carvalho

Electricista-Auto

Precisa

Jovens de 14 a 16 anos
c/ Ciclo Preparatório
Resposta: Rua Gualdim Pais, 150 (Xabregas)
Telefone 8144176

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
1.º JUÍZO
ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar a data da segunda e última publicação do respectivo anúncio.
Execução Ordinária n.º 5879, 2.ª Secção. Exequentes — MINISTÉRIO PÚBLICO. Executado — AVIMOC — AVÍCOLA DE CARRAZEDA, LDA. com sede em Carrazeda de Ansiães E OUTROS;

Lisboa, 9 de Janeiro de 1990

Juiz de Direito
Assinatura ilegível
O Escrivão de Direito
Assinatura ilegível
«DL» 6/2 2.ª Pub.

SNOOPY POR SCHULZ

CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
67º episódio: O Poupas e o André vão hoje contar uma história sobre "o tio". Em seguida, os mais pequenos poderão acompanhar o Poupas numa canção dedicada ao tema "passar". Os primeiros números continuam a ter um espaço neste programa, e o 9 foi desta vez o escolhido.
19.00- JOGO DE CARTAS
Concurso
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA DIA A DIA
20.05 - O TEMPO
20.08- BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - PRIMEIRA PÁGINA
22.10 - CRÓNICA DO CRIME
21º e último episódio: Com Paul Taglia sob prisão preventiva num autêntico "bunker" localizado numa base da Força Aérea, animam-se as hostes no quartel-general das forças da ordem. Apesar de o clima ser de optimismo e grande expectativa, o tenente Mike Torello recomenda aos seus homens que mantenham os olhos bem abertos e não confiem demasiado na sorte. Do outro lado da barricada, Luca prepara-se para mais um golpe. Desta vez, trata-se de salvar a sua própria pele.
23.05 - 24 HORAS
23.35 - REMATE

RTP-2

16.55 - OS NOVOS CAÇA FANTASMAS
17.25 - UM BILHETE PARA O MUNDO
17.45 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
34º episódio: No final da aula, é Ariovaldo que vai buscar a professora Cecília. Ao aperceber-se de que Zezé se pendurou nas traseiras do seu carro, Manoel dá uma tareia no garoto. Raul vem a passar com o automóvel e Zezé arranja boleia da mesma forma, mas acaba por cair e magoar-se. Raul leva-o para casa e aproveita para ver Jandira. Eugénia volta a procurar Ariovaldo, para este o ajudar a fazer mais macumbas e conquistar Caetano. Zeze diz a Paulo que se pendura nas traseiras dos carros, porque ninguém gosta dele e lhe é indiferente morrer. Zezé confessa a Godoia que tem medo que ela deixe de gostar dele, mas não lhe explica porquê.
18.20 - VIA RÁPIDA
19.35 - CLÁSSICOS DA TV
"O Homem da Carabina" e "O Homem Invisível"
20.25 - CINEMAGAZINE
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - CINEMADOIS
"Duas Mulheres em Nova Iorque": Um filme de Claudia Weill, com Melanie Mayron, Eli Wallach, Adam Cohen, Anita Skinner, Jean de Baer, Christopher Guest. Susan dedica-se à fotografia, após ter concluído os seus estudos universitários A amiga, que com ela partilha o apartamento em Nova Iorque, acaba por casar-se e Susan encontra um jovem professor. Esta relação começa a deteriorar-se numa altura em que a jovem pensa fazer a sua primeira exposição. O curioso neste filme é que a actriz principal, Melanie Mayron, começou por ser fotógrafa de artistas antes de se dedicar, a tempo inteiro, à arte dramática e de ganhar fama graças à sua participação na série "Os Trintões".

No 1º Canal às 22.00, 0 último episódio de "Crónica do Crime"

Yara Amaral na série brasileira "Fera Radical", de segunda a sexta, cinco minutos depois do meio-dia

ALBA
ANTENAS PARABÓLICAS ACESSÍVEIS A TODOS
INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGÉS

AMANHÃ

RTP-1

10.00 - MAGAZINE ÀS DEZ
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - COLT EM ACÇÃO
14.15 - PALAVRAS CRUZADAS
15.00- BAIRROS POPULARES DE LISBOA
Alcântara
15.45 - PONTO POR PONTO
16.40 - HOSPITAL CENTRAL
17.25 - BRINCA BRINCANDO
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.20 - LOTAÇÃO ESGOTADA
"Serpico"
23.50 - 24 HORAS
00.20 - REMATE

RTP-2

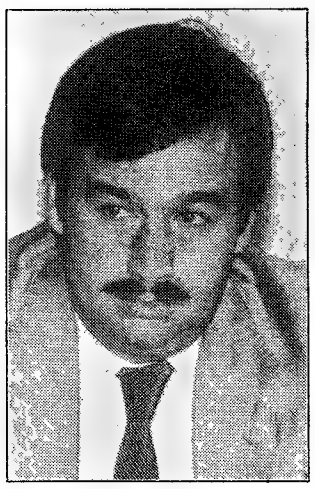
15.25 - AGORA ESCOLHA
17.00 - OS CAMPBELLS
17.25- UM BILHETE PARA O MUNDO
17.55 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
18.35 - O HOMEM NA TERRA
19.35 - CLÁSSICOS DA TV
20.30 - LUSITÂNIA EXPRESSO
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - HISTÓRIAS DE POTERHOUSE
1º episódio

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...
RTP 1
VALE TUDO
RTP 2
CINEMADOIS
BLAUPUNKT
Grupo BOSCH
Um pequeno ponto faz a diferença

«Verifica-se uma tendência acentuada para os portugueses se preocuparem mais com o verbo ter *do que com o verbo* ser.»

David Mourão-Ferreira, «Diário de Notícias», 05.02.90

A PERGUNTA DO DIA



António Guterres presidente do Grupo Parlamentar do PS

O PS tem vindo a apresentar um crescente número de projectos de lei. A que se deve este intensificar da sua iniciativa parlamentar?

«A intervenção parlamentar do PS obedece a uma estratégia bem definida. O elemento unificador da nossa iniciativa centra-se na defesa dos direitos dos cidadãos. A revisão constitucional veio permitir consagrar diversas inovações importantes, nomeadamente no reforço das garantias dos cidadãos face ao arbítrio dos poderes públicos, no alargamento das condições de pluralismo na comunicação social e na criação de novas formas de participação. Face à completa apatia do Governo e do Grupo Parlamentar do PSD, os socialistas entenderam que lhes competia assegurar o cumprimento da revisão constitucional, daí o estarem a avançar com projectos de lei em áreas tão diversas como a tv privada, o referendo, o exercício do direito de acção popular, o acesso dos cidadãos aos documentos da Administração, para além de outras iniciativas que temos vindo a tomar na perspectiva da valorização dos direitos e que não decorrem directamente da revisão constitucional. Pela nossa parte estamos a cumprir o nosso dever, é pena que para o PSD o conteúdo da revisão constitucional pareça limitar-se às privatizações.»

Quarta-feira no **Diário de Lisboa**

A crónica de Joaquim Letria

Martins Correia: os 80 anos do mestre-escultor

O cartoon de Pedro Palma

ENTREVISTA

Narana Sinai Coissoró é o presidente do Grupo Parlamentar do CDS. Tem 56 anos, nasceu em Goa e não aceitou nome português porque a sua família é hindu e porque sempre se revoltou contra o acto colonial

«Não sou dos mais pacatos»

D.L. - Gosta de ser deputado?

NC. - Gosto muito. É um serviço público. A minha família foi sempre dedicada ao culto do serviço público...

D.L. - Mas o serviço público deve ter um culto?

N.C. - Tem. Porque não se pode prestar um serviço público sem ter uma ideia clara do que significa, os sacrifícios que ele impõe, a ética que exige e, acima de tudo, a noção de dever que ele inspira.

D.L. - Como deputado, tem fama de truculento...

N.C. - Não sei que é truculento significa? Gosto de ser frontal, sou educado, nunca ofendi ninguém...

D.L. - Mas exalta-se muitas vezes!

N.C. - Não. Cada pessoa tem o seu modo de agir e, naturalmente, não sou dos mais pacatos...

D.L. - O Parlamento é um palco?

N.C. - Ele é um palco, é o melhor palco que os países com democracia parlamentar têm...

D.L. - Há uma certa dimensão de espectáculo?

N.C. - O Parlamento é um espectáculo dos melhores, porque aí se debatem com vivacidade, com emoção, os temas que dizem respeito aos partidos políticos e aos deputados.

D.L. - O que é que mais o seduz na sua actividade de deputado?

N.C. - Participar nas grandes decisões que interessam ao meu País e participar na busca de bem-estar para os portugueses.

D.L. - E o que é que mais lhe desagrada?

N.C. - As demasiadas questiúnculas de pormenor, a luta à volta do regimento, o culto da personalidade. Por parte da maioria há uma disciplina férrea que não deixa lugar aos grandes consensos que a sociedade portuguesa exige, o deixar tudo para o primeiro-ministro, que está a transformar-se como um chefe à antiga, isto é, dono do Estado...

D.L. - Há uma desvalorização do Parlamento?

N.C. - Evidente, por parte do Governo.

D.L. - Porque é que a democracia cristã não conseguiu vingar em Portugal?

N.C. - O CDS nasceu numa altura em que toda a gente tinha mêdo de pertencer a um partido de direita e aqueles que se escondiam atrás de denominações de social-democratas ou socialistas tiveram melhor aceitação do que um partido que se afirmou logo no dealbar da revolução como um partido de direita...

D.L. - Mas hoje também não consegue afirmar-se...

N.C. - Bom, isso são os gravames que traz da sua nascença. Há muita gente que devia estar com o CDS que na altura procurou outros partidos ou se absteve. Mais tarde, foram as nossas alianças com o PSD em que o eleitorado quase que se convenceu que votar CDS ou PSD era sensivelmente igual e isso fez com que as pessoas fossem atrás do voto útil. Acho que o CDS deve afirmar-se como um projecto autónomo, custe o que custar...

D.L. - O CDS é um partido de direita?

N.C. - Acho que sim, mas também corporiza muitos dos valores da esquerda, como por exemplo, o culto do Parlamento, da justiça social...

D.L. - O que pensa de um movimento chamado *Força Nacional* , que também se reivindica de direita?

N.C. - A *Força Nacional*, ou qualquer outra, pode reivindicar-se do que quer, mas ela não é uma força democrática. Eles podem colocar-se à direita, ao centro, à esquerda, no tecto ou na clandestinidade, mas estão fora do espaço democrático.

D.L. - Que posição deve ter o CDS na questão presidencial?

N.C. - O Presidente da República não pode ser publicitado, ele é um poder organizado dentro do nosso regime semi-presidencialista, não é um monarca constitucional. Deve publicitar o seu programa e os partidos devem pronunciar-se em função dele...

D.L. - Mas o CDS não vai ter um candidato presidencial?

N.C. - O CDS poderá ter um candidato próprio ou apoiar um candidato cujo programa possa merecer o nosso apoio, ou ainda, dar liberdade de voto aos seus militantes...

D.L. - E qual é a sua opção pessoal?

N.C. - A minha opção pessoal é de que o CDS devia ter um candidato com um programa. Isto porque nós verificámos que na primeira eleição do Dr. Mário Soares era possível debater as questões com dois candidatos. As alternativas não acabaram, as alternativas continuam e era bom que as alternativas ao Dr. Mário Soares, do lado da direita, pudessem outra vez ter lugar no nosso País.

A.J.T.

meteorologia

Em busca de outro pingue-pongue

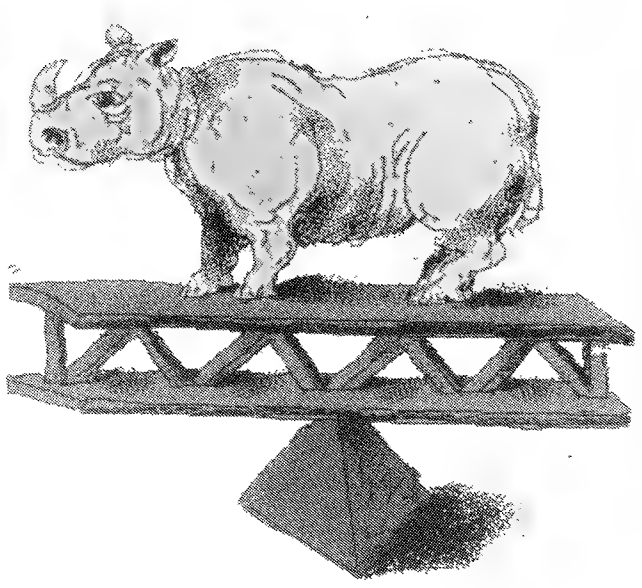
O modelo de comunicação através de palavras expressas (e não escritas) não se processa como num jogo de pingue-pongue: agora jogo eu, envio a bola, a mensagem, agora botas tu a palavra, envias a mensagem, a bola, até que algum de nós cometa a falta, para retomarmos o jogo de novo - ou não. A comunicação oral é muito mais complexa e utiliza além das palavras outros canais: o gesto, o tom de voz, o olhar que acompanha a palavra, o silêncio expressivo, o dispositivo da situação global.

Falar não é sempre dizer, dizendo. Explico com um episódio tirado desse magnífico livro que não me canso de recomendar, *Em Busca do Unicórnio*, do espanhol Juan Eslava Galán (Quetzal). O contador dessa aventura do fim do século XV, Juan del Olid, depois de sofrer terríveis peripécias na África desconhecida, finalmente aproxima-se do fim da meta: apanhar um unicórnio, ou melhor, ficar na posse do seu corno que, afirma-se, tem poderes afrodisíacos, cura a impotência, da qual sofre o rei de Castela, Henrique IV. Condição: tem de levar consigo uma virgem, a sua qualidade virginal amansa a besta. Algumas dessas virgens porém perderam-se pelo caminho: leva agora pela mão uma negrinha de 13 anos, o unicórnio já no horizonte. Mas a menina Adina «...ia temerosa e agarrava-se mui fortemente à minha mão e tremia presa de grande pavor. E eu logo a consolava dizendo-lhe ao ouvido mui calmas palavras que, se as não entendia, pelo tom a poderiam sossegar...» Sossegaram mas por pouco tempo - mas isto já é outro capítulo do livro.

E podia explicar o fenómeno ainda com o velho e pelo menos na sua época bonito filme (1947) de Yves Allegret, *Dedée d'Anvers*, onde dois namorados, creio, interpretados por Rolf Vallone e Simone Signoret, se falam na cama nupcial não se compreendendo pelas palavras, sendo linguisticamente estrangeiros, mas entendendo-se como nunca antes com as pessoas de sua própria língua.

Se por escrito são as palavras a única comunicação, e eu tenho de escrever num razoável português para ser lido e compreendido, quando falamos, criamos um jogo mais complexo de comunicação possível. Os encontros verbais não são feitos em circuito fechado - de palavras apenas.

Jorge Listopad



A.M.A.® Auto Monumental do Arcozo S.A.

CONCESSIONÁRIOS VW Audi

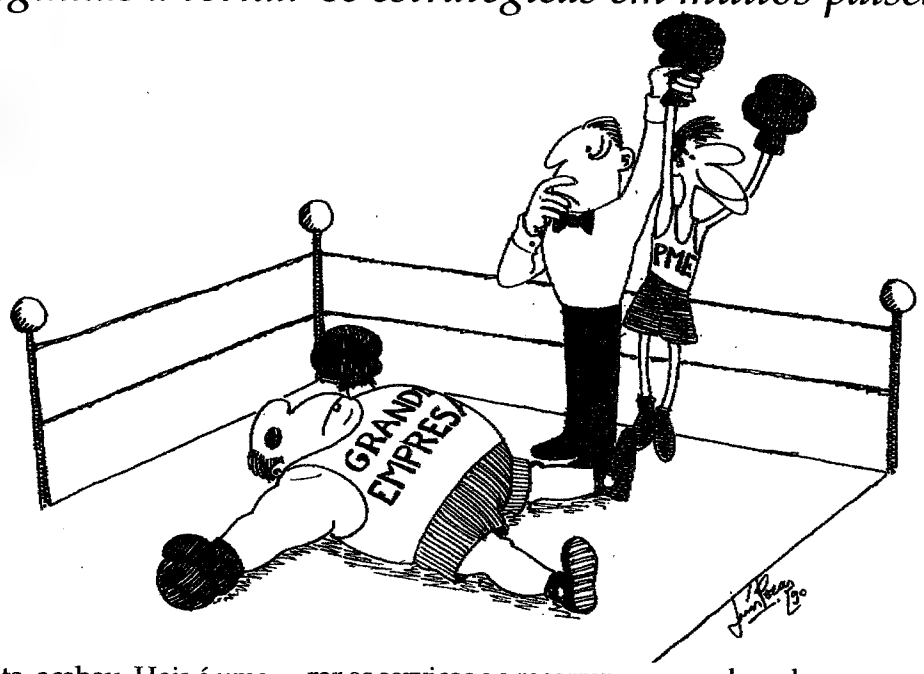
AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO DE
ECONOMIA
Diário de Lisboa

Capazes de enfrentar as recessões económicas, de assumir a inovação e a modernização, as pequenas e médias empresas desempenham um papel de crescente importância no mundo actual, chegando mesmo algumas a tornar-se estratégicas em muitos países

Ser-se pequeno não é fraqueza



Ser-se pequeno não significa, forçosamente, ser-se fraco. As PME, Pequenas e Médias Empresas, são de extrema importância para a economia de qualquer país. Para que elas consigam subsistir numa Europa em que a concorrência é o prato forte, têm todavia que se sujeitar a um esforço de adaptação aos novos sistemas e às novas concepções de produção.

A inovação, a aposta na qualidade, o apetrechamento e a reciclagem são vertentes sem as quais é difícil avançar. Cada vez mais se tornam necessários investimentos em tecnologia e na formação profissional dos trabalhadores. Por outro lado, o associativismo é uma arma cujas vantagens são por demais evidentes.

O tempo do velho patrão, paternalista e autocrata, acabou. Hoje é uma equipa a gerir, altamente profissionalizada e imaginativa. Os números demonstram que a dinâmica das PME continua viva. Em 1989, deram entrada no IAPMEI, 3000 projectos para um financiamento da ordem dos 200 milhões de contos, o que obriga aquele instituto a melhorar os serviços e a recorrer a firmas de auditores internacionais para a análise de projectos.

«*É preciso dominar o Marketing*», diz, por seu turno, ao **DL** Mário Secca, presidente da AIMMS, Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul. Este domínio funciona como uma das chave para a Europa.

Não podemos esquecer que as PME têm uma grande mobilidade e, pela sua própria dimensão, não necessitam de grandes volumes de investimento para dar corpo à inovação e à modernização..

Centrais

Vinho do Porto tão valioso como ouro

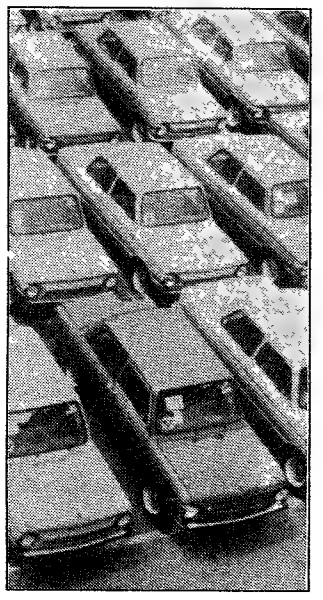
O ano de 1989 registou um fenómeno interessante, na comercialização do vinho do Porto: em termos comparativos com o ano anterior, houve uma descida global de 2,44 por cento, nas vendas em litros, mas verificou-se um aumento de 8,16 pontos percentuais nas receitas das trocas com o estrangeiro. A leitura é fácil: por um lado, a Bélgica reforçou os seus «stocks», no dois últimos meses de 1988, para enfrentar alterações normativas internas que determinam a comercialização em garrafas de 0,75 litros. Por outro, a Grã-Bretanha continua a ser o grande importador de «vintages», por definição mais caros.

Vinho do Porto: a fama que vem de longe e que é reconhecida internacionalmente

A França continua, porém, a ser o grande consumidor, não só pela presença da grande comunidade portuguesa, mas também pelos hábitos de há anos enraízados nos próprios franceses que, pelo preço de um aperitivo de marca, compram um vinho de alta qualidade.

Problemas no sector há, e muitos. Manuel Pintão, presidente da Associação de Exportadores de Vinho do Porto, abordou, em conversa com o **DL**, as questões: falta de apoio oficial na promoção genérica do produto, carência de apoios financeiros, envelhecimento das vinhas, divórcio entre as pessoas e a região do Douro, falsificações em certas praças internacionias e a incapacidade oficial de impor normas de controlo de qualidade e observância das normas internas.

Pág. 6 e 7



Indústria automóvel numa encruzilhada

A preocupação na indústria automóvel vai de "prego a fundo". Confirmada por empresários e sindicalistas, a actual sobrecapacidade de produção ameaça provocar encerramento de unidades produtivas, redução de pessoal e despedimentos e suscita a conhecida "onda" de fusões, aquisições e tomadas de participações, além das tentativas de alargamento do mercado, de que a Europa de Leste é o último exemplo.

Sindicalistas da Federação Internacional dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgia (FITIM) - que inclui o sindicato português das Indústrias Metalúrgicas e Afins (SIMA) - , reunidos em Barcelona, durante a 9ª Conferência Mundial do Automóvel, afirmaram «*a preocupação dos trabalhadores do mundo inteiro pelo futuro da indústria automobilística*».

Os Estados Unidos da América representam um caso particularmente grave, como se depreende das afirmações de dirigentes sindicais americanos ouvidos pelo **"DL"**. À chegada dos estrangeiros, alguns dos quais recorrem a «*tácticas anti-sindicais*», junta-se a partida dos produtores locais, seja por efeito da concorrência directa, seja por força da legislação de protecção do ambiente.

Pág. 8

AGROPROMOTORA
CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS
PROJECTOS E ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÓMICA PARA A AGRO-INDÚSTRIA
RUA CARDEAL MERCIER, 29-1 — TELEF. 73 51 35 — TELEX 42 729 — TELEFAX 73 54 17 — 1600 LISBOA

Contactos telefónicos e informáticos com a banca aceleram procedimentos

Banco de Portugal mostra mercados interbancários

A administração do Banco de Portugal efectuou, na passada sexta-feira, um encontro com os jornalistas, seguido de uma visita às instalações do edifício da Febo Moniz em Lisboa, altura em que foi explicada a importância do MMI - Mercado Monetário Interbancário e do MIT- Mercado Interbancário de Títulos, nas novas apostas dos sistemas monetários, mais flexíveis e mais transparentes e que permitem uma melhor gestão.

Enquanto o MMI veio criar uma maior liberdade de movimento às instituições e uma melhoria em termos de transparência de liquidez, o MIT surge como complemento para permitir esterilizar os excedentes de liquidez das instituições de crédito.

Os jornalistas foram recebidos por Paiva Lopes, director do departamento de Operações de Crédito, e pelos responsáveis do mesmo departamento, Joaquim Martinez, Manuel Vaz e Álvaro Lopes.

Economistas lançam o alerta

Portugal deve aderir já ao SME para não perder integração

Bruxelas, do nosso correspondente

Os economistas Braga de Macedo, Francisco Torres e Carlos Costa estiveram em destaque no colóquio «Perspectivas da Integração Portuguesa na Nova Europa» realizado no Centro Europeu de Estudos Políticos, em Bruxelas, com a presença do comissário Cardoso e Cunha. Duas concepções economicistas da política portuguesa foram salientadas durante as intervenções, que tiveram a colaboração da assistência, na sua maioria especialistas nacionais e estrangeiros.

Francisco Torres, entrevistado há poucos dias pelo **DL**, em Bruxelas, defendeu mais uma vez a necessidade do país se integrar o mais rapidamente possível no Sistema Monetário Europeu, sob pena de pôr em risco a adesão de 1986. O economista insistiu na tese do SME ser um meio e não um fim, pelo que deve constituir uma forma óptima de combate à inflação e de conquistar a credibilidade dos agentes económicos.

Carlos Costa, conselheiro económico e financeiro da Representação Permanente junto das Comunidades, apontou a data de entrada no SME «*quando a inflação for inferior a dois dígitos*».

Na sua opinião, contrária à de Francisco Torres, o País deve estar preparado para o choque e isso ainda não se verifica.

Braga de Macedo, cuja intervenção suscitava mais expectativas, sobretudo pela posição de director das economias nacionais na Comissão Europeia, baseou a sua tese num vocábulo: *ambiguidade*.

«*A ambiguidade da política portuguesa, em relação à integração europeia, resultou não apenas da falta de democracia entre 1926 e 1974, mas também na neutralidade do país na II Guerra Mundial e dos fortes laços com África. Uma série de choques externos e políticas internas levaram Portugal a voltar-se para a Europa, tendando adaptar-se*», disse Braga de Macedo.

Depois acrescentou que «*não bastará manifestar intenção de aderir aos Sistema Monetário Europeu, como o Governo tem feito. Uma taxa de câmbio credível exige convergência com os valores nominais dos restantes parceiros do SME, o que implica desinflação, só possível com uma certa restrição da procura. Esta, por seu turno, tem de fundamentar-se na credibilidade do ajustamento fiscal*».

Braga de Macedo sustentou que a «*União Económica e Monetária requer um programa, a implementar em vários anos, como o PCEDEC* (Programa para a Correcção de Desequilíbrios Externos e do Desemprego) *aprovado em 1987 e revisto em 1989, para ter em conta os fundos estruturais da Comunidade. Mas a estratégia multi-anual de ajustamento fiscal, adequada às exigências de 92, tem de ser mais ambiciosa*».

Pressão espanhola

Este economista aponta a decisão da Espanha de aderir ao SME como passível de constituir uma pressão sobre Portugal. A grande aceleração do comércio entre os dois países obriga a integração dos respectivos mercados financeiros.

«*Torna-se, por isso, mais difícil para Portugal, manter uma política monetária independente, mesmo antes da primeira fase da UEM*», opina Braga de Macedo.

A ambiguidade foi repetida por Braga de Macedo ao interpretar o facto do Governo utilizar o prazo para a realização do Mercado Interno. «*Esta posição parte da tradição de ambiguidade política relativamente à integração europeia que, em certos aspectos, se pode comparar à postura britânica*», acrescentou.

Braga de Macedo, professor da Universidade Nova de Lisboa e docente, durante alguns anos, na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, considera que Portugal atravessa um período de transição para as reprivatizações e para a total integração na Comunidade, em 1996.

«*As pressões para a liberalização da economia acentuam-se com o acordo dos doze Estados membros em levantar, ainda em 1992, as existentes barreiras ao comércio e à mobilidade dos factores. Muito há ainda a fazer para 'vencer 1992', nos dizeres do 'slogan' governamental. Se a integração estatal não for reduzida, as empresas portuguesas terão grande dificuldade em enfrentar o Mercado Único. Mais, se a economia não conseguir acertar o passo com o resto da Comunidade, o Governo poderá ver-se na incapacidade de honrar o compromisso com a União Económica e Monetária*».

José Rui Cunha

PEDIP financia

A «*rapidez*» e a «*forma exemplar*» como os projectos candidatos ao PEDIP têm sido apreciados e financiados pelos serviços do Ministério da Indústria e Energia foram realçados por Mira Amaral.

O ministro, que falava na cerimónia de assinatura de um contrato do PEDIP no investimento de uma nova fábrica de transformadores da Efacec, adiantou que «*só assim é possível adaptar atempadamente as estruturas industriais portuguesas às novas realidades europeias*».

A propósito da entrega do subsídio em causa, Mira Amaral afirmou que «*o País está empenhado em se preparar para o impacto da entrada plena na CEE, em 1992, e para isso é vital que a sua indústria, tal como o Governo tem vindo a sensibilizar fortemente os industriais, se prepare convenientemente, quer em qualidade quer em produtividade*».

Esta nova fábrica de transformadores de distribuição da Efacec custará cerca de 1,3 milhões de contos e a empresa recebe do PEDIP uma verba de 370 mil contos. Anteriormente, havia efectuado um investimento de 180 mil contos para a transformação e modernização de uma fábrica de aparelhagens de média tensão, o qual havia recebido uma comparticipação do PEDIP de 50 mil contos.

Portugal participa em rali comunitário

Portugal estará representado pela primeira vez no rali europeu das empresas, o "Eurochallenge".

Esta competição tem como meta o mercado europeu de 1992 e nela participam empresas de mais seis Estados membros.

Durante a semana de 11 a 17 de Março, dois executivos das empresas participantes irão percorrer os Estados da Europa comunitária, com opção pelas capitais polaca e húngara, e elaborarão um plano de desenvolvimento das suas empresas, ao mesmo tempo que respondem a um questionário diário sobre o meio empresarial dos Estados visitados. Patrocinada pelo IAPMEI, AIP, IPE, Arthur Andersen e Nielsen, a prova permite o acesso a reservas de informação de mercado e serviços de consultaria e tem como objectivo propiciar oportunidades de negócio aos participantes, cujas empresas deverão ter vocação exportadora.

Reparações da Lisnave aumentam facturação

A Lisnave facturou, em 1989, cerca de 20 milhões de contos em reparações de 335 navios, o que é considerado pela empresa um ano bom de trabalho.

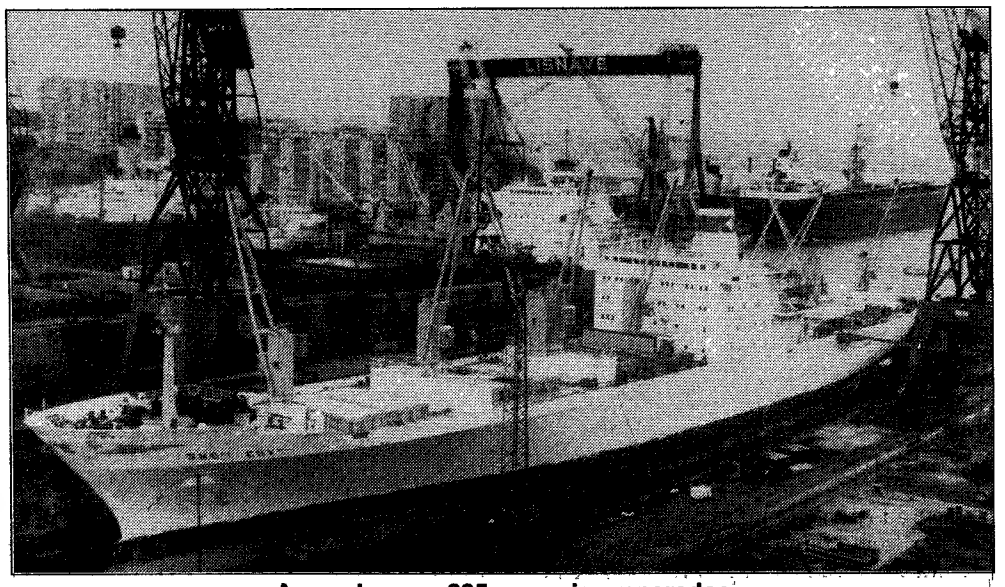
Este optimismo deve-se ao facto de em 1988 a Lisnave ter efectuado um grande número de reparações volumosas cuja actualização de preços foi compensatória para o ano seguinte.

A tonelagem bruta total dos navios reparados foi de 6,3 milhões de toneladas em 1989, enquanto em 1988 esse total foi de 8,4 milhões, implicando uma facturação total de 13,5 milhões de contos.

O estaleiro da Margueira, considerado «*a maior doca do mundo*» em meios de construção e reparação naval, com capacidade para navios de um milhão de toneladas, reparou no ano passado 159 navios com um total de cerca de 5,9 milhões de toneladas e uma facturação de 17,1 milhões de contos.

Segundo números fornecidos por aquela empresa à agência Lusa, em 1989 foram reparados na Margueira 37 navios com bandeira da Libéria, 17 do Panamá, 17 da Noruega, 8 de Espanha e 7 da Grécia.

Na Rocha de Conde de Óbidos, em Lisboa, foram reparados no mesmo ano 176 navios com uma tonelagem bruta de 475,4 mil toneladas e uma facturação de 2,4 milhões de contos. No conjunto da Margueira e da Rocha, a Lisnave registou, no total da facturação, em 1989, aumentos de 45 e 37 por cento, em relação ao ano anterior.



Ascenderam a 335 os navios reparados

Quadros europeus reúnem-se em Lisboa

Para discutir a concertação entre os diversos grupos de quadros europeus a direcção da Confederação Europeia de Quadros reunirá em Lisboa, no próximo dia 9 de Fevereiro, com a FENSIQ a desempenhar o papel de anfitriã.

A direcção da CEQ, que representa milhão e meio de quadros, analisará ainda o futuro das várias federações profissionais e as exigências de adesão à associação, além das relações com a Comunidade europeia.

Estarão presente representantes da Grã-Bretanha, Dinamarca, França, Itália, Alemanha Federal, Holanda, Bélgica e Espanha.

A reunião de Lisboa sancionará as adesões das seguintes organizações: Quadros Bancários Europeus, Federação Europeia de Quadros das Indústrias Alimentares, Confederação Internacional da Representação Comercial das Comunidades Europeias e Confederação Geral dos Quadros Italianos.

«Um exemplo para outros países»

Banca internacional reduziu dívida externa do México

Ao ver ser-lhe reduzidas em cerca de 20 por cento as obrigações da sua dívida pelos bancos seus credores, o México tornou-se *«numa esperança para outras nações endividadas»*, segundo palavras do secretário norte-americano do Tesouro, Nicholas Brady.

O acordo entre a banca internacional e o México foi firmado no passado domingo e implica uma redução da dívida mexicana em 20, 495 mil milhões de dólares relativamente ao seu valor em Dezembro de 1988, que era de 100,3 mil milhões de dólares.

Trata-se do primeiro acordo assinado ao abrigo do «Plano Brady», lançado em Março último pelo secretário norte-americano do Tesouro, o qual prevê uma redução e não um reescalonamento da dívida externa dos países do chamado terceiro mundo.

O ministro mexicano das Finanças, Pedro Aspe, explicou que o acordo agora firmado representa uma redução de cerca de quatro mil milhões de dólares por ano no pagamento da dívida, entre 1990 e 1994.

«Os investimentos anteriormente canalizados para o exterior podem agora ser usados para incentivar investimentos produtivos», acrescentou o ministro.

México: oportunidade para investimentos produtivos

O acordo é baseado em três opções para os 460 bancos credores que detêm cerca de 48,5 mil milhões de dólares a médio e longo prazos da dívida comercial mexicana, reduções principais, cortes nas taxas de juro ou novos empréstimos.

Um exemplo

«Celebramos um fim e um princípio», comentou o presidente do Citibank, John Reed, ao explicar que este acordo vai possibilitar ao México um crescimento da produção industrial.

Por seu turno, Michael Camdessus, presidente do Fundo Monetário Internacional, considerou que o acordo representa *«um exemplo para outros países com problemas de dívida, abrindo um novo capítulo nas relações entre países endividados e a comunidade internacional»*.

Camdessus acrescentou que a solução encontrada reflecte os esforços do Governo mexicano em atingir o crescimento económico, mantendo os preços estáveis.

Finalmente, o presidente do México, ao regressar de uma viagem de dez dias à Europa, afirmou que este acontecimento encerrava um processo de renegociação da dívida externa intenso e difícil.

«Pela primeira vez, o ponto de vista mexicano foi reconhecido a um nível político», disse, acrescentando: *«O problema da dívida não pode ser resolvido com mais dívida»*.

Exportações de calçado superam expectativas

Com exportações de 116 milhões de contos até Outubro último, a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes e Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS) admite que o valor estimado para 1989 (130 milhões de contos) seja ultrapassado.

De facto, com o valor de Outubro a representar um crescimento de24 por cento em relação ao período homólogo de 1988, aquela Associação prevê que a meta inicial tivesse sido atingida no mês de Novembro.

Esta "performance" assenta na manutenção do bom comportamento dos principais mercados (Alemanha Federal: 27,3 por cento, França: 19,9, Grã-Bretanha: 13,7) e na conquista de novos (Arábia Saudita: crescimento de 500 por cento, Itália: 220 e Austrália: 206).

A Comunidade Europeia, com 77 por cento, é o principal ponto de destino das exportações do calçado nacional, logo seguida pela EFTA, com 14 por cento.

Pão de Açúcar aposta na África lusófona

O grupo brasileiro Pão de Açucar está a apostar forte nos países africanos de língua oficial portuguesa.

O último desenvolvimento da sua estratégia foi a assinatura, por parte da Supa - Companhia Portuguesa de Supermercados, de um contrato de gestão com a empresa do Estado angolano Anghotel. Este contrato destina-se à criação e exploração de um entrposto de abastecimento à rede hoteleira luandense e segue-se a um outro, estabelecido entre a Supa e a empresa de supermercados de Luanda Ensul, para a recuperação e exploração dos supermercados da capital de Angola.

Por outro lado, já se encontra em vigor a administração dos entrepostos de abastecimento destes supermercados por parte da Supa, enquanto o seu abastecimento, em particular de produtos portugueses, é assegurado pela Planco, "trading" portuguesa do grupo Pão de Açucar.

Com estes acordos celebrados e outros em preparação e depois de ter inaugurado um supermercado na Guiné-Bissau, o grupo Pão de Açucar materializa *«um importante passo na sua estratégia de implantação nos países africanos de língua oficial portuguesa»*, afirmou fonte da empresa.

Marcas do grupo Volkswagen crescem no mercado português

O grupo Volkswagen foi pela quinta vez o líder do mercado europeu de viaturas ligeiras de passageiros, com uma taxa de penetração no mercado de 15 por cento. Pela primeira vez ultrapassou a barreira dos dois milhões de unidades vendidas, enquanto o Golf é o modelo maos vendido na Europa.

No mercado português, caracterizado pela incerteza legislativa, venderam-se 193 mil unidades, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 17 por cento.

No entanto, segundo a SIVA, importador para Portugal das marcas do grupo alemão, as vendas VW e AUDI «evoluíram satisfatoriamente», ultrapassando as 17 mil unidades.

Apesar das restrições criadas por via legislativa ao sector automóvel, aquela empresa continua a expandir-se no mercado nacional. Aumentou o seu capital social para um milhão de contos e a sua rede continua a evoluir, dispondo actualmente de 47 concessões e 71 postos de venda.

Em 1990 continuará a reforçar a cobertura do território embora, segundo a administração da empresa, as previsões apontem para que o mercado português de veículos de passageiros se situe ligeiramente abaixo dos valores de 1989.

B R E V E S

Aumenta recurso ao Fundo EFTA

Cresceu 40 por cento o valor dos empréstimos atribuídos a empresas a operar em Portugal pelo Fundo EFTA durante o último ano. Em 1989, este Fundo concedeu 8,8 milhões de contos correspondentes ao financiamento de 92 projectos.

Desde que foi criado em 1977, o Fundo EFTA já financiou 677 projectos no nossos País que materializaram investimentos superiores a 130 milhões de contos. O montante total dos empréstimos excede os 41 milhões de contos.

No final do último mês foram concedidos mais três empréstimos. No total de 800 mil contos, tiveram por destinatários as empresas Engelbrecht, Anjo e Hipólito, KWH Pipe (Portugal) - Tubos e Fábricas Lusitana - Produtos Alimentares.

Transformação de peixe tem nova fábrica

Um investimento de 350 mil contos, co-financiado pela CEE e pelo Estado português, permitiu a reestruturação e ampliação da Tiomar, empresa do concelho do Seixal que se dedica à transformação e congelação de pescado.

A nova instalação industrial, inaugurada no sábado, permite dotar a Tiomar de condições para poder responder às crescentes solicitações do mercado. A empresa estava a facturar mais de 600 mil contos por ano.

O investimento agora aplicado vai pemitir também um aumento dos postos de trabalho de 70 para mais de 90.

A fábrica agora inaugurada vai transformar e congelar pescada, «red-fish», solha, lula, espadarte, bacalhau, choquinhos, bem como produzir précozinhados. Este empreendimento resulta da evolução positiva que se tem verificado no sector da transformação e congelação de peixe, nomeadamente ao nível de mercados externos. Entre Janeiro e Setembro de 1989 as exportações de peixe congelado ultrapassaram as 25 mil toneladas, no valor de oito milhões de contos.

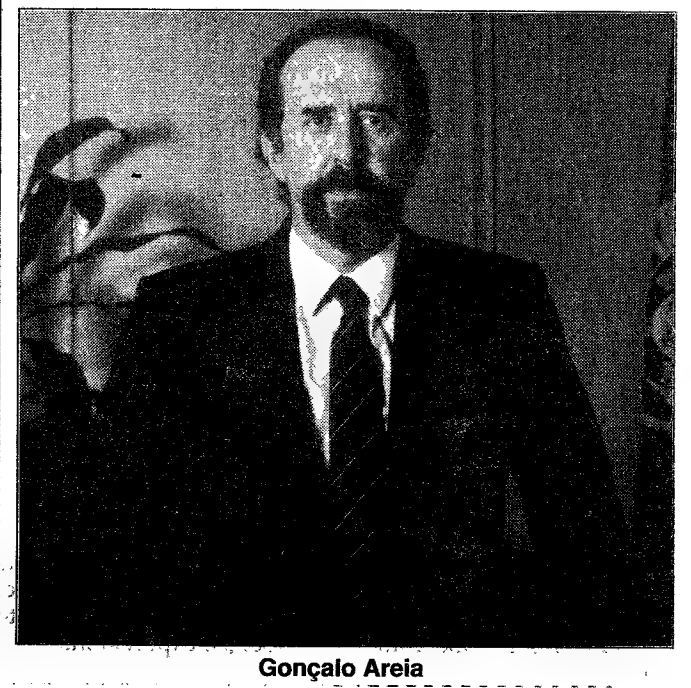
Segundo o secretário de Estado das Pescas, *«estes números manifestam já o resultado conseguido através da construção e da modernização das instalações e equipamentos de transformação e comercialização do pescado»*.

Telecomunicações CTT têm novo director-geral

José Gonçalo Areia é o novo director-geral das Telecomunicações CTT. Com 52 anos de idade, já há 26 que está ao serviço daquela empresa pública, onde exerceu funções de subdirector do Centro de Estudos da Aveiro e de director de Operações a nível nacional.

Gonçalo Areia substitui Iriarte Esteves, que transitou para o conselho de administração dos CTT, empresa que prepara a separação definitiva entre correios e telecomunicações.

O novo director-geral é licenciado em Matemáticas e Engenharia Electrotécnica e diplomado pelo Instituto Superior de Telecomunicações de Roma. Foi professor na Universidade de Aveiro e delegado nacional do programa comunitário RACE.



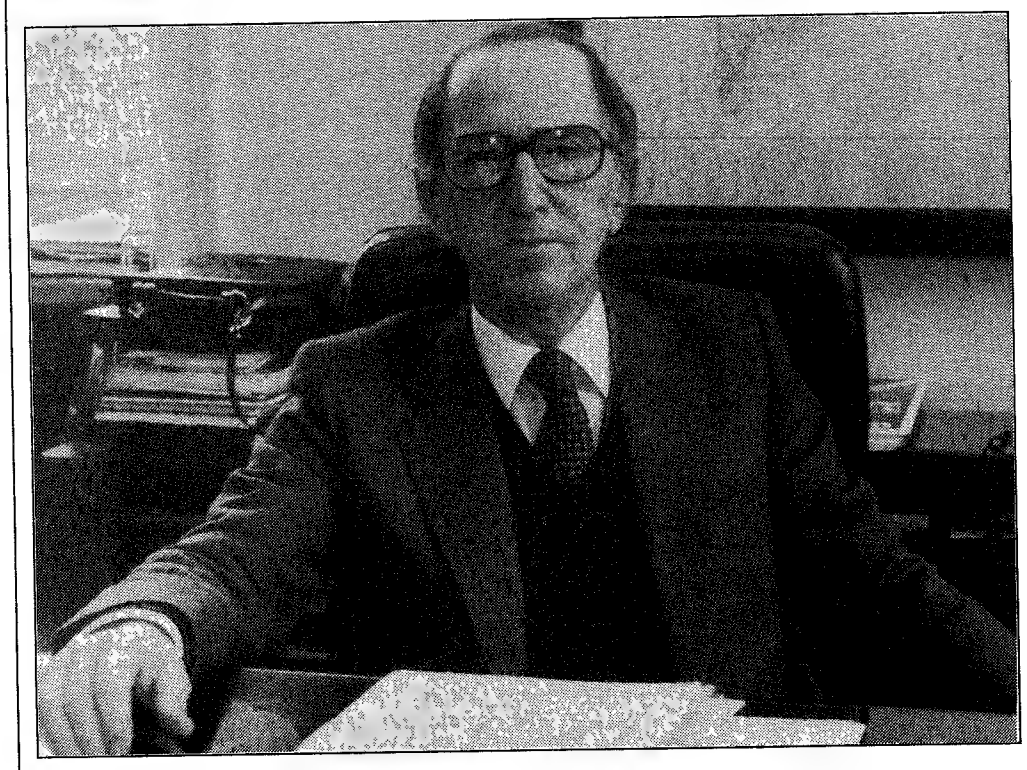
Gonçalo Areia

Papel das PME é imprescind

Sem investir na formação profissional e na tecnologia não se consegue sobreviver nos novos merc

«*O empresário português tem que saber inovar, ser capaz de se associar e perceber que deve investir em tecnologia e na formação do pessoal para conseguir manter em funcionamento a sua empresa num mercado altamente competitivo*», disse ao DL Mário Secca, presidente da AIMMS, Associação dos Industriais Metalúrgicos e Metalomecânicos do Sul e representante da AIP para as PME, Pequenas e Médias Empresas.

A passagem de um mercado de 10 milhões de pessoas para um de 320 milhões é um confronto que abala qualquer empresário. Quando se trata de um pequeno ou médio, esse desafio exige novas regras, uma grande disponibilidade para mudar mentalidades e um desejo imprescindível de modernização.



«*Acredito no papel importante das PME na produtividade de qualquer país. Até no Japão elas são importantes. Só que isso exige um esforço de adaptação aos novos sistemas e às novas concepções de produção*», afirma Mário Secca.

Não se pode, porém, incorrer no erro de modernizar às cegas uma empresa, enchê-la de máquinas, sem que se tenha previamente um conhecimento aprofundado do mercado envolvente, do destino das mercadorias, das quantidades de fabrico necessárias, das capacidades de escoamento dos produtos.

Dominar o Marketing

Em suma, como salienta Mário Secca, «*é preciso dominar o Marketing*».

Por isso, a formação profissional e o aumento de trabalhadores qualificados acaba por gerar empresas mais rentáveis e a criação de outras. Se este esforço for feito e se houver permeabilidade das PME para planificarem em conjunto, cria-se o grau de competitividade necessária para sobreviver na Europa.

A participação em feiras, para as quais existe o apoio do PEDIP, Plano Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, é uma das actuações que está ao alcance de qualquer empresário ou quadros de empresa. Centenas de pessoas têm ido aos países comunitários ao abrigo do PEDIP.

As feiras de sub-produção é uma das vertentes deste movimento. Permite um relacionamento feito de subcontratações através de contactos a vários níveis. Assegura, por outro lado, uma produção inovadora através de compras e de trocas entre empresas a diversos níveis.

O inconveniente, pelo menos para já, para a empresas portuguesas é o risco de ficar na dependência de empresas estrangeiras. Mas mesmo essa desvantagem pode ser tranformada numa atitude positiva, ou seja, a rápida corrida para a qualidade europeia.

Os jovens têm um papel preponderante nesta mudança. Se pensarmos que em 1989 se constituiram em Portugal 13.500 novas empresas verificamos que não se pode caminhar sem esse potencial. Também não se consegue a consolidação deste sector sem se acabar de vez com os custos da rigidez do passado, visíveis hoje na situação dos salários em atraso, nos contratos a prazo e na proliferação dos recibos verdes.

Não se deixe Portugal cair na armadilha da flexibilização de um mercado de trabalho que não leve em conta a melhoria do nível de vida do trabalhador, pois se arrisca a perder «*cérebros*» e «*especialistas*» a favor dos parceiros comunitários.

A fuga do pessoal especializado para fora do país e para as empresas multinacionais é prática corrente. Esta situação pode aumentar com a livre circulação dos trabalhadores dentro do Mercado Único.

A Formação contínua

Um esforço de formação profissional contínua para

O que é o PEDIP ?

Uma linha orçamental vinda da Europa especificamente para apoiar a indústria portuguesa

Uma das componentes essenciais da actividade do IAPMEI até 1993 chama-se PEDIP, Plano Estrutural de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, uma linha orçamental específica de 500 mecus aprovada na Cimeira de Bruxelas realizada em 11 e 12 de Fevereiro de 1988.

Dos objectivos principais deste programa ressaltam a modernização da estrutura industrial portuguesa, o desenvolvimento de novos sectores com elevado potencial tecnológico e a eliminação ou atenuação de desvantagens comparativas estruturais.

Para a concretização destas premissas, os financiamentos são canalizados igualmente através do FEDER, Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do FSE, Fundo Social Europeu.

O PEDIP é um programa integrado na medida em que procura cobrir um largo espectro de acções com vista á dinamização da estrutura industrial e é simultaneamente complementar de outros sistemas de apoio à indústria da Comunidade, nomeadamente o SIBR, Sistema de Incentivos de Base Regional, o SIURE, Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia e o SIPE, Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno.

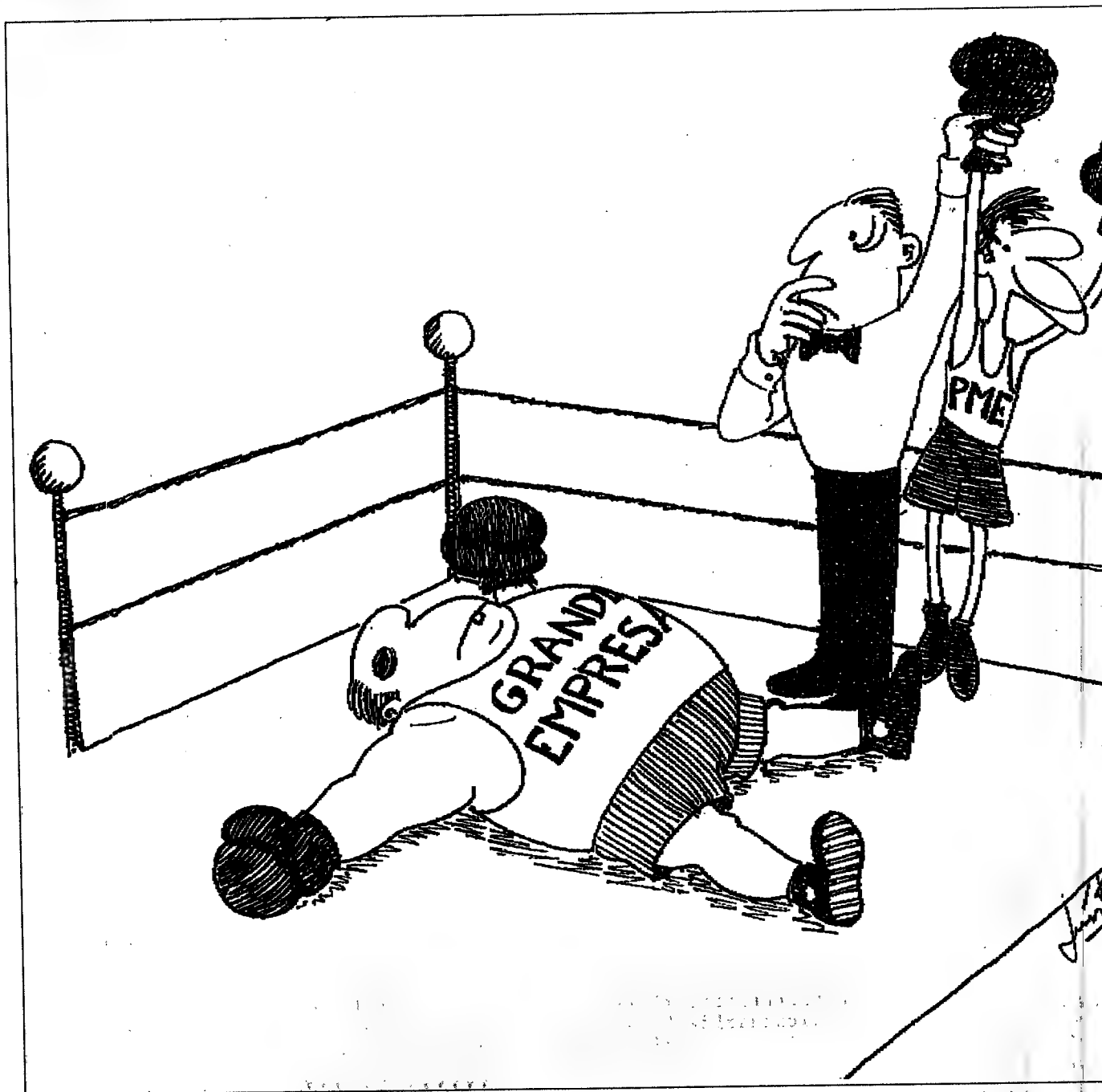
E o SINPEDIP ?

O PEDIP desenvolve-se segundo 4 eixos: infra-estruturas de apoio à indústria; formação profissional; financiamento do investimento produtivo e missões de produtividade e qualidade industrial.

O eixo referente aos incentivos ao investimento produtivo é um dos mais significativos para o IAPMEI. Designa-se por SINPEDIP, Sistemas de Incentivos ao PEDIP. Materializa-se em comparticipações financeiras, a fundo perdido que variam entre 20 e 70 por cento das chamadas aplicações relevantes dos projectos e são definidas em função dos seus méritos e tipologia.

As medidas contempladas no SINPEDIP consubstanciam-se em projectos de investimento em investigação e desenvolvimento, em inovação e modernização; projectos de investimento em gestão da qualidade e protecção do ambiente, além de investimentos pontuais em equipamento.

R.F.S.



ndível

mercados europeus

mu-
s que
m em
s em-
e não
n esse
ão se
dação
cabar
os da
síveis
lários
atos a
o dos

al cair
xibili-
do de
e em
nível
r, pois
ebros»
or dos
os.
espe-
o país
multi-
rrente.
umen-
ulação
tro do

ua
mação
a para

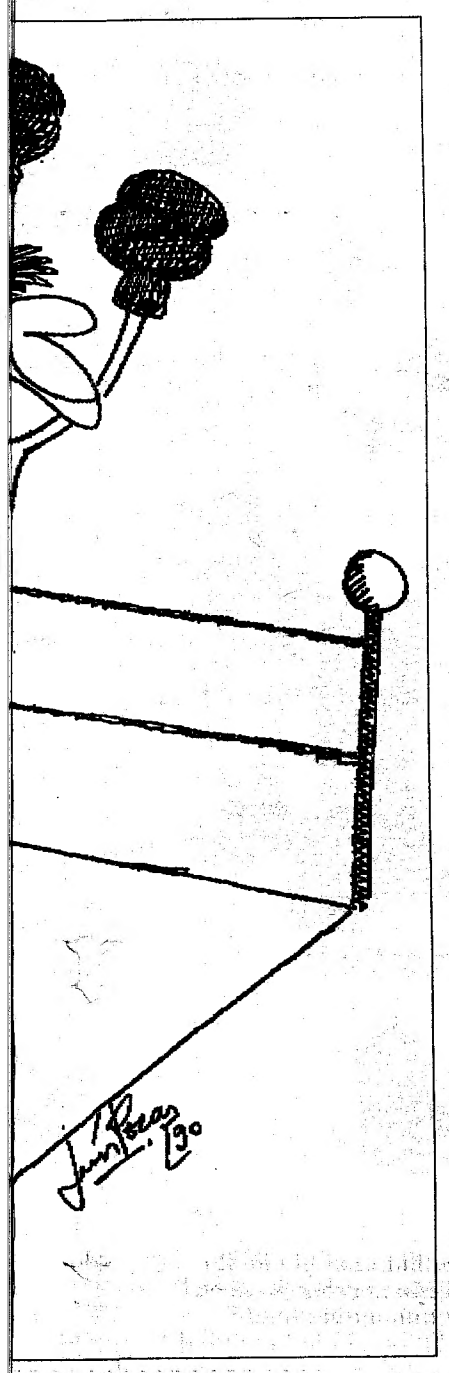
acompanhar o processo de modernização nas empresas, acções a desenvolver enquadradas num conjunto de programas operacionais, a reciclagem, a equivalência das qualificações profissionais portugueses às dos outros países da CEE, a incentivação do ensino técnico-profissional, são medidas imprescindíveis.

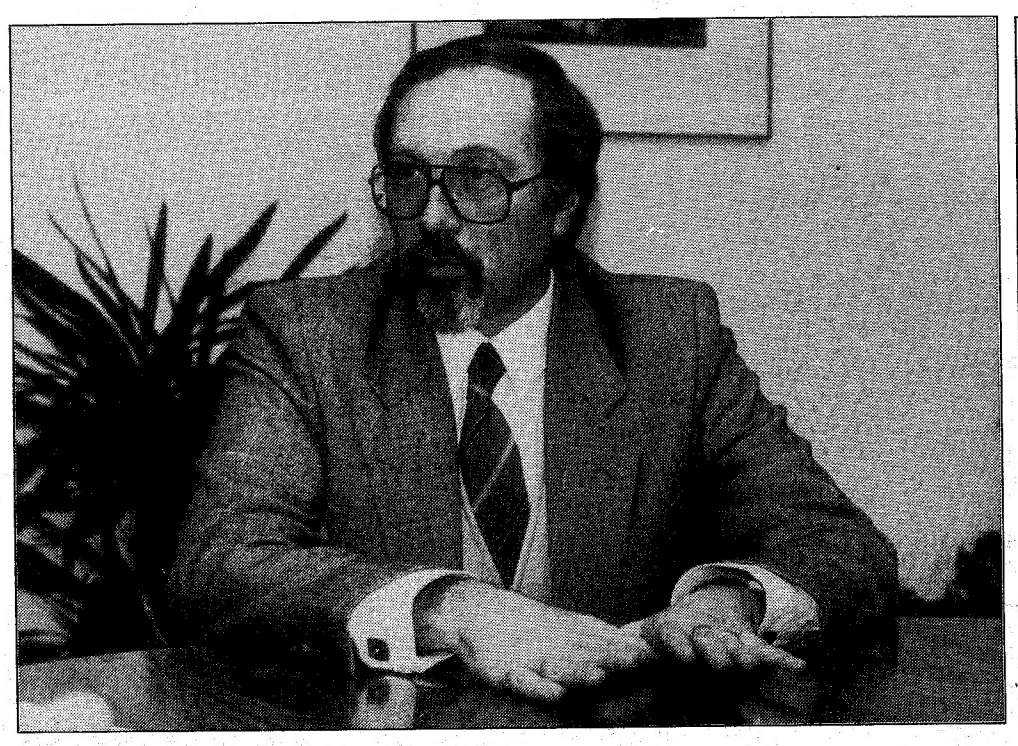
No campo de formação urge realizar uma adaptação rápida á evolução técnica e tecnológica, obrigando a uma formação de base que privilegie as qualificações de médio e longo prazos.

O levantamento das necessidades de mão-de-obra especializada sentida em cada região do país e a criação de mecanismos de apoio a projectos pequenos são de grande importância a nível regional.

Torna-se, por isso, necessário que o Estado cumpra os prazos de pagamento de subsídios a que se obrigou perante as empresas que assumiram acções de formação nomeadamente as PME.

Rui Ferreira e Sousa





Empresas debatem-se com falta de capitais

IAPMEI recebeu só em 89 cerca de 3000 pedidos de financiamento

«Um dos grandes problemas das empresas é a falta de capitais próprios. Para se poder candidatar aos programas de incentivos tem que se ter requisitos específicos, nomeadamente de autonomia financeira», disse ao **DL** José Ramalho de Almeida, presidente do IAPMEI, Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento.

Este instituto registava no final de 1989 a entrada de 3000 projectos para financiamento da ordem dos 200 milhões de contos, encontrando-se para análise cerca de 1300, os quais deverão estar despachados até ao fim de Abril próximo.

«Temos procurado melhorar o trabalho do IAPMEI com novas admissões e o aperfeiçoamento dos sistemas de análise de projectos em termos informáticos», afirma José Ramalho de Almeida.

Protocolos

O IAPMEI recorreu neste sentido a um protocolo com as Universidades de todo o país e a firmas de auditores internacionais de credibilidade assegurada para a análise de projectos.

Segundo o presidente daquele instituto, de forma a não duplicar a análise dos projectos, tem-se negociado com instituições de crédito com tradição nesta área, tendo em conta que alguns projectos têm pedidos financiamentos bancários.

A melhoria das condições de trabalho dos funcionários do IAPMEI é outra das preocupações. As novas aquisições entram já no regime contratual de trabalho.

Em relação aos contratos efectuados com o IAPMEI, José Ramalho de Almeida salienta que *«se tem feito uma coisa inovadora, ou seja um adiantamento na assinatura do contrato, até 25 por cento do incentivo contra a prestação de uma garantia bancária»*.

Por outro lado, aquele instituto adjudicou a uma firma de auditorias internacionais a realização de auditorias de projectos que vão iniciar a execução desde o início do processo do IAPMEI. Até agora foram realizadas 30 auditorias.

No âmbito do Sinpedip, Sistemas de Incentivos do Programa de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa, foram aprovados incentivos no valor de 22 milhões de contos em 1989 em todos os sistemas, tendo sido já efectuado o pagamento de10 milhões.

Têxteis à frente

Os sectores que mais projectos realizam são os têxteis, o calçado, a metalomecânica, a cortiça e os químicos. As empresas exportadoras acabam por ser as mais privilegiadas no meio deste processo, não por questões pessoais, assegura José Ramalho de Almeida, mas por capacidades específicas e pelo seu posicionamento no mercado europeu.

Qual o futuro do IAPMEI, numa altura em que a Europa olha cada vez mais para as grandes empresas e secundariamente para as pequenas?

«O Instituto existia já, não é agora que vai desaparecer. Pelo menos no âmbito do FEDER vai continuar. Além disso procuramos alternativas para um funcionamento sistemático com incidência futura», assegurou ao **DL** o presidente do IAPMEI.

Recentemente foi tranferido para aquele instituto um terreno de 1500 hectares na zona de indústria pesada de Sines. Vai ser gerido por ele e será constituida uma sociedade com o IPE, Instituto de Participações do Estado e a administração do Porto de Sines, para lançamento de novas indústrias.

R.F.S.

Os números do SIBR

No âmbito do SIBR, Sistema de Incentivos de Base Regional, um dos sistemas de apoio à indústria da Comunidade, em 1989, deram entrada no IAPMEI 611 projectos com pedidos de financiamento da ordem dos 140 milhões de contos o que correspondeu a um incentivo de 36 milhões de contos. São números reais fornecidos pelo IAPMEI ao **DL**.

Na área do SINPEDIP entraram cerca de 2500 projectos dos quais 697 (36%) foram para projectos de investimento em inovação e modernização e 1568 (62%) para investimentos pontuais em equipamentos.

Estes projectos pretendiam um investimento global que ultrapassava os 200 milhões de contos, sendo o incentivo estimado correspondente a 31 milhões. Os projectos do SIBR e do SINPEDIP perfazem um total de 3000 projectos entrados no IAPMEI, segundo confirmou ao **DL** o respectivo presidente, o economista José Ramalho de Almeida.

Este total correspondeu em 1988 a cerca de 1700 projectos, aumento que se justifica pelo desejo rápido das empresas em se prepararem para os novos enquadramentos do mercado europeu.

R.F.S.

COMENTÁRIO

A importância de ser pequeno

Ser-se pequeno não significa forçosamente ser-se fraco. Isto em termos empresariais e mesmo numa perspectiva de internacionalização da economia e de globalização de mercados.

Não é por acaso que as PME são cada vez mais acarinhadas pelos Governos e pelas instituições transnacionais. Não é por acaso que os grandes colossos empresariais procuram diversificar-se também através da estruturação de um núcleo forte de pequenas e médias unidades especializadas.

Ainda não há muito tempo, eram empresas de interesse estratégico ou nacional apenas as grandes unidades industriais e financeiras. Hoje em dia já não é assim. Uma PME pode ter um interesse estratégico vital para um determinado país. São cada vez mais as que dominam nichos do mercado mundial, perfeitamente integradas no espírito de internacionalização e de globalização.

Há um crescente número de sociólogos a afirmar que o futuro é dessas chamadas pequenas e médias empresas. Em primeiro lugar, porque têm uma capacidade de inovação extremamente forte; em segundo, porque têm uma grande facilidade de diversificação, mesmo de reconversão, que permite concretizar a inovação e acompanhar as tendências do mercado. Esta «mobilidade» exige-lhes, é certo, grande capacidade de investimento, mas não em volumes incomportáveis, ao contrário do que acontece com as grandes empresas.

Importante, dizem os sociólogos, é a informalidade, a capacidade de desburocratização, que impera nas PME, permitindo uma fácil circulação da informação e uma participação mais activa dos recursos humanos nas estratégias produtiva e comercial. Recursos humanos que deixam de ser anónimos trabalhadores, quantas vezes desmotivados nas grandes empresas, para serem «colaboradores» empenhados no processo empresarial

Estamos, portanto, a falar de dinamismo, de agilidade de gestão, de capacidade de inovação, de mobilidade produtiva, de agressividade comercial, de correspondência permanente com o mercado. Mas também de uma grande facilidade de estabelecer acordos (sob a forma de «joint-ventures» para a esfera produtiva, ou sob outras figuras para a esfera comercial ou no âmbito da investigação e desenvolvimento) que lhes é proporcionada precisamente pelo facto de não terem «dimensão» suficiente para abalar as estruturas das grandes empresas, e que, por outro lado, leva, mais do que a uma competição, a uma efectiva cooperação com as suas parceiras, muitas vezes numa complementaridade que se aproxima da solidariedade.

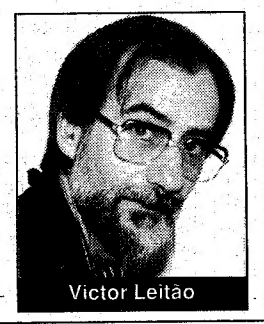
Em Portugal é assim? Pode-se dizer que o universo das PME foi o que melhor resistiu aos impactos da recessão económica que remonta ao primeiro choque petrolífero que abalou a economia mundial e que se agravou e prolongou em Portugal com os efeitos nocivos dos desvarios «económico-revolucionários». E teve mesmo capacidade para se desenvolver e fortalecer-se, modernizando-se, internacionalinalizando-se e preparando-se para a globalização.

Competitividade e produtividade não é um exclusivo das PME portuguesas, mas elas, neste domínio, servem de lição bem dada a muitas grandes empresas nacionais que se «afogaram» nas dificuldades do crédito, no alto preço das matérias-primas, numa crescente burocratização, na falta de circulação de informação, na «desumanização» dos seus recursos humanos.

Só que, em Portugal, a situação actual deste sector não é tão boa como seria de esperar face ao que foi dito. Na verdade, muitas PME são de raíz familiar ou criadas por indivíduos vindos da esfera produtiva, onde se distinguiram, faltando-lhes, não raras vezes, um pensamento moderno e inovador.

Acresce a falta de quadros qualificados (ao nível da gestão, do design, do marketing...), os aparelhos produtivos ultrapassados e uma mentalidade empresarial de «patrão à moda antiga». Por outro lado, a esmagadora maioria não explora de forma eficiente a cooperação e o associativismo como forma de ultrapassar muitas das suas ineficiências e insuficiências.

Outro aspecto relevante é o de se saberem relacionar, sem que isso signifique sujeição, com os grupos económicos portugueses, por forma a alcançarem sinergias, em particular para poderem aceder a mercados internacionais.



Victor Leitão

Muitas e importantes serão as necessidades das PME portuguesas, de tal maneira que algumas desistirão de se manter no mercado. Mas as que tiverem a «ousadia» de prosseguir têm de se capacitar que têm de se esforçar nos caminhos da modernidade a todos os níveis, a principiar pela da mentalidade dos empresários. Exemplos (bons) não lhes faltam para lhes servir de estímulo.

ECONOMIA

Vinho do Porto: um valor tão sólido como o ouro

Presidente da Associação dos Exportadores defende maior apoio na promoção do produto e queixa-se de falta de incentivos oficiais

«*O vinho do Porto é um valor tão sólido como o ouro*». Com esta frase Manuel Pintão, presidente da Associação de Exportadores de Vinho do Porto (AEVP) definiu um produto que, no seu entender e pelo que traduz para a eocnomia nacional, deveria merecer melhor acompanhamento promocional. Foi o tema da queixa, quanto ao ICEP -Instituto do Comércio Externo de Portugal que, segundo afirmou, não programou qualquer verba para a publicidade genérica deste produto.

Sobre isso responde o ICEP, pela voz de Lurdes Carrola, que, «*em termos de estratégia, a que está em curso, de promoção de Portugal como produtor de artigos de alta qualidade, já contempla o vinho do Porto*», com o qual se gastam, «*apesar das queixas, verbas muito mais elevadas do que com qualquer outro*».

Ainda segundo o ICEP, «*caberá ao Instituto do Vinho do Porto canalizar as suas verbas para as acções que entender promover, tendo nós a esperança que elas sejam feitas em conjunto connosco*». Como certas, as referências feitas, na passada semana, pelo presidente da AEVP, que disse lamentar o corte de apoios.

A saber, então, quais as relações entre Associação e Instituto do Vinho do Porto (IVP). Segundo a primeira, são boas, com contactos muito positivos. «*Defendemos um IVP muito forte, por ser uma pedra fundamental para o vinho do Porto e queremos que vá mais longe na sua acção, até por considerarmos que deve haver um organismo a controlar desde a produção até ao consumo*», palavras de Manuel Pintão.

A leitura feita pelo ICEP é que existe uma situação peculiar, com o IVP, organismo afim daquele, que tem função e competência para desenvolver a promoção genérica, pelo que os exportadores deverão é pressionar este a empreender mais acções. Na fase actual o Instito do Comércio Externo dará apoio às empresas, levando-as a certames internacionais, havendo mesmo instrumentos de apoio para desenvolvimento no mercado externo.

Relação com o IVP

O Instituto do Vinho do Porto tem, por estatuto, a missão de promover e acompanhar as campanhas de promoção genérica. Mas a AEVP não deixa de referir haver um problema por solucionar, que é a constituição do seu conselho-geral.

Manuel Pintão e Soares Franco: defensores de um amor antigo, o vinho do Porto

Conforme foi afirmado, «*O IVP diz, no seu estatuto, que têm assento, em condições paritárias, seis representantes dos comerciantes e seis dos exportadores, o que poderia ser a base da organização interprofissional que defendemos de há muito*».

Aquando da constituição do conselho-geral foram nomeados seis representantes da lavoura, quatros dos exportadores, um das adegas cooperativas e um da Associação de Produtores e Exportadores do Vinho do Porto (APEVP). Esta e as adegas cooperativas têm, como actividade principal, a produção, pelo que, no entender da AEVP, «*não foram respeitadas as regras de paridade, já que a actividade desenvolvida por aqueles, na comercialização, é tão reduzida que não pode legitimar dois lugares, pelo que os exportadores se recusaram a tomar posse dos quatro lugares que lhes foram destinados*».

Estes quatro lugares seriam ainda repartidos - três para a AEVP e um para a Real Companhia Velha, que não integra a associação. Manuel Pintão, que lembrou que a maioria dos exportadores também é produtora mas nunca reivindicou essa qualidade para obter mais um assento, disse que a questão foi discutida com o secretário de Estado da Alimentação, tendo sido sugerida uma redacção de estatutos mais vinculativa e cristalina, que não desse lugar a interpretações que prejudicassem a aplicação

É preciso conciliar as pessoas com a região

O vinho do Porto tem sido, ao longo dos anos, não só símbolo de Portugal, como sinónimo de vida dura e degradada para quantos trabalham na zona duriense. Opinião de Manuel Pintão: «*É preciso reconciliar as pessoas com a região*». O representante dos exportadores recorda como, anos atrás, as condições de vida, de habitação e de trabalho eram quase subhumanas e conta como as pessoas faziam filas, juntos dos chafarizes para, noite alta, levarem água para fazer o jantar.

Os tempos mudaram, a maioria das quintas já tem condições dignas para os seus trabalhadores, os salários são quase compatíveis. Mas Manuel Pintão, homem que dedicou já 38 anos de vida ao vinho do Porto e que desde adolescente acompanhou, em terras paternas, a labuta do produto, considera que ainda há mais para fazer.

Para além de melhores condições de vida, diz ser importante que as pessoas tenham também melhores condições de trabalho e se apeguem, de novo, à terra. Para tal considera indispensável a formação profissional, desde o cavador ao adegueiro.

Soares Franco, engenheiro de uma empresa produtora e exportadora, diz que, nesse aspecto, «*embora com a certeza de que não se fez tanto quanto deveria ser feito, é bom não esquecer que existe no Douro a ADVID — Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense, sem fins lucrativos, que todos os anos publica e põe à disposição dos interessados os resultados dos seus estudos*».

Investigação e formação. Também esta tem sido feita, junto de todos os trabalhadores, do que enxerta ao adegueiro que comanda o processo de vinificação, e que, nos últimos três anos têm tido acesso a cursos dados com apoio do Fundo Social Europeu, «*o que tem contribuído muito para a melhoria da comunidade, quer da uva, quer das vinhas*».

«Reconciliar as pessoas com a região»

Melhorar a vinha

Pessoal formado, novos elementos captados, resta melhorar a vinha, em grande parte envelhecida. Tem havido novos plantios, contando a região com subsídios do Banco Mundial e de programas comunitários. Contudo, diz Soares Franco, «*uma das nossas preocupações é ser necessário investir muito na renovação*».

Segundo afirmou, não há desculpa para que sejam usadas castas não aconselháveis nem para que os plantios sejam mal feitos, dado haver experiências conclusivas sobre a matéria. Contudo é sua opinião haver muito trabalho a fazer, já que são cerca de 25 mil os produtores da região. Destes, talvez 80 ou 90 por cento trabalham menos de um hectare. «*De memória* — acrescenta Soares Franco — *posso dizer que cerca de 75 por cento dos produtores fazem menos de cinco pipas por ano*».

A vinha duriense não vai acabar. O que terá de acontecer é a sua reconversão, o seu melhoramento, torná-la mais nova. Manuel Pintão lembra que já por lá passam funcionários comunitários a controlar a situação e chegará a altura em que terão de ser aplicadas as directivas comunitárias.

«*Portugal ainda é deficitário na produção, mas não põe problemas à Caixa Agrícola Comunitária, como acontece com a França ou a Itália*», recordou o presidente da AEVP, que acrescentou que o país terá vinho para destilar que assegurará apenas um quarto das necessidades de aguardentes vínicas.

A situação de envelhecimento foi explicada por Soares Franco com o facto de haver o hábito de substituir cepa a cepa, quando morriam. Ficou provado, nos finais da década de 70, ser um método errado, sendo necessário, por um lado, mecanizar a vinha e, por outro, melhorar as castas, para além de proceder as grandes plantios de cepas novas.

Uma das formas de resolver a questão será o emparcelamento, dadas as pequenas dimensões das propriedades. É um problema social onde as cooperativas têm um papel importante a desempenhar.

«*Ainda bem que as coopertivas existem. Têm um peso enorme e podem contribuir para a melhoria da qualidade do vinho e têm capacidade de ser um pólo de desenvolvimento, se o quizerem*», acrescentou Soares Franco, que disse que não desejaria que se ficasse com a ideia de que a região está parada. «*Está com uma evolução que será, talvez, a maior de todo o país*».

A.H.

Vinho a granel só sem garantia do IVP

Acabar com venda a granel para combater falsificação

Mecanismos legais, a nível internacional, que impeçam a adulteração do vinho do Porto, não há. O Estado português é impotente para evitar essas situações, apesar do controlo pontual que faz. Solução que a AEVP vai pôr em prática: a partir de 1 de Janeiro de 1995 deixa de exportar vinho a granel.

Os organismos portugueses que têm por missão controlar a adulteração do vinho do Porto, sempre que podem actuam, através de procedimentos jurídicos. Mas tal não é suficiente, até por haver muitos países que não subscreveram acordos nesse sentido.

Há países que criaram a fama de terem grandes falsificadores, como é o caso da Bélgica e Holanda. Decidida a cortar o mal pela raíz, a AEVP, por ser entidade privada, pode tomar a decisão de recusar a venda a granel. «*Não pedimos ao Governo que proíba essa venda, nós é que o decidimos fazer*», afirmou Manuel Pintão.

Com esta decisão enfrentaram já diversas ameaças de recurso para o Tribunal de Estrasburgo, por haver empresas estrangeiras que consideram tal medida como limitadora da liberdade de comércio. De novo Manuel Pintão: «*O vinho pode ser exportado a granel, mas sem o certificado de garantia passado pelo IVP*». Talvez não seja de estranhar que as maiores ameaças venham, precisamente, da Bélgica e da Holanda.

Cabe aqui uma referência à Real Companhia Velha, grande exportadora que não faz parte da AEVP. A sua decisão de aderir ou não à decisão de só exportar vinho engarrafado pode ser determinante para o combate às falsificações.

Um exemplo

A fama que a Holanda tem de abrigar falsificadores de vinho do Porto é muito conhecida. Até de «bode expiatório» serve, como um caso passado em 1978 o prova por completo. Contou Manuel Pintão que, nesse ano, um delegado do ICEP detectou, em Copenhaga, um vinho do Porto a um preço de tal forma baixo que, deduzidos todos os custos e impostos, ficava provado haver falsificação.

O delegado comprou várias garrafas, enviou-as seladas para Portugal e a análise foi concludente: não era vinho do Porto. O facto foi denunciado na Dinamarca, por um jornalista local. A explicação dada, pelo dono da firma importadora, foi de que o navio, no seu percurso entre Leixões e Copenhaga, parara em Roterdão, onde teria sido feita a adulteração.

Foi possível provar que não houvera escalas e que a falsificação fora mesmo feita na Dinamarca. Nova intervenção do jornalista, que tornou público o que se passava. Resultado: proibição de venda de vinho do Porto à firma dinamarquesa. Como complemento: a Associação ficou de tal forma reconhecida ao jornalista dinamarquês que o tornou seu confrade.

«*Uma questão importante é o facto da maioria dos países não terem organismos de repressão de fraudes, excepto a França, por questões óbvias. Dado os produtos que tem, assume uma grande autoridade moral para actuar na defesa dos seus vinhos*», afirmou Manuel Pintão.

O vinho do Porto deve ser valorizado cada vez mais, defende o presidente da AEVP. Não se deve nem pode pedir um preço qualquer por ele, por ser necessário muito esforço e muito dinheiro para o produzir e por ser «*muito importante que toda a gente que trabalha neste sector tenha um incentivo real para se dedicar, de forma efectiva e constante, à produção, nas melhores condições*».

A.H.

do seu espírito. Com a remodelação governamental surgiu o impasse, à espera de dias futuros.

Críticas ao Governo

O Governo tem merecido críticas, por parte da AEVP, que diz que o novo estatuto do IVP foi feito sem que ela nem a Casa do Douro tenham sido consultadas. Segundo Manuel Pintão, «*o estatuto da Casa do Douro foi feito e posto à discussão, na AR, sem o IVP ou a AEVP terem tido possibilidade de dar sua opinião*». Acontece que estes dois organismos têm uma missão oficial e são representativos do sector, pelo que os estautos, segundo disse Manuel Pintão, «*deveriam ter sido apreciados pelas três entidades*».

Outra crítica ao Governo foi feita tendo por base as verbas que revertem para os cofres públicos com a importação de aguardente vínica, utilizada para aumentar a graduação legal do vinho do Porto. Uma vez que Portugal não produz esta aguardente em quantidade suficiente, torna-se necessária a sua importação. As taxas pagas representaram 1,2 milhões de contos em 1989.

Manuel Pintão lamenta que esta verba, bem como as mais-valias e diferenciais que o Estado arrecada, com o vinho do Porto, não sejam utilizadas, pelo menos parcialmente, na promoção genérica do produto e na defesa do sector.

Solução possível

Uma solução que a AEVP defende é a criação de um organismo interprofissional, onde poderiam ter assento os representantes da lavoura e do comércio, em situação paritária, para que seja possível os organismos da produção e do comércio terem uma visão global do produto.

«*Defendemos que as diversas associações devem existir, pois que cada uma tem a sua missão a cumprir, mas devem aparecer com assento paritário quando se trata da gestão do vinho do Porto, para haver uma visão global do produto, tal como para haver uma responsabilidade solidária*», afirmou Manuel Pintão.

Sobre este ponto acrescentou o engenheiro Soares Franco, da Associação, que uma simples frase poderia resumir isto tudo: «*Não interessa comercializar o que não se produz nem produzir o que não se comercializa, isto é, que cada sector saiba os problemas do outro e que os dois, em conjunto, saibam resolver os problemas de todos, mais e melhor que o Estado sozinho*».

Almeida Henriques

A fama que vem de longe

Perde-se nos tempos a origem deste vinho, cantado por Luís Vaz e apreciado pelos Romanos que pela Península andaram em conquistas

«De vinhos odoríferos, que acima
Estão, não só do Itálico Falerno,
Mas da Ambrósia, que Jove tanto estima»

Assim cantou Camões aquele que deveria ser o antepassado do que se tornou o mundialmente famoso vinho do Porto, por encostas e arribas tratado com o amor que só quem conhece e trabalha a terra sabe dar.

As origens deste vinho e da sua produção, nos bravios terrenos que um dia se tornaram o seu berço, perdem-se nos séculos, remontando talvez à época dos Romanos. Quem conhece as maravilhas vínicas fruto do belo Alto Douro, não terá dificuldade em imaginar militares e patrícios que, deslocados de Roma para combater os duros habitantes da Península, tentaram esquecer as agruras da serra bebendo o produto das vinhas já então ali plantadas.

Se Júpiter e outros deuses do Olimpo se perderam pelo vinho que batia a ambrósia, não se sabe. Certo, certo, é que de há muito o produto da terra, do suor e do amor de quem ali trabalha é apreciado em todo o mundo.

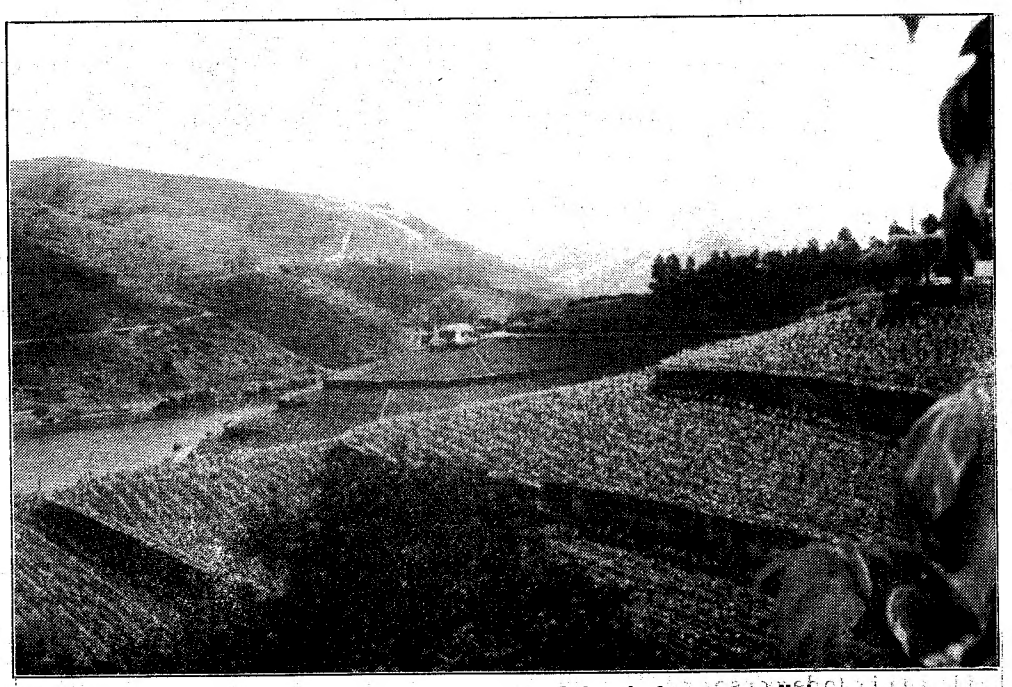
Vinhas de «Riba Doyro» ou de «Cima Doyro» lhes chamavam. Mas, por desconhecimento, pouco se pode dizer do que se passou nesses tempos que mediaram entre o mítico ancestral e a expansão do «Vinho de Embarque», mais tarde conhecido por vinho do Porto, ou simplesmente Porto.

A sua vida real e a sua história apenas começaram a ser conhecidas com o início e posterior desenvolvimento da comercialização, a partir da segunda metade do século XVII. A sua vocação internacional nasceu em 1703, quando Portugal e a Grã-Bretanha assinaram o Tratado de Methwen, que estabelecia termos preferenciais para o vinho do Porto, pelo que, em breve, aumentaram as exportações.

Montanhosa e agreste, com cultivo feito em terraços, assim é a Região Demarcada do Douro, que cobre uma área aproximada de 240 mil hectares. É ali o berço deste vinho conhecido em todo o mundo. De lá podem levar cepas, ali podem aprender os métodos de cultivo e plantação mas, quem quer que o faça, não consegue, se não ali, produzir o genuíno Porto.

Quem quer bom vinho, trepa. E é, literalmente, o que faz quem trabalha as vinhas espalhadas pela zona que se estende ao longo do vale do Douro, de Barqueiros até Barca de Alva, pelos vales dos rios Corgo, Tordo, Pinhão, Tua, entre outros, que correm numa região essencialmente xistosa dos Períodos Câmbrico e Pré-Câmbrico. Depois do trabalho de anos por que passa, ao chegar às mãos do consumidor deve ser apreciado em cálice próprio, de tipo túlipa, de preferência acompanhado com nozes, amêndoas, azeitonas e biscoitos secos, seja o vinho branco, rubi, «tawny», um jovem «full» ou um aristocrático «vintage».

Para que o consumidor tenha a certeza que o que bebe é genuíno, a garantia é dada por um sistema de organização que controla a qualidade e padrão do Porto. Razão porque estão rigorosamente limitadas as regiões onde é produzido e armazenado, com uma Associação de Exportadores, uma Federação de Viticultores (Casa do Douro) e o Instituto do Vinho do Porto sempre atentos ao que se passa. **A.H.**



Terra dura, vinhas milenares, vinho de fama mundial

ECONOMIA

Representantes de 4,5 milhões de trabalhadores, reunidos em Barcelona, apontam a poluição, a sobrecapacidade de produção e os investimentos a Leste como as áreas problemáticas. Situação delicada é a da América do Norte

Sindicatos receiam o futuro na indústria automóvel

Poluição e sobrecapacidade de produção foram os temas que dominaram a 9ª Conferência Mundial do Automóvel organizada pela Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas (FITIM) e que contou com a presença do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins (SIMA).

Os 160 delegados representantes dos 4,5 milhões de trabalhadores do sector espalhados por 31 países, reunidos em Barcelona, de 23 a 25 de Janeiro último, consideraram a segurança do emprego e o meio ambiente como os problemas essenciais do sector nesta década.

Constataram, por outro lado, mudanças importantes desde a realização da última Conferência em 1982, no Japão, como a concentração dos fabricantes (de 40 então para os actuais 22), a irrupção de novos produtores (Coreia do Sul e Brasil), a internacionalização dos fabricantes japoneses, a redistribuição geográfica do emprego e a nova relação do automóvel com o meio ambiente (entendida como «*questão transcendental*»).

Mais e mais

São contraditórias as perspectivas mundiais do sector automóvel. A preocupação pela actual sobrecapacidade de produção é compensada pela esperança em que os potenciais mercados de Leste a elimine.

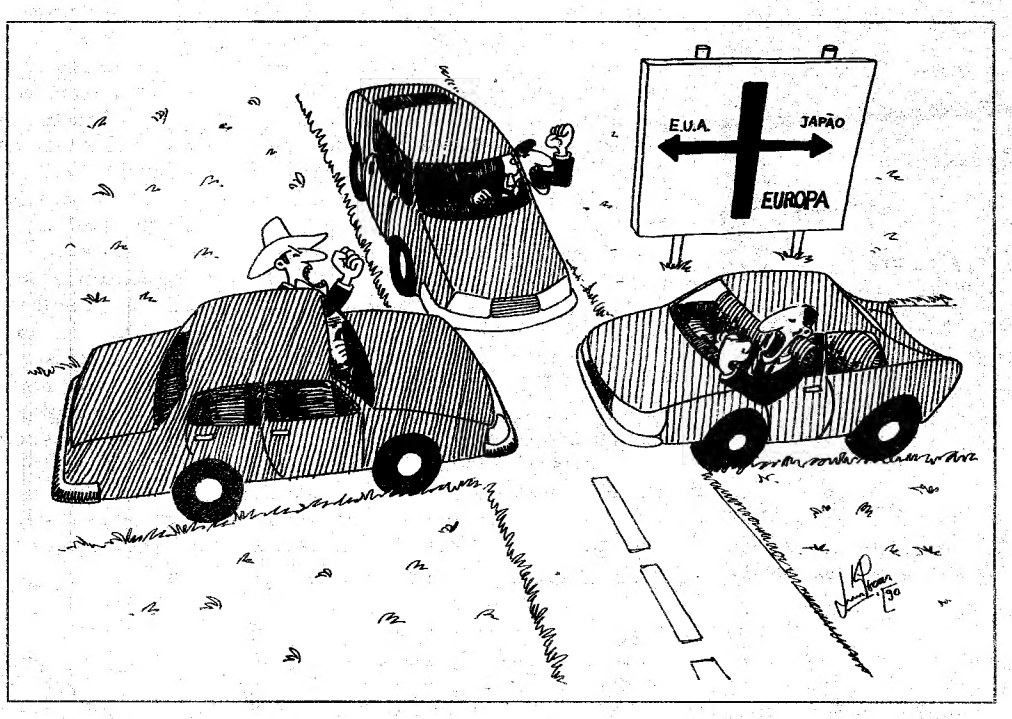
Entretanto, já há quem se alarme com a próxima chegada dos coreanos a uma "guerra" até agora exclusiva de americanos, japoneses e europeus.

A FITIM, em relatório divulgado durante a Conferência, considera que «*a grande sobrecapacidade de produção na indústria automóvel pode provocar encerramentos e desemprego neste decénio, a menos que se registe um importante aumento da procura e uma redução do tempo de trabalho*».

A situação é particularmente grave na América do Norte onde, segundo o relatório, «*a enorme sobrecapacidade de produção intensificará inevitavelmente a concorrência entre fabricantes, suscitará encerramentos de fábricas e muitos trabalhadores perderão os seus empregos*».

Para evitar este cenário pessimista, os sindicalistas consideram que «*os fabricantes norte-americanos terão de procurar mercados externos, Europa e Japão inclusive, ou pedir a redução das importações*».

Só que, como refere o próprio relatório, «*na Europa, as companhias estão a forçar os sindicatos para conseguirem o aumento do tempo de funcionamento de algumas fábricas, o que tornará a capacidade ainda maior, e no Japão estão a pensar aumentar a capacidade em 700 mil automóveis anuais*».



É neste cenário que a FITIM se interroga: «*Tratarão agora as companhias de automóveis de estabelecer operações na Europa Oriental ? Nesse caso, em que condições e com que remunerações?*».

A Leste: o paraíso?

Suzuki, GM, Daihatsu, Fiat e Renault - só para falar das novidades - divulgaram os seus projectos para a Europa de Leste.

A Suzuki e a GM instalar-se-ão na Hungria. A primeira produzirá 125 mil viaturas por ano, para exportar metade a partir de 1992, e a segunda 100 mil motores, parte dos quais abastecerão a Opel e a Vauxhall na Europa ocidental.

A Daihatsu escolheu a Polónia enquanto a Fiat celebrou um contrato para a produção de 150 mil viaturas na URSS.

Por seu turno, a Renault estreita laços com a Checoslováquia e a Roménia. No primeiro país, pretende construir uma fábrica para a montagem do seu pequeno utilitário Trafic em colaboração com a BAZ (Bratislavske Automobilave Zavody), que produz furgonetas sob a marca Skoda. O objectivo já está fixado: 15 mil veículos anuais em 1992. Na Roménia vai restabelecer os contactos com a Dacia, que produz sob licença o seu modelo R12.

As razões para esta atracção (que não se sabe até que ponto será fatal para algumas unidades industriais da Europa ocidental) são óbvias.

Patrick Bord, autor de um relatório confidencial sobre os investimentos japoneses na Europa, interrogava há dias no "L'Express", a propósito do interesse nipónico: «*Que melhor implantação que estes países vizinhos, com mão-de-obra barata, para vender na Europa de Oeste?*».

De forma premonitória ou não no que respeita ao Leste, certo é que a Conferência do FITIM incluiu entre as suas conclusões a da «*intensificação da pressão para assegurar a organização e os direitos sindicais nos países utilizados como fontes de mão-de-obra barata*».

Esta relocalização do sector implicará variações no emprego dos actuais países produtores, de resto à semelhança do ocorrido na última década.

Dados da FITIM identificam a França, a Grã-Bretanha e a Itália como os grandes perdedores de postos de trabalho no sector no período de 1981 a 1988, com percentagens negativas de 27, 26 e 15, respectivamente. Ganhadores aparecem o Canadá (mais 43 por cento), o Japão (16), a Coreia do Sul (11) e a Alemanha Federal (10).

Rui Nunes

Carros verdes

A recente associação da Peugeot e Renault para a investigação e desenvolvimento de motores não poluidores ("la voiture propre") é um dos últimos e significativos exemplos da crescente importância atribuída ao ambiente pela indústria automóvel. Este programa implica investimentos de cerca de 32 milhões de contos durante oito anos e conta com ajudas estatais.

A Conferência da FITIM propôs a aceleração da «investigação de fontes de energia e concepção de motores alternativos», bem como a «unificação mundial, num plano a longo prazo, de normas sobre a poluição e o uso de energia». De resto, o relatório distribuído na altura sublinhava «a urgente necessidade de reduzir a quantidade de gases de escape nocivos».

A normalização confronta-se, porém, com diversas resistências. Em entrevista à "Actualidad Económica", Carlo Ripa di Meana, comissário europeu do Ambiente, denunciou pressões feitas por construtores. É que a partir de 1 de Janeiro de 1993, na Europa os automóveis terão de possuir catalizador, coisa que, diga-se de passagem, verifica-se com todas as viaturas construídas nos EUA desde 1975.

Terminará, assim, pelo menos na CEE, o expediente de destinar à exportação os carros com catalizador. Por resolver ficam os casos protagonizados, por exemplo, pelo Canadá e México, que acolheram os "expulsos" pela legislação dos EUA de protecção do ambiente.

Ambiente e concorrência despedem nos EUA

Os sindicalistas dos EUA estão preocupados. Stephen Yokich, Ernest Lofton e Bill Casstevens, dirigentes do Union Auto Workers (UAW), o maior sindicato mundial do sector, declararam ao "DL" que há muitas ameaças ao futuro.

À sobrecapacidade (estimada em dois milhões de carros) devida à "invasão" japonesa, juntam-se uma mão-de-obra envelhecida (a média etária é de 48 anos) e rígidas leis federais de protecção ambiental, que já "empurraram" construtores para o Canadá e o México.

Resultado? «*Perdemos centenas de milhar de postos de trabalho nos últimos dez anos*».

Liberalismo

Enquanto a Conferência da FITIM exige a criação e a harmonização "por cima" das legislações de protecção do ambiente, os sindicalistas fazem depender da intervenção do Governo a evolução positiva a nível interno.

«*Nos Estados Unidos pode vender-se tudo o que existe. Em 1989 venderam-se mais de 15 milhões de carros e camiões, de 600 modelos diferentes. Defendemos o comércio livre, sim, mas justo. Se os japoneses nos vendem carros, também lhes queremos vender carros*».

O Governo dos EUA, porém, não só desmentiu, através de Rufus Yerza, acusações de proteccionismo nas importações automóveis formuladas pelo GATT, como se orgulha de possuir uma das mais baixas taxas mundiais aplicadas às importações de automóveis: 2,5 por cento. Isto, adiantou Yerza, explica porque é que no maior mercado auto do mundo, trinta por cento das viaturas vendidas são importadas.

Da parte dos fabricantes americanos, as "ajudas" aos sindicatos também escasseiam. Preocupados em fugir do "acosso" a que são sujeitos pelos estrangeiros e pelas leis ambientais, abandonam o país para se localizar noutros cujas leis ou mercados não são tão exigentes ou saturados. Isto, apesar de a Ford ter recuperado a sua quota de 22 por cento graças ao "design" e, frisaram aqueles sindicalistas, à colaboração sindical.

Por outro lado, os sindicatos confrontam-se com «*tácticas anti-sindicais*» de que a Nissan é o último exemplo.

O boletim da FITIM, que cita o "Los Angeles Times", refere que, para construir uma fábrica, a empresa japonesa escolheu Smyrna, pequena cidade do sul no Tennessee, a 50 quilómetros de Nashville, pela ausência de tradições sindicais. E analisou «*minuciosamente*» 180 mil candidaturas aos 2400 postos de trabalho «*para impedir que se introduzissem partidários do sindicalismo*». A UAW conseguiu 700 associados.

StephenYokich«Comércio livre, sim, mas justo»

As próximas negociações entre construtores e sindicatos, a terem lugar em Junho/Julho, esclarecerão as relações de força e, em particular, os caminhos futuros do sector. Há três anos, data das últimas, a questão principal foi a salvaguarda do emprego. Não parece ter sido substituída.

R.N.